



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

**LAIZLLA CRISTIE DA SILVA FERREIRA**

**VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: VISÃO DAS/OS ESTUDANTES DE  
BIBLIOTECONOMIA**

João Pessoa  
2015

**LAIZLLA CRISTIE DA SILVA FERREIRA**

**VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: VISÃO DAS/OS ESTUDANTES DE  
BIBLIOTECONOMIA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Biblioteconomia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, como requisito à obtenção de grau de Bacharela.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Gisele Rocha Côrtes

João Pessoa  
2015

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

F383v Ferreira, Laizlla Cristie da Silva.

Violência contra as mulheres e biblioteconomia: conhecendo a visão dos/as estudantes de biblioteconomia. / Laizlla Cristie da Silva Ferreira. – João Pessoa: UFPB, 2015.

117f.:il

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gisele Rocha Côrtes.

Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – UFPB/CCSA.

**LAIZLLA CRISTIE DA SILVA FERREIRA**

**VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: VISÃO DAS/OS ESTUDANTES DE  
BIBLIOTECONOMIA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Graduação em  
Biblioteconomia da Universidade Federal  
da Paraíba, como requisito à obtenção de  
grau de Bacharela.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gisele Rocha Côrtes  
Universidade Federal da Paraíba / Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joana Coeli Ribeiro Garcia  
Universidade Federal da Paraíba / Examinadora

---

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Edvaldo Alves  
Universidade Federal da Paraíba / Examinador

*Dedico ao meu amigo Jesus por sempre estar ao meu lado, e a minha família, em especial aos meus avós que sempre me deram força, acreditando sempre em mim.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Jesus, por ser esse amigo bom e fiel que nunca me deixou sozinha nem por um minuto se quer. Por me dar forças nos momentos em que mais precisei, por ajudar a vencer meus medos e ter me presenteado com uma família abençoada e colocado pessoas tão especiais em minha vida. Sou grata por sua bondade e misericórdia.

Aos meus avós que amo muito, Maria do Livramento da Silva Ferreira e Geraldo dos Santos Ferreira, agradeço o apoio, o amor e o incentivo que me deram durante toda a vida.

A minha irmã e amiga Dayana, pelo seu amor, cuidado e carinho. Obrigada minha irmã pelo seu companheirismo.

A Gabriel por sempre acreditar em mim, por estar ao meu lado nos momentos difíceis me dando forças.

As minhas amigas Adriana Domingos e Maria Cristiana, que permaneceram ao meu lado durante esses cinco anos. Agradeço muito a Deus por ter colocado vocês em meu caminho. A caminhada foi mais leve compartilhando os cinco anos com vocês.

Aos meus amigos e amigas do curso, pelo companheirismo e amizade. Nunca esquecerei vocês.

A minha orientadora, Gisele Rocha, pela paciência, apoio e dedicação. Muito obrigada por me orientar e acreditar no meu sonho. Grata por tudo.

A todos os meus professores e professoras do curso de Biblioteconomia que contribuíram com a minha formação, em especial a Professora Dra. Joana Coeli Garcia e o Professor Dr. Edvaldo Alves por terem aceito participar da banca.

Muito obrigada a todas/os!

*“A verdadeira coragem é ir atrás de seus sonhos mesmo quando todos dizem que ele é impossível”.*

*Cora Coralina*

## RESUMO

Apresenta a ótica das/os alunas/os do curso de Biblioteconomia, da Universidade Federal da Paraíba em torno da violência contra mulheres. Metodologicamente, a pesquisa é descritiva e possui abordagem quantitativa e qualitativa. Como instrumento de coleta de dados aplica questionário composto por 29 questões para alunas/os do 8º, 9º e 10º períodos do curso. A descrição e análise dos dados foi dinamizada por meio da análise de conteúdo com o estabelecimento de categorias para identificar o conhecimento das/os alunas/os. Constata-se a necessidade de se abordar discussões a respeito da categoria analítica relações de gênero e violência contra as mulheres no curso de graduação para que as/os estudantes se apropriem de conhecimentos e possam atuar na perspectiva da responsabilidade social como mediadoras/es da informação no enfrentamento e na prevenção da violência contra as mulheres.

**Palavras-chave:** Violência contra mulheres. Biblioteconomia. Informação. Responsabilidade social. Relações de Gênero.



## ABSTRACT

Presents the view of the Library Sciences course's students from Federal University of Paraiba on violence against women. Methodologically, the research is descriptive and has quantitative and qualitative approach. Afterwards, more data is collected through a questionnaire with 29 questions for students in the 8<sup>th</sup>, 9<sup>th</sup> and 10<sup>th</sup> semesters of the course. The description and analysis of the referred data were boosted by the method of content analysis, setting categories in order to measure the student's knowledge. Here it is in evidence the necessity of approaching and fostering discussions concerning the analytical categories of gender relations and violence against women within the undergraduate course of Library Sciences, with the aim of spreading knowledge and information throughout the student body, besides of giving them the possibility to act out on the social responsibility perspective as mediators of information towards confronting and preventing violence against women.

**Key-words:** Violence against women. Library Sciences. Information. Social responsibility. Gender relations.

## LISTA DE TABELAS

<b>Quadro 1</b> – Alunas/os que não colaboraram com a mulher agredida.....	71
<b>Quadro 2</b> – Contribuição da informação no enfrentamento .....	76
<b>Quadro 3</b> – Conhecimento das/os alunas/os sobre campanhas, dados e políticas públicas. ....	81
<b>Quadro 4</b> – Visão sobre a frase “Mulher gosta de apanhar” .....	85
<b>Quadro 5</b> – Ótica das/os alunas/os sobre os motivos pelos quais a maioria das mulheres não busca ajuda. ....	88
<b>Quadro 6</b> - Forma como a/o bibliotecária/o pode contribuir no enfrentamento à violência contra mulheres.....	93
<b>Quadro 7</b> – Contribuição da leitura para o empoderamento das mulheres .....	98
<b>Quadro 8</b> – Opinião das/os alunas/os sobre o número de mulheres na Biblioteconomia .....	100
<b>Quadro 9</b> – Concepção sobre a responsabilidade social da/o bibliotecária/o .....	103

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Período das/os alunas/os no Curso de Biblioteconomia.....	60
<b>Gráfico 2</b> - Sexo das/os alunas/os de Biblioteconomia .....	61
<b>Gráfico 3</b> – Faixa Etária das/os alunas/os de Biblioteconomia.....	62
<b>Gráfico 4</b> - Raça/Cor das/os alunas/os de Biblioteconomia .....	63
<b>Gráfico 5</b> - Ocupação das/os alunas/os de Biblioteconomia .....	64
<b>Gráfico 6</b> - Renda Individual das/os alunas/os de Biblioteconomia .....	65
<b>Gráfico 7</b> - Renda Familiar das/os alunas/os de Biblioteconomia .....	66
<b>Gráfico 8</b> - Para as/os alunas/os de Biblioteconomia o que é violência contra mulheres?.....	67
<b>Gráfico 9</b> – Quantidade de responsáveis citados pelas/os alunas/os de Biblioteconomia .....	68
<b>Gráfico 10</b> – Quantidade de vezes que o responsável foi citado pelas/os alunas/os de Biblioteconomia .....	69
<b>Gráfico 11</b> – Local da violência contra mulheres para as/os alunas/os de Biblioteconomia .....	70
<b>Gráfico 12</b> – Alguma medida de colaboração foi tomada com a mulher agredida? .	70
<b>Gráfico 13</b> – Motivos da ocorrência da violência para as/os alunas/os de Biblioteconomia .....	72
<b>Gráfico 14</b> – Conhece a Lei Maria da Penha?.....	73
<b>Gráfico 15</b> – Aspectos da Lei Maria da Penha. ....	74
<b>Gráfico 16</b> - As/os alunas/os de Biblioteconomia consideram que a informação pode contribuir no enfrentamento à violência contra mulheres? .....	75
<b>Gráfico 17</b> –Quantidade de canais de informação utilizados pelas/os alunas/os de Biblioteconomia .....	79
<b>Gráfico 18</b> – Quantidade de vezes que o canal foi assinalado pelas/os alunas/os de Biblioteconomia .....	80
<b>Gráfico 19</b> – As/os alunas/os de Biblioteconomia conhecem campanhas, dados e políticas públicas referentes ao enfrentamento à violência contra mulheres? .....	81
<b>Gráfico 20</b> – No curso de Biblioteconomia as/os alunas/os tiveram contato com conteúdos vinculados a relações de gênero, presença de mulheres na Biblioteconomia, violência contra mulheres e violência contra mulheres negras? ....	91
<b>Gráfico 21</b> – As/os alunas/os de Biblioteconomia já viram em bibliotecas campanhas, panfletos que evidenciam a violência contra mulheres?.....	92

**Gráfico 22** – Conhece ou já leu a respeito da atuação de bibliotecárias/os em órgãos de atendimento às mulheres em situação de violência? .....92

**Gráfico 23** – A/o bibliotecária/o pode auxiliar as mulheres no combate à violência? .....93

**Gráfico 24** – Conhece ou leu a respeito sobre violência contra mulheres; a informação como estratégia para o empoderamento/fortalecimento das mulheres; uso das tecnologias de comunicação e de informação para o combate a violência contra mulheres?.....96

**Gráfico 25** – A leitura pode ser ferramenta para o empoderamento das mulheres? .....97

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2 BIBLIOTECONOMIA: BREVE HISTÓRICO</b> .....	18
2.1 INFORMAÇÃO .....	21
<b>3 RESPONSABILIDADE SOCIAL NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</b> .....	25
3.1 A/O BIBLIOTECÁRIA/O E A RESPONSABILIDADE SOCIAL .....	28
<b>4 VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E MOVIMENTO FEMINISTA</b> .....	33
4.1 BREVE PANORAMA DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: DEFINIÇÕES E DADOS .....	33
4.2 MOVIMENTO FEMINISTA E A PUBLICIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES .....	35
4.3 RELAÇÕES DE GÊNERO .....	46
4.4 OS ESTUDOS DE GÊNERO E A BIBLIOTECONOMIA: A INFORMAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE RESSIGNIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PODER .....	50
<b>5 METODOLOGIA</b> .....	56
5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA .....	56
5.2 CAMPO DA PESQUISA .....	56
5.3 SUJEITOS DA PESQUISA.....	57
5.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS .....	57
4.5 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE .....	58
<b>6 RESULTADOS E DISCUSSÕES PRELIMINARES</b> .....	60
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	106
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	108

## 1 INTRODUÇÃO

A profissão de bibliotecária/o, ao longo dos anos, vem passando por várias mudanças. Essas mudanças estão associadas às inovações tecnológicas presentes no nosso cotidiano. Neste sentido, o livre acesso à informação e sua disseminação são aspectos fundamentais a todo ser humano.

Dentro desse contexto, é necessário que a/o profissional bibliotecária/o esteja conectada/o a essas mudanças, aprimorando suas práticas para melhor satisfazer as necessidades informacionais de cada indivíduo. Junto a estas, está a responsabilidade social (RS) que se fundamenta no desempenho e no comprometimento desta/e profissional em diminuir as diferenças sócio-culturais como também na implantação de políticas públicas que possibilitem o avanço e a transformação das desigualdades sociais de gênero, raça, orientação sexual, geracional, dentre outras.

De acordo com Garcia, Targino e Dantas (2012), considerando a/o bibliotecária/o como uma/um agente social, a sua responsabilidade social está relacionada à capacidade de buscar nos serviços de informação, a melhoria da situação de vida de cada cidadã/ão, promovendo justiça e inclusão social.

O papel social da/o bibliotecária/o não se reduz as atividades técnicas, tais como classificação, catalogação, consiste na difusão de informações corretas, no estímulo a leitura, na satisfação da/o usuária/o e, sobretudo na construção do conhecimento, na conscientização e na socialização de pessoas, colaborando para o avanço da sociedade, trazendo melhorias e contribuindo para a conquista de direitos básicos de cidadania.

O presente trabalho de conclusão de curso traz como tema a violência contra mulheres e a responsabilidade social da/o bibliotecária/o como agente mediadora/or da informação, capaz de contribuir junto à sociedade para o enfrentamento da violência contra as mulheres, grave problema social que afeta milhares de mulheres cotidianamente.

Atualmente, este tipo de violência é um dos indicadores fundamentais da discriminação de gênero em suas diferentes nuances, que vão desde o assédio moral, violência psicológica até as práticas da violência física, sexual e cruéis assassinatos. (OSTERNE, 2011).

Historicamente, a violência contra mulheres se alicerça nas profundas desigualdades de gênero entre mulheres e homens. Consiste em um problema diário que atinge as mulheres independentemente de classe social, idade, raça e graus de escolaridade. Embora sendo um crime e uma violação dos direitos humanos, a violência contra mulheres segue gerando vítimas em todo o mundo. Em pesquisa realizada pelo Instituto Avon juntamente com o Data Popular em 2014, (3) em cada (5) mulheres jovens já foram vítimas de violência em relacionamentos íntimos<sup>1</sup>.

Diante disso, consideramos que a/o bibliotecária/o por meio da sua responsabilidade social, pode contribuir no enfrentamento a violência contra mulheres por meio da disseminação, acesso e produção da informação, como também na conscientização dos direitos das mulheres que vivem em situação de violência.

A insuficiência, a imprecisão e a falta de consistência de informação, nas organizações, dificultam a visibilidade e o dimensionamento da violência contra mulheres e impedem que políticas públicas sejam implantadas a fim de assegurar a vida das mulheres. (CÔRTEZ; LUCIANO; DIAS, 2012).

De acordo com Barreto (2007, p. 23), “a informação sintoniza o mundo, pois referencia o homem ao seu passado histórico [...] colocando-o em um ponto do presente, com uma memória do passado e uma perspectiva do futuro [...]”. Levando em consideração esses apontamentos, consideramos que as articulações da Ciência da Informação, da Biblioteconomia, com as relações de gênero, em especial, com as produções a respeito da violência contra as mulheres, podem contribuir para a compreensão e o enfrentamento da violência. Vários estudos foram realizados na CI que focalizam o uso da informação, porém, poucos são os estudos sobre a temática da violência contra mulheres principalmente quando esta está voltada ao uso da informação.

Em um levantamento feito na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), que atualmente disponibiliza em sua base 8303 textos publicados em 37 periódicos nacionais impressos e eletrônicos da

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/dados-e-pesquisas-violencia/dados-e-fatos-sobre-violencia-contra-as-mulheres/>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

área de CI, localizamos 4 trabalhos que abordam a temática violência contra mulheres<sup>2</sup>, o que reforça a carência de estudos sobre esse assunto.

A produção científica acerca do tema “violência contra mulheres” pode indicar uma melhor compreensão sobre como esta questão está sendo referenciada pela CI, além de torná-la mais visível, já que na literatura brasileira este tema ainda é pouco evidenciado.

Outro assunto que precisa ser mais abordado é a questão do “gênero”. Em estudo realizado por Bufrem e Nascimento em 2012, na Brapsi, utilizando o termo “gênero” foram recuperados 74 artigos que abordaram essa temática entre os anos de 1972 e 2011. Foram escritos por 102 autores/as diferentes, dentre os quais apenas 18 publicaram mais de um trabalho. Dos 102 autores/as, (79,28%) foram mulheres.

Conforme aponta Ferreira (2003), a pouca abordagem dessa temática na Biblioteconomia, pode ser ressignificada com a revisão dos conteúdos curriculares e com a busca de uma prática social que adote um caráter transformador da realidade no sentido de refletir o trabalho feminino nessas áreas, buscando as razões de sua desvalorização e mostrando saídas para que a/o profissional da informação repense sua inserção e os conflitos sobrevividos das relações sociais e de gênero.

A inserção da mulher no campo científico ainda se figura, não raro, desfavorável atualmente. De acordo com Bufrem e Nascimento (2012), em consonância a esta desigualdade, estudos como o descrito acima, apresentam um panorama de como o tema está sendo evidenciado e por quem. A implantação de políticas afirmativas, que se destinem não apenas incentivar a participação das mulheres na ciência, mas aprimorar e aprofundar a discussão sobre o gênero exige um melhor conhecimento sobre essas questões. Diante disso, a informação é um fator importante para dirimir as diferenças e expandir o conhecimento.

Para as mulheres, o acesso e a contextualização de seus trabalhos e concepções sempre foi um assunto de muita importância, em decorrência da

---

<sup>2</sup> Para recuperar a informação, fizemos uma busca por todos os campos de pesquisa (título, palavras-chave, resumo e autor/a) na Brapsi, e usamos o termo: violência contra mulheres. Sendo encontrados os seguintes artigos: *A cobertura da violência contra mulheres nos jornais de Cabo Verde* de Isis Cleide da Cunha Fernandes; *Para uma eliminação total dos feminicídios: propostas audiovisuais contra este tipo de violência no Brasil e no México* de Elena Bandrés Goldaráz; *Sexismo na linguagem: chaves para erradicá-lo nos meios e nas instituições* de Olga Bustos Romero; *Informação no enfrentamento à violência contra mulheres: Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra: relato de experiência* de Gisele Rocha Côrtes, Maria Cristiana Félix Luciano e Karla Cristina Oliveira Dias.



necessidade de serem reconhecidas como sujeitos da história. O estudo de gênero oferece os instrumentos de análise de como e para quem a participação das mulheres se torna componente de mudança da realidade, tal estudo é relevante nos atos de mediação e apropriação da informação em um conjunto de circulação de saberes institucionalizados. (CRIPPA, 2011).

É nesta perspectiva que desenvolvemos esta pesquisa, tendo em vista que a informação é uma ferramenta primordial para que as mulheres acessem os serviços oferecidos na rede de atendimento e também garantam seus direitos e lutem para superar o medo, a banalização e o preconceito que permeiam a situação de violência.

O novo espaço informacional possibilita a bibliotecária/o, distintas maneiras de utilizar e disseminar informações. A pesquisa ao ser finalizada e apresentada contribui com essa difusão, permitindo melhor compreensão a respeito do tema levantado.

Considerando que o acesso à informação pode contribuir para um melhor entendimento a respeito da violência contra mulheres e para construção de novos conhecimentos, o objetivo geral desta pesquisa se configura em:

- Descrever o conhecimento das/os alunas/os do curso de Biblioteconomia do 8º, 9º e 10º períodos, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em relação à violência contra mulheres.

Como objetivos específicos, buscamos:

- Traçar o perfil das/os alunas/os no tocante a faixa etária, raça/cor, ocupação, renda individual e familiar e o período do curso;
- Analisar quais meios de informação as/os alunas/os utilizam para obter informação a respeito dessa temática;
- Apresentar sugestões de como a/o bibliotecária/o pode contribuir para o enfrentamento à violência contra as mulheres e para a reflexão a respeito das práticas curriculares nos cursos de ensino superior.

A escolha do tema foi motivada pela minha participação no projeto de pesquisa “Informação e Violência contra as Mulheres, do Programa de Bolsas de Extensão da Universidade Federal da Paraíba, sob a coordenação da professora Dra. Gisele Rocha Côrtes.

O trabalho está estruturado em capítulos, divididos da seguinte forma: **introdução:** que descreve o tema em questão, apresentando o problema a ser

investigado e o objeto de estudo; **referencial teórico:** produzido com base na pesquisa bibliográfica em diferentes suportes, proporcionando o conhecimento sobre o assunto proposto; **metodologia:** que se configura na caracterização da pesquisa e apresentando o campo da pesquisa; **resultados e discussões:** que inclui a descrição dos dados, a utilização de gráficos e quadros tendo por base a análise descritiva e de conteúdo, e por fim, **considerações finais:** abordando a importância em fornecer visibilidade ao tema “Violência contra mulheres”, e como a/o profissional bibliotecária/o pode contribuir para o enfrentamento à violência.

## 2 BIBLIOTECONOMIA: BREVE HISTÓRICO

A Biblioteconomia teve início a partir do surgimento da biblioteca de Alexandria em 288 a.C. As bibliotecas da Idade Média, conhecidas como bibliotecas monásticas, também foram de extrema importância para a história da profissão. Localizadas nos conventos e nos mosteiros, as bibliotecas monásticas só permitiam o seu acesso ao clero e a nobreza, os quais pensavam que ao possuir toda a fonte de conhecimento conquistariam o poder. (RUSSO, M., 2010).

Conforme a mesma autora, no Renascimento começa a surgir um novo modelo de biblioteca, também denominadas de bibliotecas particulares. Esses tipos de bibliotecas são consideradas pioneiras das bibliotecas modernas, da qual tem como um de seus aspectos o fácil acesso dos livros ao público. Com o passar do tempo, Johannes Gutenberg dá origem a Imprensa, permitindo, a datar do século XVI, a difusão da informação e a laicização do conhecimento.

No Brasil, a Biblioteconomia se manifesta através da criação das bibliotecas jesuítas, franciscanas e beneditinas, mas especialmente com a criação da Biblioteca Nacional, localizada no Rio de Janeiro. O ensino de Biblioteconomia surgiu com base no Decreto 8.835 de 11 de Julho de 1911 que instituiu o primeiro curso de Biblioteconomia na Biblioteca Nacional. O curso foi baseado no da École Nationale des Chartes. O segundo curso foi criado em São Paulo no Colégio Mackenzie, em 1929, inspirado no curso da Columbia University. Em 1936, com a formação do Curso de Biblioteconomia do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo por Rubens Borba de Moraes, o curso do Colégio Mackenzie finalizou suas atividades. Contudo, em 1939 por questões políticas a prefeitura de São Paulo rompeu a concessão oferecida ao curso, porém Rubens Borba conseguiu apoio na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, reinstalando o curso em maio de 1940. (RUSSO, L., 1966; CASTRO, 2000).

De acordo com Russo, L. (1966), Rubens Borba de Moraes juntamente com Adelpha Silva Figueiredo instituíram uma Biblioteconomia transformadora, fazendo com que a Biblioteca Municipal de São Paulo fosse uma espécie de laboratório onde muitas/os profissionais bibliotecárias/os eram formadas/os para atuar em prol da comunidade.

Em 1958 formou-se, em Londres, o Institute of Information Scientists. E dez anos depois o American Documentation Institute transformava-se em American

Society for Information Science. Estava institucionalizada a Ciência da Informação (CI). (FONSECA, 2007).

A Ciência da Informação teve início em meio à revolução científica e técnica sucedida após a Segunda Guerra Mundial. Com a estabilização da revolução industrial na Europa e nos Estados Unidos, no final do século XIX, houve um aumento na quantidade de fatos informacionais em ciência e tecnologia provocando o que chamaram de “explosão informacional”. Apareceram diversas ideias a fim de controlar este crescente número de informações, mas foi com a iniciativa de dois advogados belgas, Paul Otlet e Henri La Fontaine, que nasceu o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), em 1895, no sentido de tornar universal todo o conhecimento humano. (OLIVEIRA, 2005; PINHEIRO, 2002; SARACEVIC, 1996).

A ação de Paul Otlet e Henri La Fontaine deu início a um problema atual das relações culturais entre a informação e o conhecimento. O sonho de Paul Otlet era fazer com que todas as pessoas ou a maioria delas tivessem acesso à informação por meio de um conjunto de bibliotecas interligadas por canais telégrafos e telefônicos. (BARRETO, 2007).

A “utopia” de Paul Otlet e Henri La Fontaine sobre o valor e a universalidade da documentação pode ser vista como a origem da CI. Em 1931, Paul Otlet e Henri La Fontaine propõem a substituição do termo Bibliografia por documentação<sup>3</sup>, englobando tudo o que era produzido e não só os livros e periódicos, como também os artigos, relatórios científicos e técnicos, desenhos industriais, cartões-postais e fotografias, os quais colaboraram para que as/os profissionais da informação repensassem as técnicas e possibilidades de tratar e recuperar as informações. Tal aspecto contribuiu para uma nova concepção de mercado para atuação das/os profissionais, de início bibliotecárias/os e documentalistas, logo depois conhecidas/os como profissionais da informação. Outro fator importante para essas/es profissionais foi a construção da Classificação Decimal Universal (CDU), elaborada por Paul Otlet e Henri La Fontaine e implantada pelo IIB, que contribuía para o tratamento dos documentos. (OLIVEIRA, 2005; PINHEIRO, 2002; SARACEVIC, 1996).

Assim, temos uma visão particular da relação entre a Biblioteconomia, a documentação e a Ciência da Informação.

---

<sup>3</sup> Em 1938, o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) passa a ser chamado de Federação Internacional de Documentação (FID).

A CI cresceu historicamente tendo em vista as transformações informacionais na sociedade. Hoje em dia compartilhar o conhecimento para as pessoas que precisam é uma responsabilidade social, sendo esta o alicerce da CI. (WESIG; NEVELLING, 1975 *apud* SARACEVIC, 1996). Um dos objetivos da CI e da Biblioteconomia é contribuir para que a informação se torne cada vez mais um elemento de inclusão social, trazendo o desenvolvimento para o mundo.

O atributo da informação é gerar o conhecimento no indivíduo levando também para sua realidade. É nessa acepção que a interdisciplinaridade da CI aparece, pois ao se interligar com o conhecimento a informação precisa ser pensada junto com várias áreas como a filosofia, a ciência da computação, a ciência cognitiva, a linguística, a biblioteconomia, a sociologia entre outras. Diante disso Saracevic (1996, p. 48) afirma que “os problemas básicos de se compreender a informação e a comunicação [...] incluindo as tentativas de ajustes tecnológicos, não podem ser resolvidos no âmbito de uma única disciplina [...]”. É através da conexão com tais áreas que a CI tem uma importante função a cumprir em busca de solucionar os problemas críticos da sociedade atual.

A Biblioteconomia trabalha em conjunto com a CI buscando soluções para o mesmo problema que norteia a área; porém, exercem campos científicos orientados por paradigmas diferentes. (OLIVEIRA, 2005).

Tanto a Ciência da informação como a Biblioteconomia são áreas respeitáveis, e a/o profissional da informação tem importante ação a desempenhar na sociedade; que é compartilhar a informação para os que dela necessitam.

Segundo Barreto (1994), a informação é algo que gera mudanças nos estoques mentais. Sendo assim, o acesso à informação é essencial para transformação da situação social e subjetiva das mulheres em situação de violência, pois através da informação as mulheres poderão encontrar subsídios para romper com a dinâmica da violência.

Neste sentido, apresentamos como proposta, investigar a ótica das/os alunas/os do curso de Biblioteconomia em relação à violência contra mulheres e de que forma a/o bibliotecária/o pode contribuir no enfrentamento à violência tendo em vista sua responsabilidade social como mediadora/or da informação.

## 2.1 INFORMAÇÃO

A informação é a base fundamental para adquirir o conhecimento; sendo que este só é possível por meio da informação, portanto, ela é a matéria prima do conhecimento. Diante disso, a informação tem um significado singular no que diz respeito ao desenvolvimento da sociedade. (SOUZA, 2007).

A informação e o conhecimento são ao mesmo tempo causa e efeito de si mesmos, eles interagem de forma eficaz de sorte que não gera nenhuma contradição, pois a informação é o agente que tem como finalidade originar o conhecimento, gerando extensão benéfica a ambos. (XAVIER; COSTA, 2010).

De acordo com Santana (2013), o conhecimento é parte essencial do desenvolvimento social. A fabricação e a modernização de conhecimentos estão particularmente vinculadas ao sentido que cada pessoa aplica à informação que acessa. Quando tratamos do que é informação, na maioria das vezes, essa resposta está atrelada à noção de conhecimento tendo em vista que há uma forte ligação entre eles.

Muitos confundem informação com dado. No entanto, é importante distinguirmos esses termos e posteriormente conceituarmos o que vem a ser conhecimento. Vamos ter como alicerce o pensamento de Silva (2007) para desenvolvermos esses conceitos.

Dado é a informação em forma bruta, ou seja, o que não contrai sentido sozinho, e, por conseguinte, não produz nenhuma mudança naquele/a que o recebe. Por exemplo: Imagine uma mulher que se encontra em situação de violência na busca por determinados serviços, que até então ela desconhece, para auxiliá-la nesse processo. Ela só possui um dado, que é o serviço desconhecido, o que não vai oferecer nenhuma transformação.

A informação por sua vez, é o dado já potencializado, isto é, com significado, acarretando mudanças ao indivíduo que a recebeu. Ainda com base no exemplo anterior, imagine um novo cenário: a mulher agora se dirige a um centro de atendimento que presta atendimentos às mulheres em situação de violência, que vai auxiliá-la por meio do atendimento social, psicológico e jurídico, contribuindo para que essa mulher rompa com o ciclo da violência.

Por fim, conhecimento, que é quando retemos a informação e a empregamos para uma determinada finalidade, colocando-a em prática. Considerando o nosso

exemplo, é quando a mulher se utiliza dos serviços para romper com a situação de violência.

A informação quando é assimilada de forma adequada gera a produção do conhecimento, com isso, traz benefícios ao desenvolvimento do indivíduo e do meio em que ele vive. Conforme Barreto (1994), para que a informação passe a intervir na vida social das pessoas produzindo conhecimento que promova o desenvolvimento social, a mesma precisa ser disseminada e aceita como tal.

Barreto (2005) reflete a respeito da informação como mecanismo simbolicamente significativa com a intenção de promover conhecimento no indivíduo em seu grupo e na sociedade. A informação precisa ser trabalhada enquanto mediadora do conhecimento, tendo finalidade de gerar novos conhecimentos, visto que a informação é “[...] capaz de criar ou informar novos contextos de significado.” (NASCIMENTO; MARTELETO, 2004, p. 8).

A informação tem enorme ação a cumprir no desenvolvimento do mundo, principalmente quando se refere ao desenvolvimento científico, tecnológico e social; seu valor está ligado à função de organizar, transmitir e usar o conhecimento a fim de contribuir para a qualidade de vida dos agentes sociais. (ARAÚJO, 1991).

Segundo Freire, G. e Freire, I. (2010, p. 15) a informação é “um fenômeno que ocorre no campo social” que para durar precisa haver três condições básicas que são: o ambiente social, agentes e canais.

- Ambiente social – Argumento que possibilita a comunicação da informação;
- Agentes – Emissor/a; aquele/a que produz a informação, e o/a receptor/a, que recebe a informação. O/a receptor/a de hoje poderá ser um/a produtor/a de informação amanhã;
- Canais – Meios por onde as informações circulam.

A informação é um processo de comunicação adequado entre quem emite e quem recebe a mensagem, gerando conhecimento para o indivíduo e o grupo a que ele pertence. Segundo Le Coadic (2004), a informação é um conhecimento que é registrado de forma escrita, seja ele impresso ou digital, oral ou audiovisual, em algum suporte.

Para Barreto (2005) é necessário ter uma visão geral das ações de linguagem e de sua semelhança com os atos de comunicação. Um ato de comunicação é essencial quando o/a emissor/a transmite a mensagem para o/a receptor/a; e para

que a mensagem seja viabilizada de forma correta, precisa de um assunto identificador e esse assunto precisa ser compreensível ao receptor/a.

A informação possui um valor social determinante para ampliação dos direitos sociais. Segundo Araújo (1992), todo ser humano tem direito à informação, pois esta é a categoria essencial para o aprendizado da cidadania. Ainda seguindo o pensamento da autora, a informação tem ação transformadora na vida do indivíduo, na produção de novos conhecimentos, visto que tanto a informação quanto o conhecimento podem transformar relações de poder, as quais subordinam e discriminam mulheres, negras/os, homossexuais, pessoas com deficiências, entre outros.

A informação sempre foi peça fundamental para auxiliar o indivíduo em suas atividades, tendo em vista que essas atividades pautam-se nas tarefas exercidas diariamente. Os métodos de produção, passagem e uso da informação são sociais, já que eles ocorrem entre a sociedade e suas relações interpessoais. Sendo assim, entende-se que as medidas históricas, culturais, tecnológicas, econômicas, sociais e políticas são pré-condições para a compreensão da 'informação'. (NASCIMENTO; MARTELETO, 2004).

No entanto, conforme Azevedo e Marteleto (2008) a informação seria uma ligação entre a cultura e o indivíduo e, conseqüentemente um componente de apoio e construção de uma determinada estrutura social. Ainda no pensamento das autoras, a importância de uma informação não se define a priori, mas a partir de uma determinada situação, das relações entre os sujeitos, dos seus embates ou de suas situações socio-históricas. Tudo decorre de como e de onde as situações têm sido discutidas e problematizadas, fazendo-se necessário haver uma interpretação por parte de produtoras/es, intermediadoras/es e de receptoras/es das informações em diversos campos culturais.

Uma informação interpretada de forma correta é capaz de produzir um conhecimento adequado, que por outro lado pressupõe em uma comunicação compreensível e conseqüentemente geradora de novos conhecimentos que vão realimentar o desenvolvimento de cada indivíduo. O que confirma essa perspectiva é que a falta de informações corretas impede o acesso das pessoas à realidade que as cercam, isto é, "como e por que as coisas acontecem". (MARTELETO; RIBEIRO, 2001, p. 3).

Conforme aponta Targino (1991, p. 155),



A informação é, portanto, direito de todos. É um bem comum, que pode e deve atuar como fator de integração, democratização, igualdade, cidadania, libertação, dignidade pessoal. Não há exercício de cidadania sem informação. Isto porque, até para cumprir seus deveres e reivindicar seus direitos, sejam eles, civis, políticos ou sociais, o cidadão precisa conhecer e reconhecê-los e isto é informação.

No tocante à violência contra mulheres, a informação ocupa uma posição central levando acessibilidade para mulheres em situação de violência. Conforme aponta Cortês; Luciano; Dias (2012, p. 135),

A informação ocupa uma posição de centralidade para que as mulheres tenham acesso aos serviços disponíveis na rede de atendimento, conheçam os seus direitos e se fortaleçam para superar o medo, a vergonha, o isolamento e o preconceito, que perpassam a dinâmica da violência.

A informação é uma ferramenta essencial no combate a violência contra mulheres, bem como no processo de tomada de decisões e no planejamento de políticas públicas capazes de combater, prevenir e erradicar essa problemática; fortalecendo o monitoramento e aprimoramento de ações que busquem alterar a desigualdade que afeta a vida de milhares de mulheres cotidianamente. No que tange as bibliotecárias/os, consideramos que a atuação em bibliotecas e demais unidades informacionais, a exemplo dos órgãos de atendimento às mulheres em situação de violência, é essencial para a prevenção deste grave problema social e a responsabilidade social desta/e profissional.

### 3 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A responsabilidade social vem atingindo todos os espaços sociais, culturais, políticos e econômicos na sociedade; estimulando uma interação entre as organizações e a sociedade como um todo. Antes limitada somente às áreas de gestão, administração e ao marketing, sobretudo ao marketing social, hoje a responsabilidade social já estabeleceu seu espaço nos demais campos de estudo, incluindo a Ciência da Informação e a Biblioteconomia. (GARCIA; TARGINO; DANTAS, 2012).

Os primeiros vestígios da responsabilidade social tiveram início na França em 1899 quando o criador do *Conglomerado U.S. Steel Corporation*, Andrew Carnegie, publicou um livro intitulado *O evangelho da Riqueza*, que fundava um método clássico da responsabilidade social das grandes empresas. Este livro era baseado em dois princípios básicos: o da caridade, que determinava que as pessoas bem-sucedidas ajudassem aqueles menos favorecidos e o outro princípio estava relacionado às empresas no sentido de zelar e multiplicar as riquezas da sociedade. (KARKOTLI; ARAGÃO, 2005 apud BECKER; HOFFMANN; KRUSSE, 2007).

No Brasil os primeiros indícios sobre responsabilidade social surgiram em meados dos anos 60. Este movimento obteve um grande impulso na década de 90, por meio de ações de organizações não governamentais, institutos de pesquisa e empresas movidas pelo assunto. (BECKER; HOFFMANN; KRUSSE, 2007).

Segundo Eon (2014), responsabilidade social é quando as empresas voluntariamente exercem atitudes, condutas ou obras que motivem o bem-estar dos seus públicos interno e externo. Levando o conceito para o campo da Ciência da Informação, Garcia, Targino e Dantas (2012, p. 19) enunciam que a

RS da Ciência da Informação refere-se à capacidade de priorizar a informação em suas diferentes nuances, como elemento precípuo da comunicação, com enfoque sociológico que justifica o ciclo informacional sempre em prol da humanidade, mediante ações contínuas, sistemáticas e que expressem comprometimento das organizações envolvidas.

A responsabilidade social da Ciência da Informação se fortalece após as discussões acerca da organização da documentação científica, deste modo começam a surgir as inquietações sobre a transferência da informação. (SANTOS; CARDOSO FILHO, 2011).

Wersig e Neveling (1975) citados por Santos e Cardoso Filho (2011) asseguram que a CI é fundamental para atender as necessidades sociais que abarcam a sociedade e que sua responsabilidade social se dá a partir do momento em que permite a passagem do conhecimento para o indivíduo, servindo de apoio para o mesmo. Diante disso a responsabilidade social visa o avanço da sociedade principalmente quando este avanço está voltado para o desenvolvimento social do indivíduo oferecendo a este uma nova perspectiva de vida.

A responsabilidade social assume um importante papel na Ciência da Informação e na Biblioteconomia na medida em que proporciona o conhecimento para as pessoas. Como um componente de inclusão social, a responsabilidade social da CI oferece apoio à sociedade buscando soluções para suas necessidades informacionais.

De acordo com Freire (2008), o acesso informacional precisa ser visualizado como componente principal no que diz respeito às políticas públicas de inclusão social. Diante disso a responsabilidade social da CI estabelece uma relação inseparável com as políticas públicas. (SANTOS; CARDOSO FILHO, 2011).

As políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades implantadas pelo estado direta ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, com o objetivo de garantir determinado direito de cidadania, de modo difuso ou para determinado desenvolvimento cultural, social, étnico ou econômico. (PARANÁ, 2014). Para Farah (2004, p. 47) política pública pode ser compreendida como um desenvolvimento de ações do Estado, “[...] refletindo ou traduzindo um jogo de interesses. Um programa governamental, por sua vez, consiste em uma ação de menor abrangência em que se desdobra uma política pública.” A Ciência da Informação, focalizando sua responsabilidade social nas políticas públicas proporciona a esta, soluções para tomada de decisões oferecendo ferramentas e abrindo novos caminhos que vão servir para o desenvolvimento econômico e social da sociedade. (SOUZA, 2006; SANTOS; CARDOSO FILHO, 2011).

Refletindo sobre política pública a partir do ponto de vista de gênero, observa-se que esta inclusão tem se dado menos por meio de programas direcionados às mulheres do que pela manifestação da perspectiva de gênero em programas que não colocam as mulheres como ponto específico.

Existem programas que, apesar de destacar as mulheres ou dirigir a estas, medidas específicas, terminam reiterando desigualdades de gênero, confirmando uma posição protegida e subordinada das mulheres no espaço público como também no privado. Como é o caso dos programas de geração de emprego e renda e combate à pobreza, que tem natureza unicamente assistencialista, e desvia-se das reivindicações dos movimentos e entidades relacionados à questão do gênero, por não se encaminhar para a autonomia e empoderamento das mulheres. (FARAH, 2004).

De acordo com Batliwala (1994),

O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até à resistência, protesto e mobilização coletivas, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos. (BATLIWALA, 1994, p. 130 *apud* SARDENBERG, 2006, p. 6).

O acesso e controle de recursos materiais e informacionais, conforme Sardemberg (2006) configura-se como mecanismo de empoderamento das mulheres. A informação estimula a construção da autonomia, da autoconfiança e da autoestima, instrumentos necessários para que as mulheres individual e coletivamente possam atuar no sentido de transformar as estruturas sociais de classe, gênero, raça, orientação sexual, dentre outras. Nesta perspectiva, o campo da CI pode fortalecer a redução das desigualdades por meio da atuação da/o bibliotecária/o atuando como mediadora/or na produção, disseminação e publicização da informação de programas e políticas públicas alicerçados na perspectiva das relações de gênero.

Em pesquisa realizada na Brapci, realizou-se uma busca por título, palavras-chave e resumo sobre artigos que trabalham com a temática Responsabilidade Social da Ciência da Informação, foram recuperados ao todo (44) trabalhos que abordam esse assunto.

Tendo em vista o assunto discutido no nosso trabalho, escolhemos algumas pesquisas que referenciam a temática responsabilidade social da Ciência da Informação com enfoque na/o profissional da informação<sup>4</sup>. Em resumo, esses trabalhos apresentam conceitos sobre a RS da CI e discutem a ação da/o profissional da informação mediante sua responsabilidade social bem como os novos modelos de formação da/o bibliotecária/o, no sentido de aplicar a responsabilidade social como estudo base na formação da/o mesma/o.

Esperamos que muitos estudos envolvendo esse assunto possam ser desenvolvidos objetivando que por meio dessas pesquisas o conhecimento possa ser disseminado na sociedade, contribuindo para o seu desenvolvimento social e intelectual que é próprio da Responsabilidade Social da Ciência da Informação.

### 3.1 A/O BIBLIOTECÁRIA/O E A RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social é uma atitude que precisaria fazer parte das atividades de todas/os as/os profissionais, inclusive, da/o bibliotecária/o. A discussão acerca desse assunto não é recente, surgiu juntamente com as discussões acerca da responsabilidade empresarial, na década de 1950. Antes a responsabilidade social da/o bibliotecária/o estava relacionada aos cuidados com o acervo; atualmente esta prática sofreu várias mudanças e vem adotando novas formas de gerar a interferência e o bom uso da informação. (MORAES; LUCAS, 2012).

Ainda na visão das autoras, a prática bibliotecária/o, hoje em dia, está relacionada ao interesse com a sociedade e com suas necessidades informacionais. Tendo em vista que grande parte da população é desprovida do acesso a serviços eficazes, a interferência da informação seria um dos fatores fundamentais para resolver esta problemática.

A informação é apresentada como um bem simbólico e o acesso a ela é fundamental para o fortalecimento dos direitos sociais da/o cidadã/ão, diante disso a/o profissional bibliotecária/o deve posicionar-se de forma ativa ante a sua

---

<sup>4</sup> *Responsabilidade Social da Ciência da informação* de Isa Maria Freire e Vânia Maria Rodrigues Hermes de Araújo; *Responsabilidade ética e social do profissional da informação* de Juliana Soares da Fonseca e Joana Coeli Ribeiro Garcia; *Responsabilidade social na formação do bibliotecário brasileiro* de Marielle Barros de Moraes e Elaine de Oliveira Lucas; *Conceito de responsabilidade social da Ciência da Informação* de Joana Coeli Ribeiro Garcia, Maria das Graças Targino e Esdras Renan Farias Dantas.

responsabilidade social como mediadora/or da informação e também como educadora/or. (MORIGI; VANZ; GALDINO, 2002).

Conforme os mesmos autores, o direito à educação implica no direito ao acesso informacional, uma vez que a informação é parte integrante no processo educativo. Sendo assim, “a informação é um direito social do indivíduo e o acesso a ela é exatamente esse direito de ser informado, o direito de saber das coisas, numa linguagem muito simples.” (MORIGI; VANZ; GALDINO, 2002, p. 142). A/o bibliotecária/o pode contribuir para ampliação dos direitos sociais da/o cidadã/ão apresentando a sua ferramenta principal, a informação, para produção do conhecimento.

Estamos numa era em que as transformações sociais estão presentes em todas as esferas, seja no campo social, político, econômico ou cultural. É importante observar que a sociedade contemporânea está configurada à velocidade, ao instantâneo, ao momento e ao espaço que determinam um novo aspecto do/a leitor/a bem como a prática de métodos educacionais que abarquem os diversos passos do aprendizado. É neste sentido que o desempenho educacional da/o bibliotecária/o fica cada vez mais presente em relação a suas aptidões especiais como agente mediadora/or da leitura. Sendo assim, a/o bibliotecária/o como profissional da informação pode delinear ações que visem a ampliação dos serviços voltados ao uso da informação, colaborando para o avanço do processo de leitura e de cidadania na sociedade. (RASTELI; CAVALCANTE, 2013).

Ainda no ponto de vista dos/as autores/as, no Brasil a problemática da leitura pode ser compreendida ao averiguar que uma parte da população, mesmo sendo alfabetizada, não tem domínio quanto às agilidades de leitura e de escrita que permitem um conhecimento eficaz e adequado sobre os métodos sociais e profissionais que abarcam a língua escrita. Portanto, a competência informacional se faz necessária, pois sua capacidade encontra-se no aprendizado que vamos adquirindo ao longo da vida.

Sendo a leitura um “direito humano básico em um mundo digital, necessário para gerar o desenvolvimento, a prosperidade e a liberdade, criando condições plenas de inclusão social e cultural” (RASTELI; CAVALCANTE, 2013, p. 159), a/o bibliotecária/o como agente mediadora/or da leitura, deve sempre buscar o aprimoramento de seus métodos educacionais e o melhoramento contínuo de suas habilidades e competências informacionais, contribuindo assim para o

desenvolvimento informacional da sociedade; reconhecendo a leitura como um canal de acesso à informação capaz de construir o conhecimento no indivíduo.

Conforme Ferreira (2007), no contexto da sociedade atual, a organização, a disseminação e o tratamento da informação tendem a gerar novos conhecimentos. Para isso, a segurança e o crescimento do seu acesso por meio de políticas e programas, fundamentam-se em um fator chave de abrangência social. É nesse sentido que a/o profissional bibliotecária/o pode intermediar a organização e disseminação no processo de busca e uso da informação; garantindo o acesso à informação e designando estruturas para o desenvolvimento da capacidade de absorção da informação, bem como a conscientização do indivíduo neste processo.

A conscientização segundo Araújo (1992, p. 42), é uma ação pela qual o indivíduo entende

O que é e o que deve ser a realidade que o cerca. Só o homem é capaz de assumir seu destino conscientemente, destino que é também o de seus semelhantes e do mundo. [...] O desejo de libertar-se de estruturas sociais, que não permitem viver uma vida verdadeiramente humana, é o passo principal no processo de conscientização do homem.

Diante disso, o ser humano não aceita viver em condições sub-humanas de vida e o processo de conscientização deste faz-se necessário para a construção de uma consciência transformadora capaz de abrir caminhos para solucionar os problemas que o cercam. É nesta acepção que a autora vai dizer que a opressão, a conscientização, a cidadania e a liberdade são etapas essenciais na marcha em direção a atrair condições humanas de vida.

Portanto, em um sentido amplo, pode-se analisar que cidadania é o nome que expressa o conjunto de direitos e deveres da/o cidadã/ão na sociedade como um todo. (ARAÚJO, 1992).

O acesso e a inclusão educacional das mulheres foi uma luta para a conquista da sua cidadania. Contudo, as disparidades ainda persistem; as desigualdades estão no sistema educacional em relação aos campos do conhecimento e carreiras; no mercado de trabalho, com a diferença salarial e de sexo e com a desvalorização dos trabalhos ditos femininos, na pequena participação política das mulheres. (CARVALHO; RABAY; MORAIS, 2013).

De acordo com Olinto (2011), existem dois tipos de mecanismos utilizados para descrever essa desvalorização: a segregação horizontal e a segregação

vertical. É através da segregação horizontal que as mulheres são conduzidas a fazer escolhas e trilhar caminhos notadamente diferentes daqueles escolhidos ou percorridos pelos homens. Este tipo de segregação inclui métodos que fazem com que as escolhas de carreiras sejam separadas por gênero. Em relação à segregação vertical, esse tipo de mecanismo se mostra bem mais sutil e disfarçado, que tende a fazer com que as mulheres permaneçam em posições mais subordinadas e que não avancem nas suas escolhas profissionais.

Conforme a mesma autora, tanto a segregação horizontal como a vertical podem causar uma diferença de particularidades e habilidades entre homens e mulheres, o que deixaria claro a exclusão das mulheres de algumas ocupações e a sua complexidade em alcançar posições de destaque na hierarquia ocupacional.

Segundo Carvalho, Rabay e Morais (2013) continuam as desigualdades de poder em diversas instituições sociais, nas empresas públicas e privadas. Nas universidades, se encontram menos mulheres quanto maior for o cargo. Mesmo que as mulheres tenham conquistado seus direitos, a misoginia e a violência de gênero, física e simbólica, ainda não foram desarraigadas das relações sociais totalmente.

A falta de informação e a desinformação são aspectos cruciais que consolidam a submissão que várias mulheres andam assumindo diante dos homens na sociedade. É através da informação que conseguimos romper com os problemas críticos da sociedade, conscientizando as mulheres de seus direitos, de sua força e capacidade, eliminando a discriminação e colocando homens e mulheres em condição de igualdade. (NASCIMENTO, 2003).

Empoderar as mulheres é essencial para esta inclusão; é fundamental para o desenvolvimento econômico, para a construção de uma sociedade mais igualitária e sólida, para a melhoria da qualidade de vida das mulheres e dos homens, como também para a promoção da igualdade entre os gêneros.

Diante disso, a/o bibliotecária/o como agente mediadora/or da informação pode promover condições para que as mulheres ampliem seus conhecimentos e se tornem cidadãos conscientes de seus direitos.

O presente trabalho buscará conhecer a ótica de futuras/os bibliotecárias/os a respeito da dinâmica da violência contra as mulheres e as informações que possuem a respeito do tema, objetivando contribuir na transformação das condições de vida das mulheres em situação de violência e na formação cidadã das/os futuras/os profissionais. No próximo capítulo, faremos um breve resgate da publicização da



violência contra mulheres no Brasil e o protagonismo do movimento feminista na denúncia da violência doméstica.

## 4 VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E MOVIMENTO FEMINISTA

### 4.1 BREVE PANORAMA DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: DEFINIÇÕES E DADOS

A violência contra as mulheres ocorre com diferentes nuances em distintas culturas, religiões, idades, caracterização étnico/racial, classes sociais e graus de escolaridade. É um dos fenômenos que mais adquiriu visibilidade ultimamente em todo o mundo. Como aspecto social que provoca diversos prejuízos à saúde física e psicológica atingindo o desenvolvimento social das mulheres, a violência contra mulheres é um assunto que precisa ser estudado para que apareçam soluções à sua problemática. (BEZERRA; GOMES, 2012).

Violência, em seu sentido amplo, significa usar a força física e psicológica para sujeitar outra pessoa a realizar algo contra a sua própria vontade; é coagir, é forçar, é impedir o ser humano de expressar seus desejos e vontades. Como violação dos direitos humanos, a violência atinge a cidadania das mulheres impedindo a autonomia, a liberdade e o direito de ir e vir; roubando-lhes a paz e o direito de expressar seus desejos e opiniões. (TELES; MELO, 2003).

De acordo com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará<sup>5</sup> - entende-se por violência contra a mulher “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (10 ANOS..., 2004). Isso significa dizer que a violência contra mulheres alicerça-se em relações de gênero desiguais.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) em estudo de 2013 notificou que a agressão perpetrada por parceiro íntimo é o fator mais comum de violência contra mulheres no mundo inteiro. Em relatório divulgado pela OMS no mesmo ano, verifica-se que grande parte das mulheres que sofrem agressões por parte de seus maridos ou namorados têm problemas de saúde, tais como: lesões físicas, complicações na gestação, e doenças mentais como a depressão. O relatório verificou que as mulheres que sofrem violência de seus companheiros são 1,5 vezes

---

<sup>5</sup> Adotada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994, no Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral.  
Disponível em: <<http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>>.

mais tendentes a ter doenças como a sífilis, a clamídia ou a gonorréia. (ORGANIZAÇÃO..., 2013).

A pesquisa realizada no Brasil, intitulada - Mapa da violência 2015 - indica que o Brasil ocupa a quinta posição na incidência de homicídios de mulheres, num ranking mundial de 83 países, ficando atrás apenas de El Salvador, Colômbia, Guatemala e a Federação Russa. O número de assassinato contra mulheres cresceu (260%) em dez anos. O estudo investigou dados de violência entre os anos de 2003 e 2013 e constatou que o número pulou de 35 homicídios em 2003 para 126 em 2013. (WAISELFIZ, 2015).

Conforme o Mapa, a Paraíba ocupa a 2ª colocação e João Pessoa o 3º lugar no ranking nacional de homicídios de mulheres. Um fato recente que foi bastante repercutido na mídia local e nacional o qual podemos mencionar: as duas mulheres que foram sequestradas juntamente com um bebê de nove meses, no bairro do Jardim Cidade Universitária em João Pessoa, onde as duas foram violentadas física e sexualmente, sendo uma delas morta. O fato ocorreu em 20 de junho de 2015.<sup>6</sup>

Conforme Prado (2014) em pesquisa realizada através dos dados da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, apontam que a violência contra mulheres ocorre com frequência e na frente das/os filhas/os. Verificou-se que (77%) das mulheres em situação de violência são agredidas semanal ou diariamente. Nos seis primeiros meses do ano o Ligue 180 realizou 265.351 atendimentos, sendo que as denúncias de violência corresponderam a (11%) dos fatos, ou seja, foram reproduzidos 30.625 casos. Em (94%) deles, o autor da violência é o companheiro, ex-companheiro ou familiar da vítima. Os dados ainda nos revelam que (64,50%) das/os filhas/os já presenciaram a violência e (17,73%) além de presenciar, também sofreram agressões. Entre os tipos de violência registrados pelo Ligue 180, os mais relatados foram a violência física (15.541); seguida pela psicológica (9.849); moral (3.055); sexual (886) e a patrimonial (634).

De acordo o APAV e o SOS<sup>7</sup>– Ação Mulher e Família, existe um ciclo que permeia a dinâmica da violência composto por três fases:

---

<sup>6</sup> O assassino foi localizado, preso e aguarda julgamento pelos crimes cometidos.

<sup>7</sup> O Apoio à vítima (APAV) é uma organização sem fins lucrativos e de voluntariado que tem por missão oferecer apoio às vítimas de crime, suas famílias e amigos/as, fornecendo serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais. Disponível em: <<http://apav.pt/vd/index.php/vd/o-ciclo-da-violencia-domestica>>.

O SOS – Ação Mulher e Família é uma instituição que presta serviços de apoio, orientação e acompanhamento às famílias que têm membros em situação de ameaça ou violação de direitos e que

- Aumento da tensão - Nesta fase pode acontecer agressões verbais, crises de ciúme, destruição de objetos, humilhação psicológica, ameaças e pequenos atos de agressões físicas que produzem nas mulheres uma sensação de perigo constante;
- Ato da violência – Ocorre quando o agressor maltrata física e psicologicamente a mulher; estas agressões tendem a aumentar provocando nas mulheres medo, raiva e ansiedade;
- Lua-de-mel – Nesta fase o agressor mostra-se arrependido e começa a envolver a mulher com carinho e atenções, desculpando-se pelos atos de agressões e prometendo nunca mais voltar a praticar tais atos.

Muitas mulheres têm medo de denunciar seus agressores dificultando o rompimento com o ciclo da violência, ocasionando a subnotificação dos dados de violência.

#### 4.2 MOVIMENTO FEMINISTA E A PUBLICIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

O feminismo é um movimento político que marcou enormes conquistas das mulheres em diversos países. O movimento feminista internacional teve início na Inglaterra no final do século XIX, quando as mulheres formaram grupos para lutar por seus direitos, sendo o primeiro deles, o voto. Esse grupo ficou conhecido como sufragista e ascendeu grandes manifestações em Londres. Depois de muitas lutas as mulheres conseguiram o direito ao voto, conquistado no Reino Unido em 1918. A primeira manifestação do feminismo no Brasil teve como líder a bióloga Bertha Lutz. Essa luta também foi pautada pelo direito ao voto, conquistado somente em 1932 com a proclamação do Novo Código Eleitoral brasileiro. (PINTO, 2010).

Depois de um curto período de circunstancial desmobilização, o feminismo reaparece em conexão aos movimentos contestatórios dos anos 1960, a exemplo do movimento estudantil na França, das lutas pacifistas em combate a guerra do Vietnã

nos Estados Unidos e do movimento hippie internacional que suscitou uma verdadeira transformação nos costumes da época. (COSTA, 2005).

No Brasil, o movimento feminista manifesta-se no começo do século XX seguido das reformas econômicas e culturais que o país enfrentava após o fim da Primeira Guerra Mundial. A industrialização e a urbanização transformaram a rotina, principalmente das mulheres, que começaram a ganhar espaço nas ruas, no mercado de trabalho, nas escolas, com o acesso a educação, e adquirindo hábitos e valores de outros países. (BLAY, 2003).

A partir dos anos 1970 a imprensa feminista surge quando as mulheres se organizam erguendo bandeiras que se somavam contra a ditadura militar. É nesta dinâmica que o movimento feminista no Brasil luta para tornar o direito das mulheres reconhecido. Associado às ideias que caracterizaram o feminismo em outros países, o movimento feminista buscava métodos para assegurar a sua autenticidade. (WOITOWICZ, 2008).

Segundo Costa (2005), o movimento feminista se difundiu por meio de novos grupos em todas as grandes cidades do Brasil e adota novas bandeiras como direitos reprodutivos, sexualidade e o combate à violência contra as mulheres. O feminismo apareceu na televisão transformando os programas femininos, que até então só abordavam assuntos sobre culinária, educação das/os filhas/os, moda, etc., para evidenciar temas impensáveis como anticoncepcional, sexualidade, orgasmo feminino e violência doméstica.

Ainda seguindo o pensamento da autora, o movimento feminista brasileiro dos anos 1970 se caracteriza em fazer parte de um vasto e heterogêneo movimento que encadeava as lutas contra as diversas formas de discriminação contra as mulheres e na luta pela redemocratização.

Diante de pressões dos movimentos feministas, em 1975 a ONU criou o primeiro Dia Internacional da Mulher, na mesma época em que se criava, em São Paulo, o Movimento Feminino pela Anistia que resultou na fundação do Centro da Mulher Brasileira, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Ao movimento feminista se uniram grupos que reivindicavam para que as mulheres tivessem melhores condições de vida, pela anistia e para que homens e mulheres tivessem os mesmos direitos. (RIBEIRO, 2010; BLAY, 2003).

É notável, para as feministas, o protagonismo que tiveram na luta pela anistia, por creches, no combate à descriminalização do aborto que reprime, em geral, as

mulheres de baixa renda, que o fazem em situação de precariedade e que, até hoje, tem sido causa de mortalidade materna no país; entre outras razões. (CARNEIRO, 2003).

Segundo Teles (2003), o movimento feminista brasileiro começou a evidenciar a questão da violência contra mulheres no final da década de 1970, no II Congresso da Mulher Paulista, em Valinhos, rompendo com o silêncio em relação à exploração sexual e a violência doméstica. Neste encontro foi criado o SOS-Mulher<sup>8</sup>, localizado em São Paulo, em seguida se expandiu para o Rio de Janeiro e Pernambuco. Em Minas Gerais foi implantado o Centro de Defesa da Mulher. Todas essas organizações não tinham apoio governamental e tinham como objetivo atender as mulheres em situação de violência, com serviços social, psicológico e jurídico realizados voluntariamente.

Conforme a mesma autora, no Brasil era comum ter a ideia de que só os homens negros e pobres batiam nas mulheres, por causa do alcoolismo ou da pobreza. A violência contra mulheres era tratada somente pelo viés econômico. Era normal tratar das agressões como uma discórdia familiar, e a mulher era apresentada como culpada pela agressividade do homem. Quando as mulheres se conduziam as delegacias comuns de polícia para denunciar a ocorrência, não era raro sofrer constrangimentos por parte dos policiais que alocavam a elas a responsabilidade pela agressão.

Um fato bastante importante que fez com que o tema violência contra mulheres ganhasse visibilidade ocorreu em São Paulo, quando uma mulher de classe média alta, casada com um professor universitário, branco e reconhecido entre os intelectuais, foi agredida por ele. Quando o professor foi denunciado pela própria mulher, a acusação foi bastante repercutida. Pois ele não era negro, pobre, alcoólatra nem iletrado. Foi depois desse fato que surgiu o slogan de uma campanha: "O silêncio é cúmplice da violência". Foi então que muitas mulheres começaram a denunciar a violência praticada por seus companheiros. A partir de então o SOS-Mulher de São Paulo registrou 700 casos de violência contra mulher em menos de um ano de funcionamento. (TELES, 2003).

---

<sup>8</sup> O SOS-Mulher tinha como principal objetivo, prestar atendimento às mulheres em situação de violência. Para Pinto (2003) esta organização buscava se instituir como um espaço não só de atendimento a essas mulheres, mas também como um espaço de reflexão e de transformação da condição de vida das mulheres.

As feministas não se calavam diante da problemática da violência e por meio de campanhas como: “Quem ama não mata”, “O Silêncio é Cúmplice da Violência”, “Denuncie a Violência contra Mulher” organizaram grupos de mulheres a fim de denunciar e combater os variados tipos de violência praticados contra as mulheres. Foi através dessas campanhas que as mulheres passaram a denunciar o assassinato de mulheres “por amor” e por “defesa da honra”.

Graças às reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres que o então governador Montoro em 1985 criou, por decreto, a Delegacia Policial de Defesa da Mulher.

As Delegacias Especiais de Atendimento a Mulher (DEAMs), surgiram com a finalidade de oferecer um atendimento assistencial às mulheres em situação de violência doméstica. As/os profissionais que trabalham nas DEAMs devem se capacitar para o entendimento acerca desse tipo de violência, além de estarem qualificadas/os para investigação criminal. (BRASIL, 2010).

O papel exercido pelas delegacias especiais era de tornar visível o número de ocorrências de violência contra mulheres. Essas delegacias também se fundamentam como um local efetivo para publicizar a violência que até então permanecia entre quatro paredes, sem testemunhas, relacionada somente a vida conjugal. (SILVEIRA, 2006).

Segundo Bandeira (2014), o impacto positivo e representativo causado pelas DEAMs é incontestável, não somente pelo valor que apresentou para as mulheres, principalmente, aquelas menos favorecidas social e economicamente, com acesso limitado ao sistema policial, mas também porque são as vítimas de denúncias da violência doméstica com grande visibilidade social. As DEAMs exercem um proveito político para que as mulheres tenham apoio para romper com o ciclo da violência.

Articuladas às DEAMs foram fundadas as Casas Abrigo, nos anos 1990, para mulheres com risco de morte em decorrência da violência doméstica. Conforme Bandeira (2014), atualmente há um total de 80 Casas Abrigo espalhadas pelo país.

A criação das Casas Abrigo foi primordial para ajudar nos casos de violência mais graves. As Casas Abrigo são espaços seguros que disponibilizam moradia protegida e atendimento integral às mulheres que correm risco de vida por motivo da violência doméstica. É um serviço sigiloso e temporário, onde as usuárias ficam por um tempo determinado, enquanto se recuperam buscando mecanismos para proteger-se da violência e continuar o curso de suas vidas. (BRASIL, 2011).

Outro serviço fundamental para as mulheres em situação de violência são os Centros de Referência da Mulher. Inspirados no SOS da década de 80, os Centros de Referência integram-se em núcleo de atendimento multiprofissional, oferecendo atendimento social, jurídico e psicológico às mulheres em situação de violência. O trabalho realizado pelo Centro de Referência tem natureza processual, isto é, interferir no ciclo da violência em que estas mulheres encontram-se inseridas. (SILVEIRA, 2006).

De acordo com a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência da Mulher, os Centros de Referência da Mulher são

[...] espaços de acolhimento/atendimento psicológico, social, orientação e encaminhamento à mulher em situação de violência, que proporcione o atendimento e o acolhimento necessários à superação da situação de violência ocorrida, contribuindo para o fortalecimento da mulher e o resgate da sua cidadania. (BRASIL, 2006, p. 15).

Os Centros de Referência da Mulher devem atuar como articuladores das organizações governamentais e não-governamentais que integram a Rede de Atendimento, propiciando o acesso das mulheres a esses serviços.

Visando apresentar e efetivar políticas públicas para as mulheres enfrentando todas as formas de discriminação e preconceito que transpassam a sociedade, foi criada em 2003, a Secretaria Nacional de Política para as mulheres no governo de Luís Inácio Lula da Silva, com Poder de Ministério. O órgão responsável por traçar, administrar, apresentar e efetivar políticas públicas para as mulheres em plano nacional tem por finalidade desenvolver a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de discriminação e preconceito que transpassam a sociedade. Com esse propósito, busca o reconhecimento das mulheres e sua colocação no sistema de desenvolvimento social, cultural e político da nação. (BRASIL, 2011).<sup>9</sup>

Todos esses serviços foram frutos das lutas do movimento feminista. O acesso a estes oferece às mulheres a oportunidade de sair da situação de violência como também contribui para a notificação dos dados acerca da violência contra mulheres.

---

<sup>9</sup> Em outubro de 2015 houve a junção da Secretaria de Políticas para as Mulheres com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e Secretaria de Direitos Humanos.



Uma das medidas mais significativas no Brasil concernente a questão da violência contra as mulheres foi a elaboração da Lei 11340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que recebeu esse nome em homenagem a biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que no ano de 1983 levou um tiro do marido pelas costas, deixando-a paraplégica. Mesmo ela tendo sofrido diversas agressões e tentativas de homicídio, o agressor só foi preso em 2003, permaneceu em regime fechado por dois anos, alcançando logo depois a liberdade.

A construção de uma lei específica para o enfrentamento à violência contra mulheres foi fruto do trabalho e da mobilização dos movimentos de mulheres, otimizado pela formação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. A Lei Maria da Penha baseia-se em regras e diretrizes legitimadas na Constituição Federal, na Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher e na Convenção Interamericana para Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

A Lei certifica que toda mulher, independentemente, de classe, raça, etnia ou orientação sexual usufrui dos direitos fundamentais e propõe ratificar a todas as mulheres as oportunidades e recursos para uma vida sem violência, proteger a integridade física e mental e o desenvolvimento social, moral e intelectual, bem como as condições necessárias para o trabalho efetivo dos direitos à vida, à saúde e à segurança. (MENEGHEL *et al*, 2013).

Com a Lei Maria da Penha sendo implantada compete ao Estado a responsabilidade de prevenir e proteger as mulheres em situação de violência, ajudando a reconstruir a história dessas mulheres como também criar mecanismos para punir os agressores que usam da violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral contra as mulheres. (BRASIL, 2012).

O movimento feminista tem ganhado espaços na sociedade pautando a autonomia e a autodeterminação das mulheres. Com a luta pelos direitos das mulheres e buscando meios para melhorar as condições de vida e de trabalho, as feministas propõem uma sociedade mais justa e a igualdade de gênero.

Por meio das lutas do movimento feminista, as mulheres estão conquistando cada vez mais espaço em distintas esferas sociais. De acordo com as Estatísticas de Gênero do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) de 2010, no Brasil as mulheres vêm ocupando

espaço no mercado de trabalho, e atualmente são responsáveis pelo sustento de (37,3%) das famílias.

A pesquisa também nos revela que em 2014 houve um aumento quanto à participação feminina na política brasileira na disputa pelos cargos, foram 6.572 candidatas contra 5.056 nas eleições de 2010. Mesmo assim a participação das mulheres na política brasileira ficou inferior a (30%) determinado como mínimo pela legislação eleitoral. Concernente a educação, as mulheres também merecem destaque. Na educação, os dados nos mostram que em 2010 (15,1%) das mulheres cursavam o ensino superior contra (11,4%) dos homens. A substancial diferença nas porcentagens por sexo encontra-se no nível superior completo, onde (12,5%) das mulheres terminaram a graduação contra (9,9%) dos homens. (MULHERES..., 2015).

Mesmo tendo mais acesso a escolaridade, as mulheres enfrentam maiores dificuldades para conseguir emprego e salários iguais aos dos homens. Em estudo divulgado pelo IBGE em 2015, apontou que no ano de 2013, o salário de mulheres em empresas brasileiras era (40,5%) menor que o dos homens. As mulheres ganhavam em média R\$ 1. 507, 69, enquanto que os homens recebiam R\$ 2. 118, 66<sup>10</sup>.

A desigual divisão sexual do trabalho também atinge as mulheres na área científica. Segundo Olinto (2011), a distribuição desproporcional entre homens e mulheres das atividades docentes e de orientação na universidade, particularmente da graduação, é uma das explicações para as barreiras enfrentadas pelas mulheres no campo científico, diminuindo a possibilidade das mesmas se dedicarem à pesquisa e à publicação, apresentando dificuldade em alcançar postos de maior destaque.

Ainda de acordo com a autora, as cientistas precisam expor mais credenciais para conseguir o mesmo benefício de cientistas homens. Tais credenciais podem ser uma promoção, uma bolsa de pesquisa ou outra forma de vantagem acadêmica. Essa necessidade se faz presente no momento em que as mulheres são avaliadas pelos seus pares. Tal situação dificulta o progresso científico profissional das mulheres. Sendo assim, muitos são os desafios para a subversão das relações de poder entre mulheres e homens na sociedade.

---

<sup>10</sup> Pesquisa disponível em:<<http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/195659/IBGE-mulheres-ganham-405-menos-que-homens.htm>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

As desigualdades enfrentadas por mulheres, principalmente por mulheres negras, se constituem da desigualdade social brasileira. São diversas denúncias que mostram as condições de vida dessas mulheres, os obstáculos enfrentados para participar de forma igualitária dos mais diversos campos sociais e para os efeitos contrários que estas desigualdades e discriminações acarretam não apenas a essas mulheres, mas a toda sociedade.

Nesta dinâmica das necessidades contextuais e existenciais das mulheres em situação de violência, é essencial pautarmos o debate a respeito das mulheres negras.

A história das mulheres negras no Brasil ainda apresenta ressonâncias do período da escravidão, em que eram abusadas pelos senhores e usadas como um instrumento de prazer sexual. Muitas mulheres negras resistiram contra a escravatura abortando e matando seu filho/a recém-nascido/a como meio de impedir que outro/a escravo/a nascesse. (TELES, 2003).

Nas mais distintas instâncias sociais, as mulheres negras estão em situação de desigualdade por serem negras. No mercado de trabalho, por exemplo, a ingresso das mulheres negras nessa esfera é notoriamente desfavorável por causa da discriminação racial, mesmo que sua força de trabalho seja mais intensa que a de mulheres brancas.<sup>11</sup>

Quanto à seleção para ingressar ao mercado de trabalho, de acordo com Carneiro (2003) a questão da “boa aparência” é algo que vem sendo denunciado por mulheres negras, como uma forma sutil de barrar a sua entrada no mercado de trabalho e que perpetua nas desigualdades e nos privilégios existentes entre as mulheres negras e brancas.

De acordo com Brah (2006, p. 376), as relações sociais continuarão enfrentando problemas se uma forma de opressão servir de estímulo para outras. É importante que não compartilhem essas opressões, mas ao contrário disso “formulemos estratégias para enfrentar todas elas na base de um entendimento de como se interconectam e articulam.”

Com relação à violência contra mulheres negras, torna-se evidente a situação de vulnerabilidade e opressão a que estas mulheres estão sujeitas. O preconceito

---

<sup>11</sup> Pesquisa disponível em: [http://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2005/estpesq14112005\\_mulhernegra.pdf](http://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2005/estpesq14112005_mulhernegra.pdf)[http://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2005/estpesq14112005\\_mulhernegra.pdf](http://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2005/estpesq14112005_mulhernegra.pdf). Acesso em: 06 jun. 2015.

racial é um agravante na realidade das mulheres negras, tornando-as suscetíveis à violência, resultando efeitos contrários a sua saúde física, psicológica e emocional.

De acordo com os dados apresentados pelo Mapa da Violência 2015, revelam que entre 2003 e 2013 o número de homicídios de mulheres negras no Brasil aumentou (19,5%), enquanto que o número de assassinatos contra mulheres brancas caiu (11,9%). Isso nos leva a crer que a violência contra mulheres negras está relacionada não só ao sexo, mas também a raça. (WAISELFIZ, 2015).

Diante desse contexto, é importante trazeremos a questão da interseccionalidade que segundo Crenshaw (2002), nada mais é do que um estudo sobre as desigualdades, que busca capturar os resultados da interação entre duas ou mais formas de opressão, tais como o racismo, a submissão, a repressão de classes entre outros preceitos discriminatórios que geram desigualdades relativas as classes, as etnias e orientações sexuais.

A interseccionalidade entre gênero, raça e etnia nos casos de violência contra mulheres em relações afetivas é um campo abarcado por relações de poder que explicitam muita desigualdade e repressão, principalmente no que aludem as mulheres negras, onde a violência está associada ao racismo e ao sexismo, tornando-se uma arma poderosa contra essas mulheres. (SILVEIRA; NARDI, 2014).

A interseccionalidade também está incluída na luta feminista. O feminismo interseccional iniciou-se da militância das feministas negras estadunidenses, que desde o final da década de 60 contestaram espaço em meio a um feminismo majoritariamente branco. “Enegrecendo o feminismo” foi a expressão usada para designar a história das mulheres negras dentro do movimento feminista brasileiro. Essas mulheres debatiam contra a questão de que o feminismo branco não atendia as suas indagações, porque desconsiderava exatamente o contexto da raça – a repressão racial se relaciona com a repressão de gênero; não é possível abordar esses conceitos isoladamente – por esse motivo que existe o termo “feminismo interseccional”. Esse conceito não foi desdobrado por feministas brancas, mas sim pelas negras, que sempre lutaram e lutam até hoje para terem os seus direitos reconhecidos. (CARNEIRO, 2003; HOWES, 2013).

As relações entre gênero e raça formam um emaranhado de complexidades, pois a intersecção gênero e raça dificulta o acesso das mulheres nas mais distintas esferas sociais não apenas por ser mulher, mas também por ser negra. Segundo a

Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB)<sup>12</sup>, a população negra recebe (50%) menos que a não negra, quando se trata de gênero os dados são mais alarmantes. O salário de duas mulheres negras juntas equivale ao que recebe uma mulher branca. Referente à educação, a diferença nas taxas de escolaridade e alfabetização entre mulheres brancas equiparam-se a (83%) e (90%), enquanto para as mulheres negras correspondem a (76%) e (78%).

Em relação à expectativa de vida e saúde, a situação das mulheres negras no Brasil diverge com a tendência mundial de que as mulheres vivem mais que os homens. A expectativa de vida para mulheres negras é de 66 anos, está abaixo da média nacional que é de 66,8 anos. No que diz respeito à saúde, a precária condição da saúde sexual e reprodutiva das mulheres negras está continuamente relacionada à desigualdade de acesso aos serviços de saúde.

Diante dessa realidade, percebe-se como é difícil para as mulheres negras romper com as barreiras que lhes são apresentadas continuamente por causa da desigualdade racial que dificulta seu ingresso nas diversas camadas sociais.

Segundo Oliveira (2000), é essencial analisar a violência doméstica contra mulheres com base na intersecção de gênero, raça e classe. Não se pode dispensar a questão da raça, pois as mulheres negras, especialmente as negras brasileiras, vivenciam situações de violência doméstica diversificadas das mulheres não negras, conforme descrito acima.

Em relação à classe, podemos afirmar que tanto as mulheres de baixa renda quanto as de classes sociais mais favorecidas são vítimas de violência doméstica, pois a violência não escolhe classe social; ela acontece em diferentes nuances em diversas classes sociais.

O preconceito racial e a relação hierárquica de gênero se articulam num ambíguo e desumano quadro de violência doméstica. Ainda seguindo o pensamento de Oliveira (2000), as mulheres negras além de sentirem a violência de gênero também sofrem quando o autor da violência afirma de forma depreciativa o seu pertencimento racial.

No que diz respeito à violência contra mulheres, a designação e o estudo acerca dessa problemática sucederam no momento em que o movimento feminista

---

<sup>12</sup> Pesquisa disponível em: <http://www.institutobuzios.org.br/documentos/MULHER%20NEGRA%20DADOS%20ESTATISTICOS.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.

desconstruiu a ideia de que a sexualidade era própria da natureza das mulheres e dos homens, expondo seu ponto de vista sobre os sexos fora do campo biológico e acentuando o que foi construído sobre os sexos historicamente. As feministas, por sua vez, desconstruíram e desconstroem a ideia de que a violência contra mulheres está atrelada ao que é atribuído acerca dos homens e das mulheres culturalmente. (BANDEIRA, 2014).

Nesta dinâmica, as feministas, a partir de uma articulação da academia com os movimentos sociais, elaboraram o conceito relações de gênero pautando seu debate nas diferenças culturais construídas através das relações sociais existentes entre homens e mulheres.

Segundo Scott (1989), o uso do termo gênero parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que tinham como objetivo reforçar o caráter social das relações entre homens e mulheres e contrapor as diferenças baseadas no sexo. A primeira definição desse termo para as ciências sociais seria a diferença que se articula entre sexo biológico e sexo social, ou seja, enquanto o sexo reporta-se as diferenças e estudos biológicos, gênero apropria-se em caracterizar as diferenças sociais e culturais que determina os “papéis” sexuais aplicados a homens e mulheres em dada sociedade. (IZUMINO, 1998).

A violência contra mulheres é efeito de uma construção histórica, social e cultural que é fortalecida no centro de uma sociedade que se alicerça em um pensamento estereotipado dos sexos através das suas diferenças biológicas. De acordo com Winck e Strey (2008), quando um homem maltrata física ou psicologicamente a uma mulher, o faz também porque sua conduta é admitida culturalmente, em uma atitude socialmente naturalizada. Desta forma, quando um homem justifica seu ato violento, está reconduzindo um enorme entrelaçar de discursos antagônicos que pertencem a história da masculinidade e das relações de gênero.

Diante disso, o estudo da violência contra mulheres em articulação com o conceito de relações de gênero contribui na desnaturalização da violência contra as mulheres, apontando para o caráter social das desigualdades econômicas, sociais, políticas entre homens e mulheres.

### 4.3 RELAÇÕES DE GÊNERO

Gênero é um conceito discutido e ressignificado no espaço das análises feministas e ainda existe uma complexidade para compreendê-lo de um modo geral. Com base na sua generalização, gênero tem se tornado na realidade sinônimo de sexo no vocabulário comum e também na linguagem acadêmica. Deriva do Latim *genus*, em que também provêm os termos “gene”, “gerar” e “genital”. Mesmo que originalmente possa ser sinônimo de sexo, gênero tem a sua historicidade assim como qualquer conceito. (CARVALHO; RABAY, 2015).

Foi através das feministas anglo-saxãs que o termo gênero passou a ser usado como distinto de sexo, em meados dos anos 1970, contestando um determinismo biológico contido no uso de expressões como sexo ou diferença sexual; objetivando evidenciar por meio da linguagem as características sociais baseadas no sexo. (LOURO, 1997; SCOTT, 1989).

No Brasil, foi nos anos de 1980, que o conceito gênero passou a ser usado através do diálogo entre a academia e o movimento social, e foi incluso nas Ciências Sociais por meio do movimento feminista. O gênero é um componente característico das relações sociais constituídas sobre as diferenças entendidas entre os homens e as mulheres, é uma maneira essencial de apresentar sentido às relações de poder. (SCAVONE, 2010; SCOTT, 1989).

O gênero é exposto como categoria analítica e metodológica e também como processo social, por isso, o termo deve ser apropriado para entender as relações sociais assim como as mudanças que ocorreram ao longo da história através de diversos segmentos aos quais as relações de gênero ocupam lugar central. Sua grande contribuição foi evidenciar que a relação entre os sexos como linguagem e discurso estão sempre ligados às relações de poder existentes entre homens e mulheres de forma inseparável, funcionando, juntamente, nos níveis materiais e simbólicos da prática social. (SAFFIOTI, 1995; SOUZA; CASCAES, 2008).

O uso do conceito gênero destaca todo um sistema de relações que pode integrar o sexo, mas não é exatamente marcado pelo sexo, nem estabelece propriamente a sexualidade, ou seja, essa concepção dicotomizada e hierarquizada da desigualdade entre homens e mulheres, pode atuar como símbolo para o confronto político entre distintos grupos sociais, em determinada circunstância,

colaborando para a idealização do poder. (SCOTT, 1989; SOUZA; CASCAES, 2008).

A palavra sexo se refere às características anátomo-fisiológica dos indivíduos, onde se relacionará os aspectos biológicos da mulher e do homem. Esta é a condição simbólica de como a nossa cultura age sobre as diferenças entre os corpos, tornando um agente causador das atitudes sexuais categoricamente diferentes de homens e mulheres. (PEREIRA, 2014).

Segundo Pereira (2014), a história das mulheres não pode ser trabalhada separadamente da história dos homens, pois todas/os fazem parte do mesmo mundo, contudo de modo desigual. O preconceito e a discriminação com base na construção dos modelos de gênero examinam como campos separados os homens das mulheres, tornando nítidos os comportamentos e consolidando normas a serem seguidas.

Para que se entenda o espaço e as relações entre homens e mulheres numa sociedade, pouco importa analisar seus sexos precisamente, mas é importante observar tudo o que foi arquitetado sobre os sexos socialmente. Isso implica dizer que “[...] é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros. (LOURO, 1997, p. 22).

Para Scott (1989) o gênero se torna uma forma de designar as “construções sociais” – a criação completamente social das ideias sobre os modelos dicotômicos ligados aos homens e as mulheres. É uma forma de aludir às origens sociais das identidades particulares de cada indivíduo.

A construção de “papéis” sociais serve para determinar costumes através das roupas, da forma de agir, da maneira de se relacionar, entre outros aspectos. Isso é construído desde a infância com o método das cores e dos brinquedos destinados a cada um dos sexos. A cor rosa para as meninas e a cor azul para os meninos, as bonecas para as meninas e os carrinhos para os meninos. Louro (1997) explica que os binarismos, como por exemplo, a determinação das cores, feminino e masculino são ordenados na qualidade de regras estagnadas e fixadas que barram o aparecimento de prováveis contestações que sinalizam determinado relacionamento. Contudo, para entender “gênero” é necessário se despojar de “valores e crenças particulares (des)construindo as dicotomias que segregam a história dos homens da história das mulheres”. (PEREIRA, 2014, p. 10).



A relação de desigualdade entre mulheres e homens alicerça as distintas formas de violência cometidas contra as mulheres. Refletir a respeito da violência contra mulheres na ótica das relações de gênero implica remeter a discussão sobre o âmbito social em que essas violências acontecem.<sup>13</sup>

A problemática da violência contra mulheres precisa ser entendida no âmbito da reflexão dos padrões hegemônicos de gênero, os quais impõem a opressão e a exclusão das mulheres, em distintas esferas sociais, na participação política, no mercado de trabalho, no acesso a cargos de chefia, na dupla jornada de trabalho. A constituição brasileira garante aos homens e mulheres, direitos e deveres iguais, mas essa mesma constituição não garante os mesmos direitos quando se trata da valorização e do respeito à vida e à integridade física e psicológica das mulheres em situação de violência.

Quando se fala de violência contra mulher, para Izumino (1988, p. 88) significa dizer que determinada violência se desdobra no espaço das relações sociais, ou seja, “aquele tipo de conflito que permeia as relações interpessoais, cotidianas, independente de qualquer relação de seus agentes com o estado e suas instituições.” Em contrapartida, implica também em conceituar essas relações como relações de poder.

Na discussão das relações de poder, Louro (1997) aponta para as análises de Michael Foucault, que segundo o mesmo, “o poder não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis” (FOUCAULT, 1988, p. 89).

De acordo com o mesmo autor, o poder é fluido e por isso pode ser compreendido como algo não natural que não se alicerça entre dominados e dominantes, entre conflitos baseados por desigualdade entre os sexos, raça ou condição social, mas pode ser visto num contexto em que um ou outro podem reverter à situação e se posicionar ora como dominado, ora como dominante, em diversas relações.

---

<sup>13</sup> Influenciados pela categoria analítica e histórica de relações de gênero, os estudos acerca da violência contra mulheres no Brasil começaram a empregar a expressão violência de gênero. As primeiras autoras brasileiras que usaram esse termo foram Heleieth Saffioti e Sueli Souza de Almeida, que tiveram o livro publicado no ano de 1995, tendo como título ‘Violência de Gênero: poder e impotência’. (SANTOS; IZUMINO, 2005).

Sendo assim, essa noção de poder produz a ideia de que as mulheres em situação de violência não são completamente dependentes, sendo incapazes de reagir contra os autores da violência, pelo contrário, as mulheres podem elaborar estratégias para sair da situação de violência, uma vez que as mulheres também detêm o poder e podem usá-lo ao seu favor.

Diante disso é importante ressaltarmos o pensamento de Foucault em relação ao poder. Ele analisou o poder não no sentido de formar uma teoria de poder, que segundo o mesmo não existe, mas para observar como são construídas historicamente as relações de poder.

Para entendermos a finalidade da afirmação de Foucault quando diz que “o poder não existe”, é preciso pensar sobre a troca de valor, que de acordo com ele o verdadeiro poder não deve ser entendido como causa de controle, repressão ou assolação, mas como algo que é capaz de orientar e formar.

A ideia de que o poder domina as pessoas manipulando suas vidas, e que muitos indivíduos têm medo de possuí-lo, pois ele tira a liberdade, ocorria nas mentes de várias pessoas. Segundo Foucault (2001), isso tudo era uma tática com a finalidade de ocultar a verdadeira prática do poder. A prática ideal do poder só é possível quando são analisadas as condições de cada indivíduo.

Conforme o conceito de poder de Foucault (1979, p. 183), para entender esse fato não é permitido

[...] tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre outras [...] não é algo que se possa dividir entre aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como riqueza ou bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação, nunca são alvos inertes e consentidos do poder, são sempre centros de transmissão.

O poder é realizado, mas pode ser discutido, reconhecido e enfrentado. Desta forma, esse pensamento contesta com aqueles que têm a ideia de que o Estado é apenas o único possuidor do poder; ao apontar a prática do poder subtende-se que ele aparece também nas relações entre homens e mulheres.

#### 4.4 OS ESTUDOS DE GÊNERO E A BIBLIOTECONOMIA: A INFORMAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE RESSIGNIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PODER

Observamos que o campo da Ciência da Informação, até hoje, foram produzidos poucos estudos referentes ao termo gênero em relação ao acesso, uso e produção da informação. Dumont e Santo (2007) enunciam que o acesso à informação é fundamental para a transformação social e cultural das mulheres, e refletem a respeito de como as mulheres podem utilizar a informação à qual tem acesso, com o propósito de conseguir plena autonomia, mudar sua situação social, econômica e política.

Segundo Capurro (2003), se torna relevante o estudo acerca dos aspectos culturais e sociais dos recursos expostos dentro dos processos de informação como é o caso das produções sobre gênero e mulheres na Ciência da Informação, assim como propiciar o ponto de vista da/o receptora/or, suas convicções e vontades, fazendo dela/e um sujeito dinâmico no processamento da informação.

Poucos são os estudos que abordam a temática 'gênero' e 'mulher' no campo da CI. Essa complexidade é apresentada por Santo (2008) em um levantamento da produção científica da Biblioteconomia e da CI, em periódicos nacionais e internacionais indexados pelo Portal da Capes e nos trabalhos apresentados no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) entre os anos de 2000 e 2007. A autora percebe que existe uma carência de estudo e de autores/as que se dedicam a essa temática, mesmo que todos os ângulos de estudos da informação apresentem resultados nas relações de gênero e vice-versa.<sup>14</sup>

Leta (2003) dirige seu olhar para a inserção das mulheres na ciência brasileira entrelaçando e reproduzindo esse percurso histórico de insenção e de pequenas conquistas femininas na área científica. A autora afirma que estudos assim carecem ser instigados na área, uma vez que abrangem análises sobre relações de poder, das quais se compreende a informação como uma ferramenta essencial para eliminar as desigualdades e estender o reconhecimento acerca das capacidades políticas, tal como a redução da mobilidade social, como também do rompimento da tradição do sistema binário de gênero nos campos da política e das entidades organizacionais.

---

<sup>14</sup> No total foram encontrados 18 artigos que foram publicados em periódicos internacionais; seis trabalhos publicados em cinco revistas nacionais; e quatro em cinco edições do ENANCIB.

Diante disso, o serviço de práticas bibliométricas, para medição da produção científica sobre o tema, pode indicar um entendimento eficaz sobre como o gênero está sendo evidenciado pela CI, além de atribuir uma visibilidade maior ao assunto. Neste caso, Leta (2003, p. 272) é bem sucinta quando diz que “em relação à literatura brasileira sobre essa temática vale dizer que ela é ainda incipiente e, em geral, de difícil acesso e muito dispersa”.

É importante destacar que outras/os autoras/es no campo da CI vêm ganhando notoriedade por causa dos estudos que fazem sobre gênero, como Gilda Olinto, da qual sua inquietude tem sido as ligações entre a temática e os indicadores científicos. É importante exemplificar seu trabalho, com as pesquisas que tem mostrado nos últimos anos, como é o caso do VII ENANCIB em 2006.<sup>15</sup> Nesse estudo, a autora investiga alguns indicadores de recursos humanos em tecnologia de informação no Brasil e em Ciência e Tecnologia dispondo como fonte de dados principal a pesquisa nacional por Amostra Domiciliar do IBGE no ano de 2001. Ao relatar os dados, ressalta informações sobre as desigualdades de gênero dentro dessas áreas.

Segundo Navarro (1995 apud CARVALHO; CRIPPA, 2013), ocorreu um silêncio na literatura produzida por mulheres visto que estas sempre foram consideradas “femininas”, isto é, inferiores e restritas somente aos afazeres domésticos ou íntimos e, por esse motivo, não tinham direito de ser reconhecidas na mesma colocação da literatura produzida por homens, dos quais só se envolviam com assuntos “importantes” como a política, a história e a economia.

Ao vincular a discussão de gênero no âmbito da Biblioteconomia e da Ciência da Informação é importante ressaltar a grande quantidade de mulheres nessas áreas.

No tocante a Biblioteconomia, para ter um melhor entendimento sobre esse assunto é interessante compreender a história do curso e como foram formadas as ideias que desqualificam o trabalho da/o bibliotecária/o.

No século XIX, século caracterizado pela evolução das bibliotecas e das escolas, era comum associar as bibliotecárias com as mães, por ser conhecido como um trabalho de caráter maternal, isto é, ligado as questões do lar. Nessa

---

<sup>15</sup> Pesquisa disponível em: <http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/310/1/OLINTOEnancibGenero2006.pdf>. Acesso em: 15 out. 2015.

época a mulher era definida como submissa, dedicada, passiva, que tinha respeito às autoridades e as hierarquias e com grandes princípios. (MARTUCCI, 1996 apud RASCHE, 1998).

Todos esses atributos descritos acima mostram a “função” que as mulheres tinham que realizar até aquele momento. Era nítido o preconceito e a discriminação, desse modo para o mercado de trabalho naquela época “eram permitidas às mulheres apenas algumas profissões, sobretudo aquelas mais substancialmente ligadas à reprodução, de uma forma ou de outra significavam uma extensão das atividades domésticas”. (FERREIRA, 2002, p. 172).

Diante disso, as profissões que mais se relacionavam com o lado maternal das mulheres eram consideradas como as profissões “perfeitas” para estas. E mesmo elas sendo universitárias a profissão decidida pelas mesmas tinha que agregar o lado mãe com o profissional, que conforme aponta Ferreira (2002, p. 173) essas profissões são:

[...] magistério, enfermagem, nutrição, biblioteconomia, que de alguma forma são extensões das atividades domésticas, senão vejamos: a enfermeira cuida dos doentes, a nutricionista da comida, a professora das crianças e a bibliotecária da arrumação da casa dos livros.

Dessa maneira, seríamos conduzidas a exercer cargos ou cuidados e se não fôssemos bibliotecárias, seríamos professoras, enfermeiras ou realizaríamos outra profissão de natureza feminina e conveniente para a sociedade.

Comparando a colocação das mulheres na Biblioteconomia com a da Ciência da Informação, Olinto (1997) destaca que nem se quer a divisão progressista de ambas foi suficiente para modificar o cenário dominante de mulheres em comparação ao dos homens. Conforme a autora é importante certificar que tanto a Ciência da Informação quanto a Biblioteconomia continuam com grande dimensão de mulheres, independentemente da forte ligação que existe entre ambas.

Assim, de acordo com Ferreira, Borges, E. e Borges, L. (2010 p. 164) é necessária a reflexão por parte de profissionais bibliotecárias/os a respeito da relação da desvalorização social da profissão com a presença majoritariamente feminina. A pouca importância que as/os profissionais bibliotecárias/os têm depositado às relações de gênero, colabora para a conservação da realidade atual: “uma profissão pouco valorizada pela sociedade”.

Ainda na concepção das/os autoras/es, os estudos acerca das relações de gênero na Biblioteconomia assim como na CI ainda são poucos, apesar disso algumas/uns pesquisadoras/es já identificam a precisão de dar visibilidade e apresentar soluções à essa problemática, a fim de contribuir com a idealização de novos caminhos e entendimentos para a prática Biblioteconômica. Daí a importância de evidenciar os estudos de gênero no âmbito da Biblioteconomia para colaborar com o reconhecimento social da profissão.

Ferreira (2003) em seu estudo acerca da/o profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero, ressalta que as produções sobre mulher e gênero na Biblioteconomia ainda são poucas, e carecem ser estudadas e inclusas nos programas do curso de Biblioteconomia.

Para Araújo (1999) a construção da cidadania ou de exercícios de cidadania passa imperiosamente pela questão do acesso e uso da informação, já que, tanto o apoderamento de direitos políticos, civis e sociais, como a realização dos deveres da/o cidadã/ão resultam basicamente do acesso irrestrito à informação em relação a esses direitos e deveres, isto é, depende da ampla transmissão e circulação da informação e, também, de um método acessível de discussão crítica sobre as diversas questões referentes à idealização de uma sociedade mais justa e igualitária, com plenas oportunidades para todas as cidadãs e cidadãos.

Diante disso, compreendemos que o não-acesso à informação ou o acesso restrito ou ainda o acesso a informações desvirtuadas atrapalham a prática da cidadania.

Em um estudo realizado por Maria de Jesus Nascimento, a respeito das necessidades, formas de busca e uso da informação da mulher catarinense, em uma amostra feita com setenta professoras da rede estadual de ensino médio, em quinze escolas de Florianópolis, detectou que todas as entrevistadas concordaram com o fato de que a informação pode, sem sombra de dúvidas, auxiliar as mulheres a exercerem sua cidadania com total dignidade, ressaltando-se, entre as justificativas, o motivo de:

A informação proporciona o poder do conhecimento de seus direitos; o acesso à informação faz a mulher se reconhecer como parte importante da sociedade; o acesso à informação cria pessoas críticas e preocupadas em desempenhar seu papel de cidadão; o acesso à informação garante a formação de novos cidadãos, dignos para exercer sua cidadania de forma mais capaz de transformar o mundo;

e ... Uma pessoa forte vai além, e é no além que mora o cidadão. (NASCIMENTO, 2003, p. 137).

Também admitiram que a informação pode contribuir para minimizar as desigualdades econômicas e sociais como também a discriminação e a violência. E fundamentam suas considerações destacando a informação como meio de acabar com os preconceitos e de oferecer excelentes oportunidades de trabalho, enquanto a falta de informação é uma forma de exclusão.

Vivemos numa sociedade onde o cuidado com a informação tornou-se essencial. É importante salientar que as/os profissionais bibliotecárias/os estão cada vez mais interagindo junto a outros profissionais de diferentes ramos do saber no compartilhamento de suas ideias a fim de levar a informação desejada com qualidade e com isso suprir as necessidades informacionais de cada indivíduo.

Segundo Cunha (2003), a vida moderna requer que as pessoas sempre vivam bem informadas: precisam conhecer notícias, instruções, fatos, etc. Todavia, é preciso não esquecer que a quantidade de informação acessível não é o mais importante, e sim a sua qualidade. Disponibilizar informações com qualidade presume inteligência, isto é, capacidade para transformar a enorme quantidade de dados das organizações em informações pertinentes, ou seja, com valor reunido.

Conforme a mesma autora nossa profissão é uma profissão, sobretudo social, “uma profissão de mediação e de contato, de “fazer com o outro” de fazer para o outro [...]” (CUNHA, 2003, p. 43). Diante disso, é importante destacar que o trabalho da/o bibliotecária/o não se limita às paredes de uma biblioteca, mas pode atuar em outros centros de informação, a exemplo dos Centros de Referência da Mulher, DEAMs, e como facilitadora/or e mediadora/or da informação contribuindo para que as mulheres em situação de violência conquistem sua autonomia.

Sendo assim, as/os bibliotecárias/os podem transformar seu espaço de trabalho em ambientes voltados para a aprendizagem e construção de conhecimentos, do qual esse método identifica o acesso à informação como um meio para construção desses conhecimentos. Dessa forma, as ações de mediação da informação são visualizadas como processos de inclusão social e de emancipação de grupos e indivíduos, principalmente no que aludem as mulheres.

Conforme Côrtes, Alves e Silva (2015), é necessária a mediação da/o profissional da informação em redes de atendimento às mulheres, no sentido de

melhorar condições e espaços de organização, recuperação, acesso e uso da informação.

De acordo com Almeida Júnior (2009, p. 89), “a mediação da informação envolve e determina o fazer do profissional da informação” os quais podemos conceituar bibliotecárias/os, arquivistas, museólogas/os, etc. Em seu artigo conceituou a mediação da informação como

Toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação -, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional. (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92).

Diante disso, a/o bibliotecária/o pode realizar diferentes ações como registrar, organizar, recuperar e disseminar informações e principalmente atuar como mediadora/or entre aquelas/es que produzem informação e as/os que a recebem. Essa mediação além de simplificar o acesso informacional dos indivíduos proporciona a estes a construção de novos conhecimentos fazendo deles também produtores de informação.

Cunha (2003) é bem sucinto quando diz que somos profissionais que manipulamos o bem mais valioso do momento: a informação. Nesta acepção, nossa ação é viabilizar a informação certa, no tempo certo e para a pessoa certa. Isto quer dizer que devemos fornecer as pessoas informações sobre seus direitos e deveres e as mulheres em situação de violência informações de onde encontrar auxílio para sair de determinadas situações. É importante salientar que as necessidades informacionais dos indivíduos são dinâmicas, estão em constantes mudanças e variam com o tempo, de acordo com suas ações e os interesses de cada cidadã/ão em um dado momento.

A necessidade de estimular o exercício de circulação e apropriação da informação, que se firme tanto na subjetividade feminina implicada na transferência de saberes quanto nas necessidades informacionais e de estruturação de conhecimentos das mulheres, se alicerça nas reflexões acerca das possibilidades de uma mediação de gênero, como proposta de por um fim na insignificância do ser sexuado em seu contato com a informação e a construção do conhecimento, dando voz e significado às mulheres, profissionais e usuárias que atuam na área da transmissão e apropriação da informação. (CRIPPA, 2011).



## 5 METODOLOGIA

A abordagem metodológica desta pesquisa se pautou no contato das pesquisadoras com a comunidade pesquisada, no processo de medição do conhecimento, análise e busca da informação.

### 5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Utilizou-se a pesquisa bibliográfica para a revisão da literatura a respeito da Informação, Violência contra Mulheres e Responsabilidade Social da/o Bibliotecária/o. Conforme ressalta Fonseca (2002, p. 31),

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites [...]. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

A pesquisa apresenta abordagem quantitativa e qualitativa, na qual buscamos analisar as concepções das/os estudantes de graduação em Biblioteconomia, a respeito de como a informação e a/o profissional bibliotecária/o podem contribuir frente à problemática da violência contra mulheres e descrever o perfil dessas/es estudantes e o conhecimento das/os mesmas/os acerca da violência contra mulheres.

Segundo Minayo e Sanches (1993), a ligação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se limita a uma continuação, ela não pode ser considerada como uma contradição. Pelo contrário, pretende-se que as relações sociais possam ser aprofundadas e desenvolvidas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e estudadas em seus sentidos mais fundamentais. Desse modo, o estudo quantitativo pode produzir questões para serem analisadas qualitativamente, e vice-versa.

### 5.2 CAMPO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no Curso de Graduação em Biblioteconomia, que pertence ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), localizado no campus I

da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), formado no dia 06 de janeiro de 1969, associado ao Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas (ICFCH), pela resolução nº 01/69, de 06 de janeiro de 1969, do Conselho Superior de Ensino (CONSEPE).

A Biblioteconomia passou por várias mudanças durante a história e a/o profissional bibliotecária/o também, em todas essas etapas é exigido dela/e um aprimoramento maior de sua atividade para atender melhor as necessidades da sociedade. Assim, é necessário conhecer o posicionamento desta/e profissional em relação à violência contra mulheres e como ela/e pode contribuir no enfrentamento à violência.<sup>16</sup>

### 5.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Participaram da pesquisa estudantes do 8º, 9º e 10º períodos do curso de Biblioteconomia/UFPB, 11, 15, 11, respectivamente totalizando uma amostra de 37 alunas/os participantes da pesquisa em um universo de 98 alunas/os matriculadas/os nos períodos 2011.2, 2011.1 e 2010.2.

### 5.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Como instrumento de coleta de dados foi aplicado um questionário estruturado que segundo Silva e Menezes (2001, p. 33), “é uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante.”

Conforme as mesmas autoras, o instrumento de coleta de dados escolhido tem a tarefa de oferecer uma interação entre a/o pesquisadora/or, a/o informante e o estudo que está sendo realizado. Sendo assim, o questionário apresenta essa possibilidade, por ser um instrumento de coleta de dados que alcança uma quantidade maior de participantes, dando aos mesmos/as liberdade no momento das respostas.

Foi elaborado um questionário com (29) perguntas, sendo (22) abertas e (7) fechadas, sobre os assuntos: violência contra mulheres, relações de gênero, empoderamento das mulheres e responsabilidade social da/o bibliotecária/o.

---

<sup>16</sup> Pesquisa disponível em:<<file:///C:/Users/PC%202/Downloads/1508-1521-1-PB.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

O questionário foi aplicado em sala de aula com as/os alunas/os do 8º, 9º e 10º períodos do curso de Biblioteconomia, sendo consultados sobre a disponibilidade em contribuir com a pesquisa, apenas uma aluna não se dispôs a participar da pesquisa.

A estrutura do questionário se deu em duas partes: na primeira, buscou-se identificar o perfil das/os estudantes; na segunda, às questões abertas e fechadas, identificando o conhecimento das/os alunas/os a respeito do tema apresentado.

## 5.5 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

No primeiro momento para a descrição das informações estatísticas utilizou-se a análise descritiva a qual objetiva conhecer as distintas situações e relações que ocorrem na vida social, política, cultural, e demais fenômenos do comportamento humano. Os estudos descritivos buscam descrever as características, as experiências, as relações existentes nas comunidades, grupos ou realidade a ser pesquisada. (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

Posteriormente, a análise dos dados foi baseada nos conceitos da análise de conteúdo de Bardin (2011) conceituado pela autora como:

[...] um conjunto de técnicas de análise de comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção das mensagens, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos, ou não). (BARDIN, 1977, p. 38).

A análise de conteúdo colabora para uma análise objetiva, e denota uma pluralidade sobre os materiais estudados, sendo uma ferramenta adotada em vários assuntos.

As respostas dos questionários aplicados às alunas/os foram reproduzidas de forma semelhante às falas das/os alunas/os, assegurando a veracidade das informações passadas pelas/os mesmas/os ao responderem o questionário.

Os quadros são utilizados na análise de conteúdo para um entendimento mais detalhado da/o leitora/or acerca das informações apresentadas. Para Cavalcante, Calixto e Pinheiro (2014), a análise de conteúdo envolve técnicas de pesquisa que facilitam, de forma sistemática, a descrição das linguagens e das ações associadas ao contexto da enunciação, assim como as conclusões acerca dos dados coletados.

Diante disso, verificamos a importância das falas e de sua organização em quadros na conclusão dos resultados e na produção das categorias, procurando os aspectos de cada resposta, como também a amplificação daquilo que se deseja evidenciar.

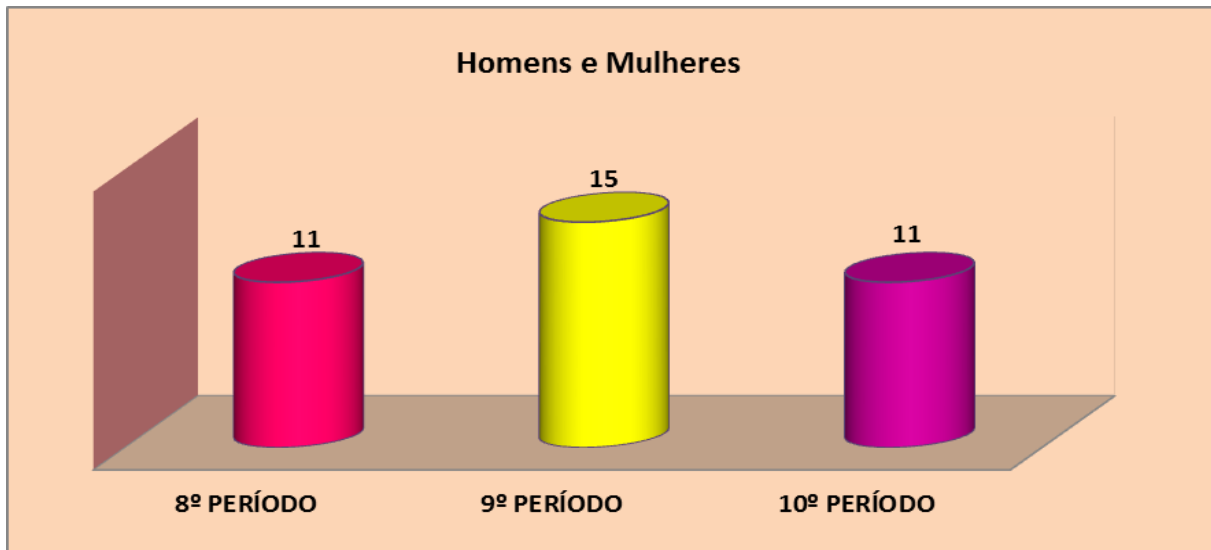
Com base na coleta de dados, foram descritas e analisadas as informações. O método utilizado na interpretação dos questionários teve por base a análise de conteúdo. No questionário foram especificados os pontos mais significativos acentuados pelas/os estudantes, facilitando a estruturação das categorias e, por conseguinte a concretização da análise.

As/os alunas/os foram caracterizadas/os com um numeral (01, 02, 03, 04...)

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÕES PRELIMINARES

Neste capítulo, serão apresentados os gráficos e quadros das informações obtidas com as/os alunas/os do curso de Biblioteconomia.

**Gráfico 1** - Período das/os alunas/os no Curso de Biblioteconomia



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

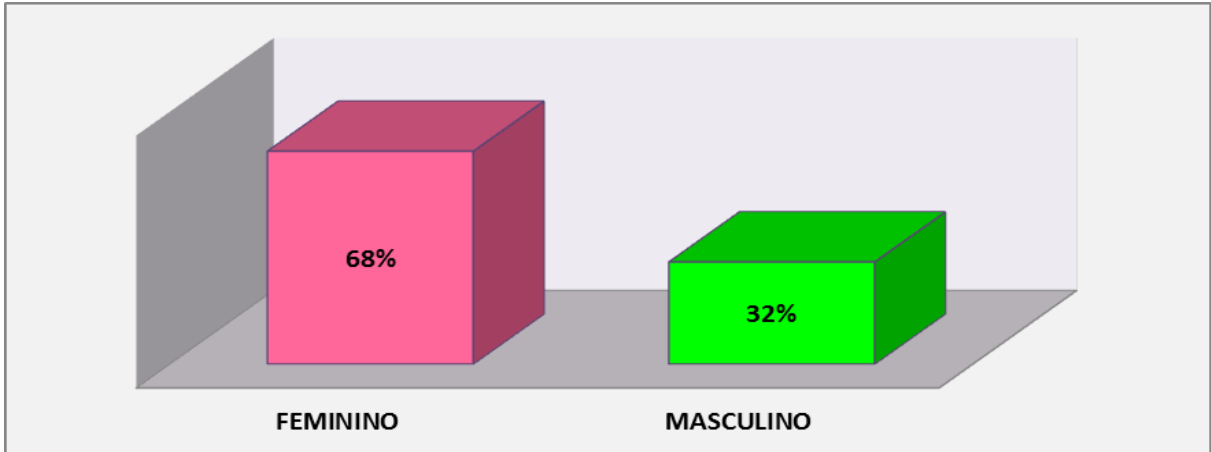
Para estruturar o perfil das/os estudantes, as/os mesmas/os responderam um questionário estruturado com as seguintes variáveis: sexo, faixa-etária, raça/cor, ocupação, renda individual e familiar. A amostra constatou a superioridade de mulheres no curso de Biblioteconomia (25) correspondente a (68%) das/os pesquisadas/os, quanto ao número de homens (12) no total, que corresponde a (32%) das/os pesquisadas/os, corroborando pesquisas as quais evidenciam que as mulheres ocupam um espaço maior no curso<sup>17</sup>.

Segundo Ferreira (2003), a maioria das mulheres que ingressam nas universidades escolhe cursos privilegiando as áreas de saúde, educação e ciências sociais. A essas áreas estão ligadas as profissões conhecidas como femininas, como é o caso da Biblioteconomia. Mesmo que a profissão continue sob o predomínio de mulheres, a autora afirma que nos últimos anos tem-se percebido um aumento significativo do sexo masculino no curso de Biblioteconomia. No universo desta pesquisa, os dados coletados permitem inferir que o número de homens que

<sup>17</sup> 8º Período: 9 mulheres / 2 homens; 9º Período: 9 mulheres / 6 homens;  
10º Período: 7 mulheres / 4 homens.

estão se interessando pelo curso aos poucos vem crescendo, mas alertamos que a pesquisa necessita de aprofundamento para confirmar tal proposição, conforme o gráfico abaixo:

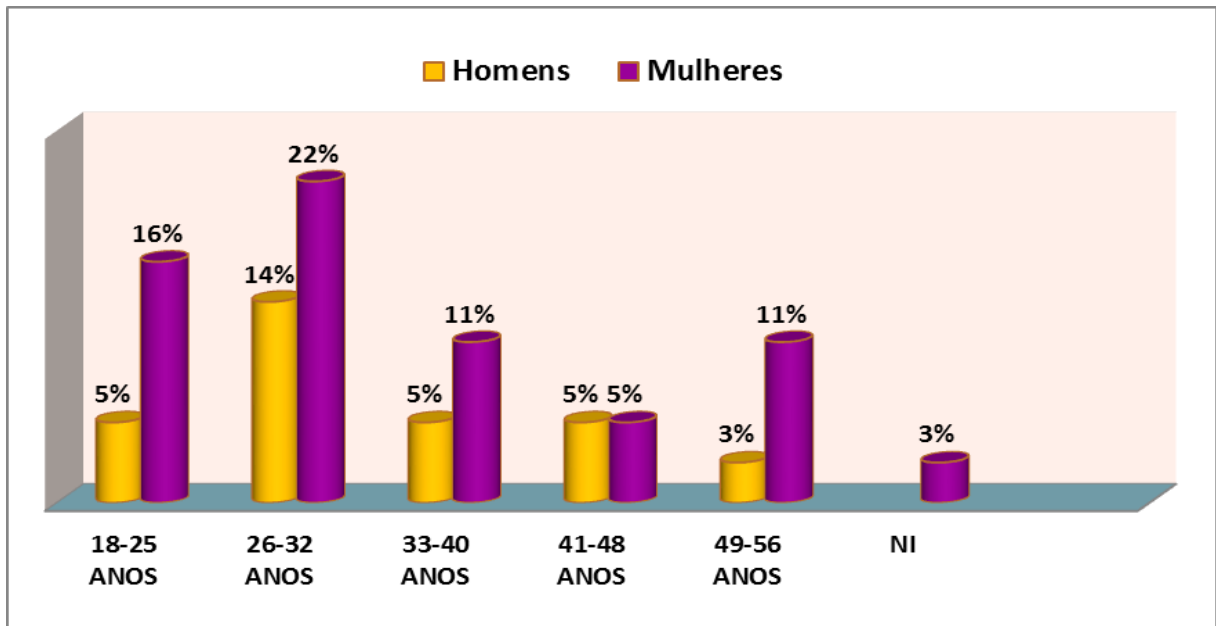
**Gráfico 2 - Sexo das/os alunas/os de Biblioteconomia**



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

Para descrição e análise dos dados utilizamos gráficos associando homens e mulheres no que se refere à idade, raça/cor, ocupação, renda individual e familiar, conceito a respeito da violência contra as mulheres, ótica das/os alunas/os em relação à violência contra mulheres, as relações de gênero, os principais responsáveis pela violência e meios informacionais que utilizam para obter conhecimento do tema.

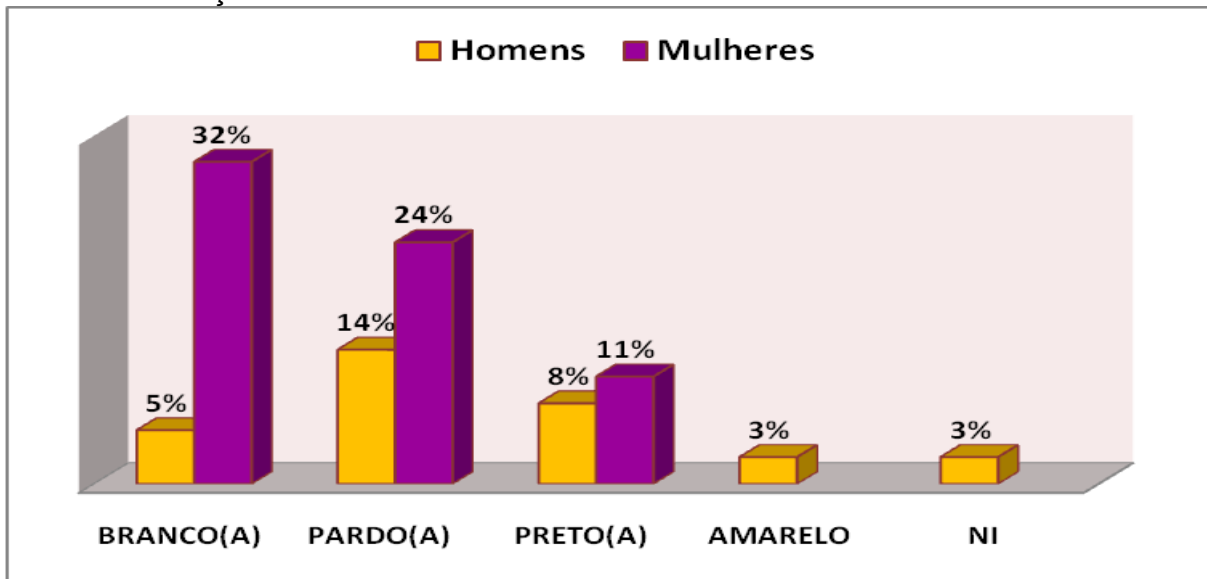
No tocante a faixa etária das/os pesquisadas/os (21%) se encontram na faixa-etária de 18 a 25 anos; (36%) de 26 a 32 anos; (16%) entre 33 a 40 anos; (10%) de 41 a 48 anos; (14%) 49 a 56 anos; não localizamos estudantes com faixa etária acima de 57 anos e (3%) não informaram a idade. Neste universo, distribuindo os homens e as mulheres, observamos que entre os homens, (5%) têm faixa de 18 a 25 anos; (14%) 26 a 32 anos; (5%) entre 33 a 40 anos; (5%) 41 a 48 anos e (3%) 49 a 56 anos. No que tange às mulheres (16%) se encontram na faixa etária de 18 a 25 anos; (22%) entre 26 a 32 anos; (11%) de 33 a 40 anos; (5%) 41 a 48 anos; (11%) 49 a 56 anos e (3%) não informaram a idade, conforme nos mostra o gráfico 3.

**Gráfico 3 – Faixa Etária das/os alunas/os de Biblioteconomia**

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

Verifica-se a predominância da presença das mulheres na maioria das faixas etárias e ressalta-se a grande disparidade na faixa etária de 49 a 56 anos. Podemos observar que as jovens são as que mais estão procurando o curso para se profissionalizar e na faixa de 49 a 56 anos podemos inferir que as mulheres depois de conquistarem uma estruturação no âmbito familiar e terem aderido as mudanças sociais relativas às transformações nas relações de gênero, tiveram condições para procurarem a profissão de Biblioteconomia. Historicamente foram as mulheres que construíram e vêm contruindo essa profissão. No entanto, se faz necessária a produção de pesquisas para o resgate dessa memória.

Com relação à raça/cor das/os alunas/os, (37%) delas/es se autodeclararam brancas/os; (38%) pardas/os; (19%) pretas/os e (3%) amarelos; não havendo entre as/os alunas/os, indígenas e (3%) não informaram. Isoladamente (5%) dos homens se declararam brancos; (14%) pardos; (8%) pretos; (3%) amarelos e (3%) não informaram. Já as mulheres (32%) se autodeclararam brancas; (24%) pardas e (11%) pretas segundo nos mostra o gráfico 4.

**Gráfico 4 - Raça/Cor das/os alunas/os de Biblioteconomia**

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

Cientificamente, as raças são uma construção social. Para a sociologia, são discursos a respeito das origens de um povo que remetem suas características físicas, atributos morais, intelectuais e psicológicos. (GUIMARÃES, 2003). Stuart Hall se alinha a estas considerações enunciando que

Conceitualmente, a categoria 'raça' não é científica. As diferenças atribuíveis à 'raça' numa mesma população são tão grandes quanto àquelas encontradas entre populações racialmente definidas. 'Raça' é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo. (HALL, 1997, p. 69).

Utilizamos as categorias classificatórias do IBGE que indica cinco categorias para a identificação étnico-racial: branca/o, parda/o, preta/o, amarela/o e indígena.

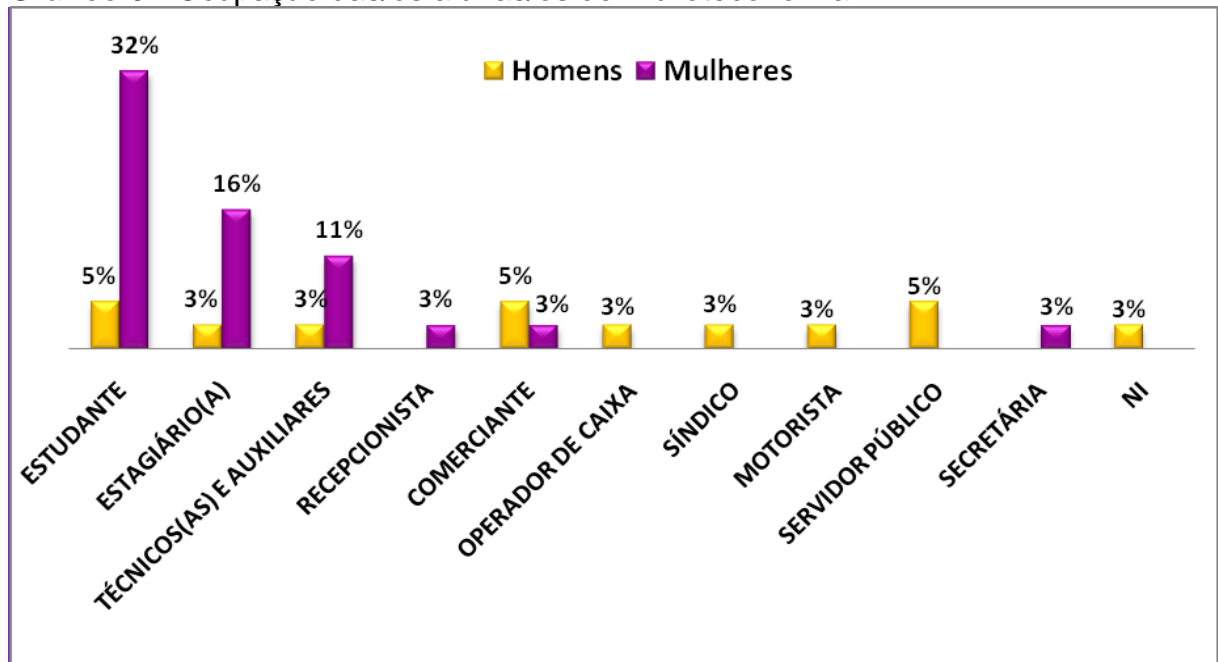
Inferimos que na autodeclaração das/os alunas/os pode haver certa dificuldade de se reconhecerem pretas/os, isto é resultante do racismo existente em nosso país. A maior dificuldade é que as ideias sociais negativas, construídas sobre os negros, ao passarem por uma série de refinamento, começam a fazer parte da subjetividade de negros, pardos e brancos. (MOREIRA, 2011). Se somarmos os dados separadamente de estudantes que se autodeclararam pardas/os e pretas/os, correspondem a (35%) das mulheres e (22%) dos homens, ou seja, metade das/os alunas/os pesquisadas/os.

No tocante a ocupação, verificamos que a maioria das/os alunas/os do curso até o presente momento não realiza outra atividade além de estudar, com o



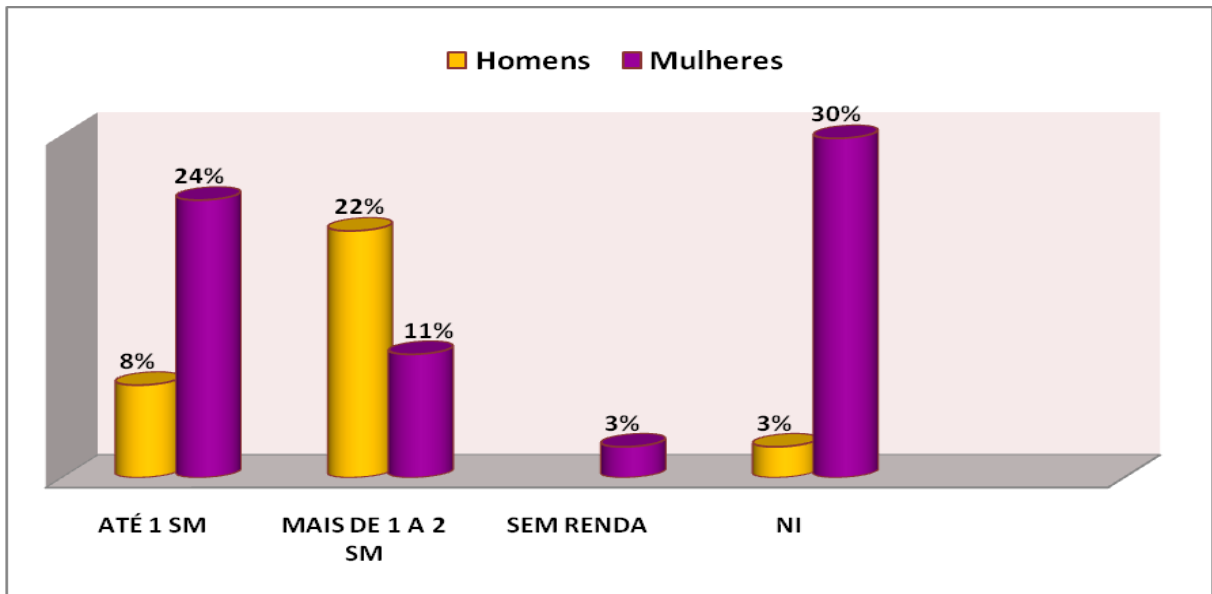
percentual de (37%). Analisados separadamente (5%) dos homens até então só estudam; (3%) são estagiários; (3%) técnicos e auxiliares; (5%) comerciantes; (3%) operadores de caixa; (3%) síndicos; (3%) motoristas; (5%) servidores públicos e (3%) não informaram. Entre as mulheres (32%) até o momento só estudam; (16%) são estagiárias; (11%) técnicas e auxiliares; (3%) recepcionistas; (3%) comerciantes e (3%) são secretárias de acordo com o gráfico 5.

**Gráfico 5 - Ocupação das/os alunas/os de Biblioteconomia**



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

No que diz respeito à renda individual das/os alunas/os, (8%) dos homens recebem até um salário mínimo, enquanto (24%) das mulheres recebem a mesma renda; (22%) dos homens recebem mais de 1 a 2 salários mínimos, nas mulheres a taxa é de (11%). Não foi encontrado entre homens e mulheres quem recebessem mais de 3 salários mínimos. Dentre os homens não existe nenhum que não possui renda, já entre as mulheres (3%) estão nesta situação. Uma minoria de homens, (3%) não informou o quanto recebem, em contraponto, as mulheres (30%), conforme aponta o gráfico 6.

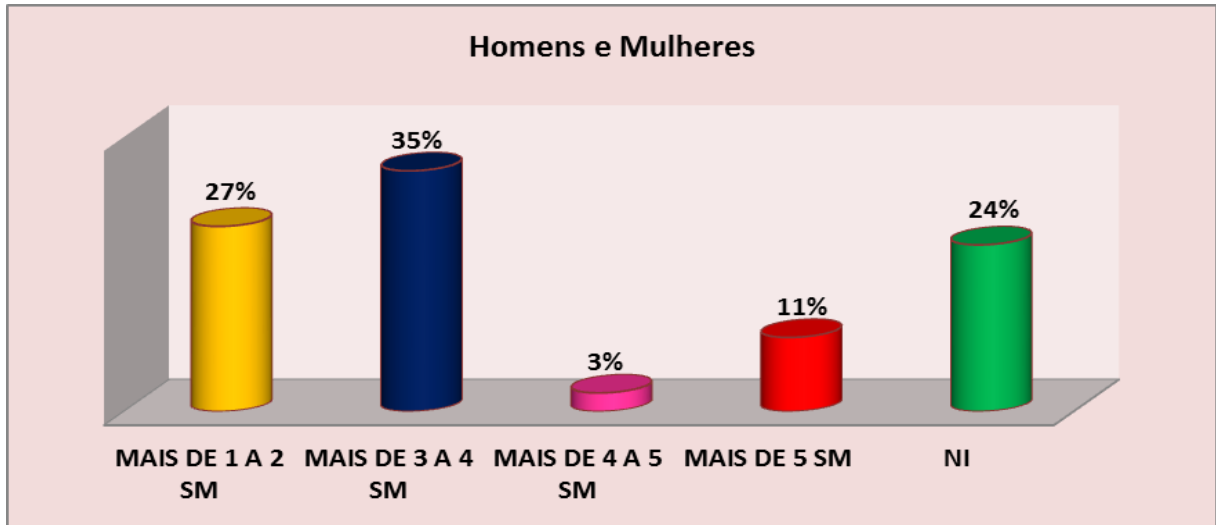
**Gráfico 6 - Renda Individual das/os alunas/os de Biblioteconomia**

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

Percebemos que na renda mais baixa há grande concentração de mulheres, quando a renda aumenta, 1 a 2 salários mínimos, observamos uma menor porcentagem de mulheres. Tendo em vista que o universo de mulheres que recebem mais de 3 salários mínimos não existe, consideramos que as mulheres estão numa situação de maior precariedade econômica. Podemos observar também que muitas não informaram a renda, o que pode inferir que essas mulheres não têm renda ou são dependentes de alguém e optaram por se abster de fornecer a informação.

O gráfico 6, confirma as desigualdades existentes em relação aos salários recebidos por homens e mulheres, explicitados em diversos estudos no país, como os últimos dados do IBGE (2013) que revelam que as brasileiras ganham, em média, (76%) do que ganha os homens. E um estudo do Fórum Econômico Mundial confirma que a igualdade salarial tão desejada pelas mulheres só vai ser atingida em 2095. (MULHERES..., 2015).

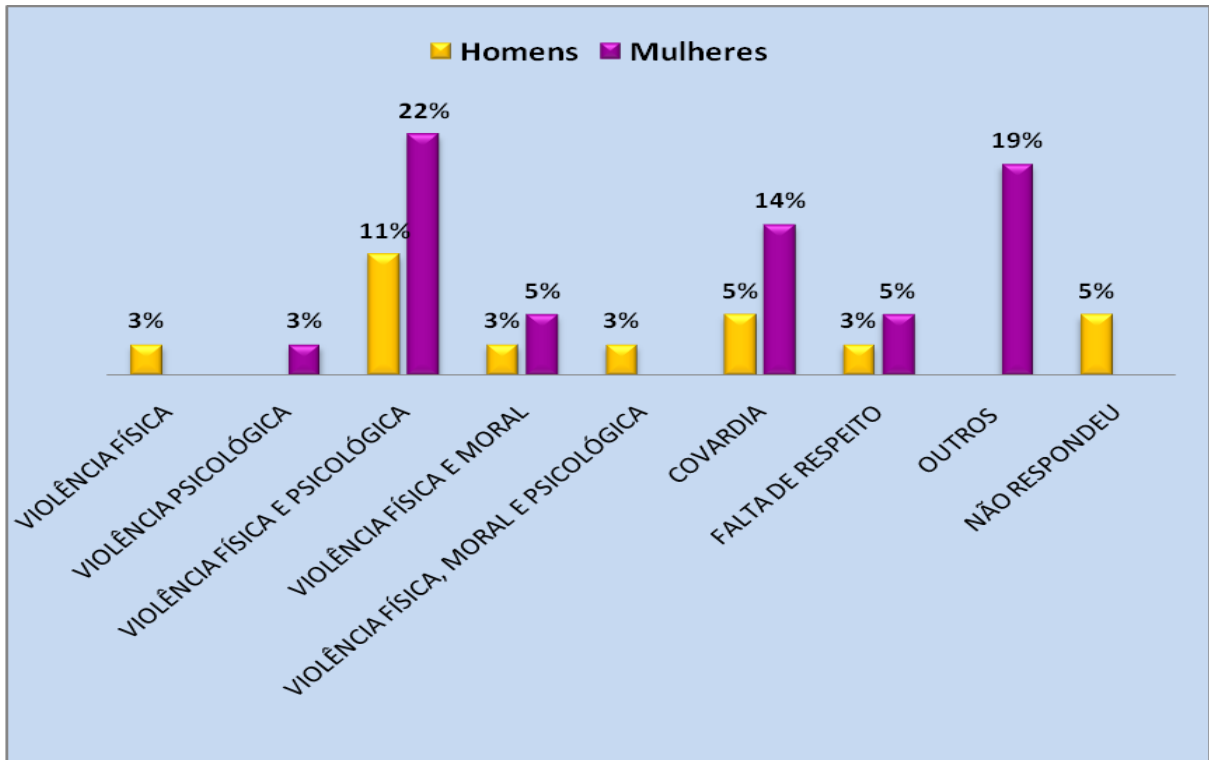
Em relação à renda familiar, todas/os as/os alunas/os possuem renda superior a 1 salário mínimo. Verificamos que (27%) têm renda familiar até 2 salários mínimos; (35%) de 3 a 4 salários mínimos; (3%) 4 a 5 salários mínimos; (11%) mais de 5 salários mínimos e (24%) não informaram consoante o gráfico 7.

**Gráfico 7 - Renda Familiar das/os alunas/os de Biblioteconomia**

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

Quando perguntamos na questão aberta sobre o que é violência contra mulheres, (3%) dos homens especificaram ser apenas violência física; (11%) violência física e psicológica; (3%) física e moral; (3%) física, moral e psicológica; (5%) citaram ser um ato de covardia; (3%) uma falta de respeito e (5%) não responderam. Em relação às mulheres, (3%) mencionaram ser apenas violência psicológica; (22%) física e psicológica; (5%) física e moral; (14%) afirmaram ser um ato de covardia; (5%) uma falta de respeito e (19%) citaram outras formas de violência como maus tratos, assédio sexual e crime conforme o gráfico 8.

**Gráfico 8** - Para as/os alunas/os de Biblioteconomia o que é violência contra mulheres?



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

É importante ressaltar que alguns homens e mulheres reconheceram que a violência contra mulheres não se dá apenas por meio de agressões físicas, existem outros tipos de violência. Percebemos que boa parte das mulheres citou a violência psicológica mesmo ela vindo acompanhada da violência física, provavelmente possa ser que estas mulheres tenham passado ou presenciado alguém que já passou por esse tipo de violência.

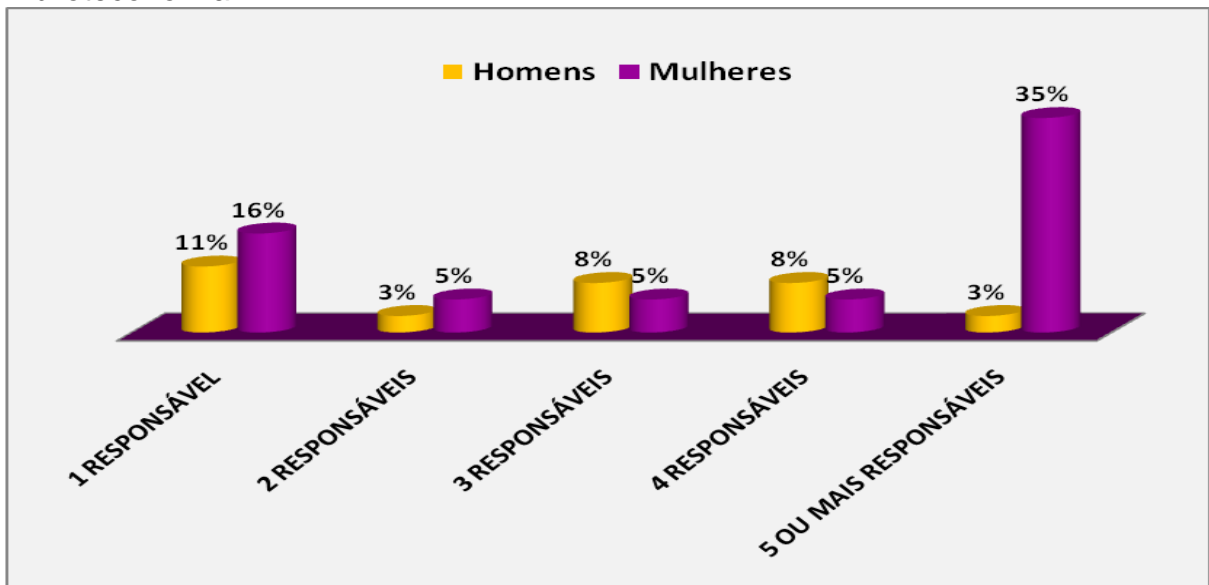
Segundo Silva, Coelho e Caponi (2007), a violência psicológica é a mais difícil de ser identificada. Este tipo de violência na maioria dos casos passa despercebida até por quem sofre, por ser naturalizada e por não conseguir perceber que ela vem disfarçada pelos ciúmes, humilhações, ameaças, rejeições, controles e insultos. Com as mudanças do movimento feminista, a publicização da violência contra mulheres e principalmente com a criação da Lei Maria da Penha que tipifica o que é violência psicológica, o número de mulheres que identificam esse tipo de violência aos poucos vem crescendo. Isso está de acordo com a pesquisa da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), constatando que o número de mulheres que

ligaram para denunciar a violência psicológica foi de (31,81%), quanto à violência física (51,68%) e moral (9,68%)<sup>18</sup>.

Verificamos também que (5%) dos homens não responderam a questão, na aplicação dos questionários a maioria desses homens dizia que essa pergunta era difícil e que não sabia como respondê-la. Tal dado levanta alguns questionamentos: Por que nenhuma mulher teve dificuldade em responder o que é violência contra mulheres? Por que os homens apresentam essa dificuldade?

Entre os principais responsáveis pela violência cometida contra mulheres, (11%) dos homens afirmaram ser apenas 1 responsável, comparado a (16%) das mulheres. Entre os responsáveis citados, o mais apontado pelas/os alunas/os foi o parceiro íntimo (126), parentes (8), pessoas conhecidas (13) e outros como chefes de trabalho, pessoas desconhecidas e colegas de trabalho (6) de acordo com os gráficos 9 e 10.

**Gráfico 9** – Quantidade de responsáveis citados pelas/os alunas/os de Biblioteconomia

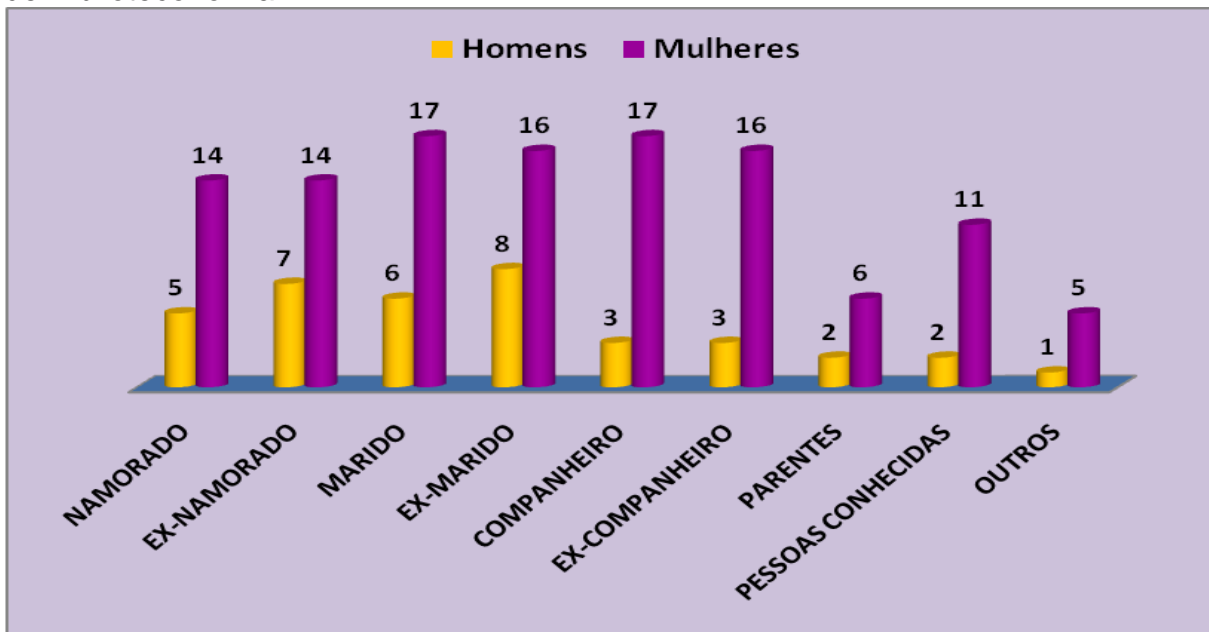


**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

É importante destacar o grande número de mulheres que apontaram ser 5 ou mais responsáveis, em comparação a (3%) dos homens. O que se percebe é que a maioria dessas mulheres reconhece que a violência contra mulheres pode ser cometida por mais de 1 responsável. Podemos atestar separadamente no gráfico abaixo:

<sup>18</sup> Pesquisa disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/central-de-atendimento-a-mulher-ligue-180-registrou-485-mil-ligacoes-em-2014-spm-06032015/>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

**Gráfico 10** – Quantidade de vezes que o responsável foi citado pelas/os alunas/os de Biblioteconomia



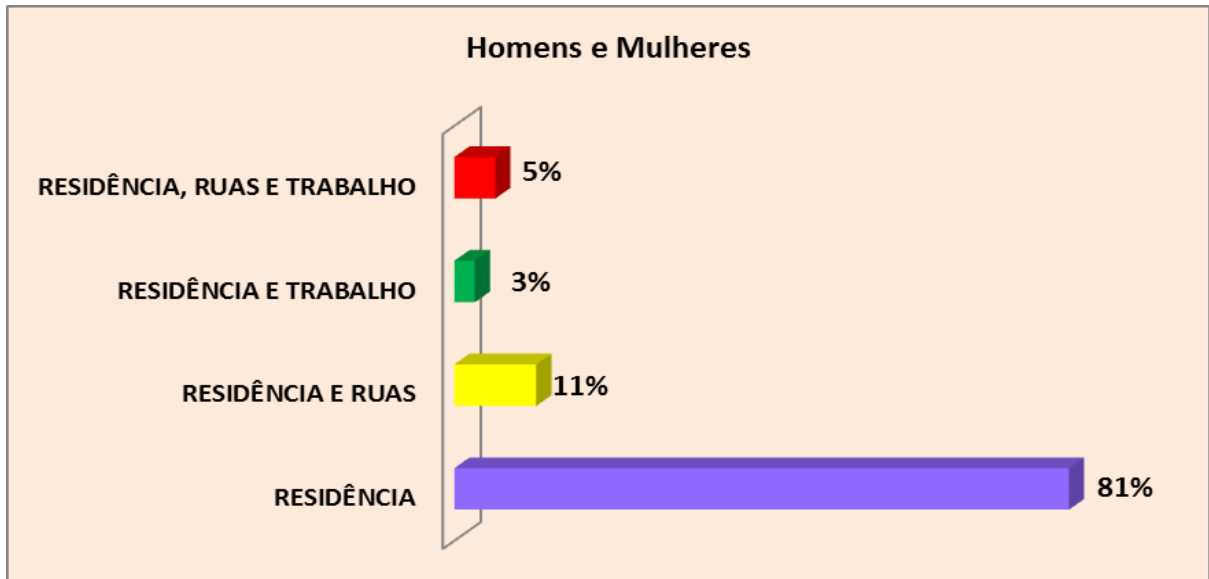
Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Desta forma, o parceiro íntimo foi apontado pelas mulheres como o maior responsável pela violência. Conforme o Balanço do Ligue 180 em 2014, (77%) das mulheres que afirmam estar em situação de violência sofrem agressões semanal ou diariamente. Em mais de (80%) das ocorrências, a violência foi realizada por homens em que as mulheres têm ou tiveram algum relacionamento afetivo. A pesquisa também revela que (48%) das mulheres agredidas relataram que a violência ocorreu em sua própria residência, comprovando que a casa não é um lugar seguro para essas mulheres<sup>19</sup>.

Em consonância, as/os alunas/os de Biblioteconomia também concordaram com o fato de que a casa é o lugar onde há maior prevalência de violência contra mulheres, com (81%) das respostas; (11%) mencionaram residência e ruas; (3%) residência e trabalho e (5%) residência, ruas e trabalho. Mesmo as/os alunas/os citando outros locais, elas/es ainda indicam a residência como um espaço com maior incidência de violência.

<sup>19</sup> Pesquisa disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/central-de-atendimento-a-mulher-ligue-180-registrou-485-mil-ligacoes-em-2014-spm-06032015/>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

**Gráfico 11** – Local da violência contra mulheres para as/os alunas/os de Biblioteconomia

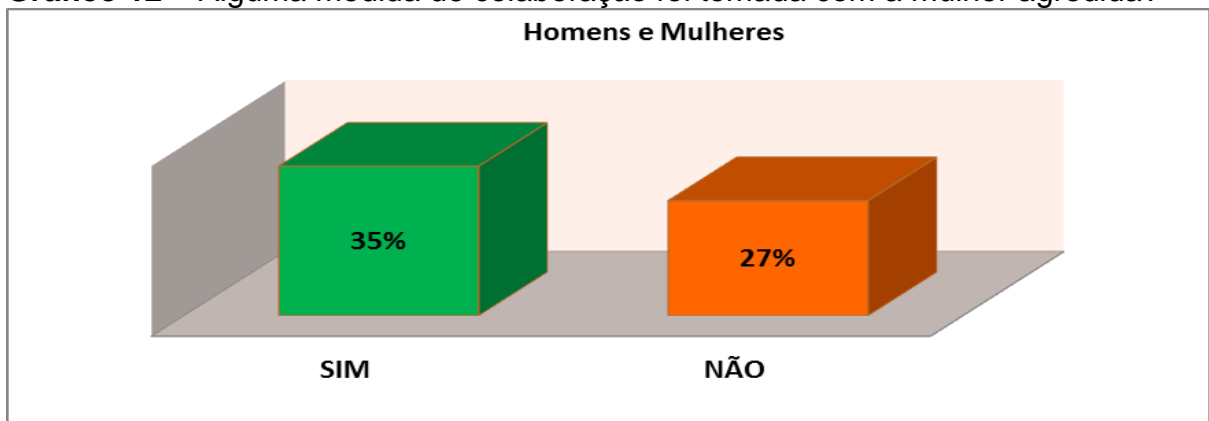


**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

O bem-estar das mulheres depende da segurança que elas procuram. Quanto mais seguras as mulheres se sentirem no espaço onde elas estão inseridas, a autoestima estará sendo nutrida pelo respeito, pela tranquilidade, satisfação e confiança. (VIANNA; BOMFIM; CHICONE, 2006).

Quando perguntamos se conheciam alguém que sofreu violência do parceiro (62%) disseram sim e (38%) afirmaram não conhecer nenhuma vítima da violência contra mulheres. Ao questionarmos se alguma medida de colaboração foi tomada em relação à mulher agredida, (35%) responderam sim contra (27%) que afirmaram não ter tomado nenhuma medida de assistência à vítima, conforme demonstra o gráfico 12.

**Gráfico 12** – Alguma medida de colaboração foi tomada com a mulher agredida?



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

Para as/os que responderam não, perguntamos o porquê de não terem auxiliado a mulher em situação de violência. Vejamos a declaração das/os alunas/os:

**Quadro 1 – Alunas/os que não colaboraram com a mulher agredida**

Alunas/os	CATEGORIA: ALUNAS/OS QUE NÃO COLABORARAM COM A MULHER AGREDIDA
1	Porque só ouvi falar da agressão sofrida.
2	Não tinha idade.
3	Pois a pessoa não queria ir atrás de ajuda.
4	Não justificou.
5	Não justificou.
6	Nos casos que tentei ajudar nunca tive retorno, e encorajamento da mulher agredida.
7	Porque a mesma já havia tomado as devidas providências.
8	Não justificou.
9	Pois quando presenciei era apenas uma criança.
10	Por não querer me envolver e acabar sobrando alguma consequência pra mim sem ter nada haver com tal situação.
11	Porque só fiquei sabendo após o acontecido e ela mesma tomou a atitude, se afastando definitivamente do seu agressor.
12	Não justificou.
13	Já ouvi histórias, mas nunca aconteceu com ninguém próximo a mim.
14	Não Justificou.

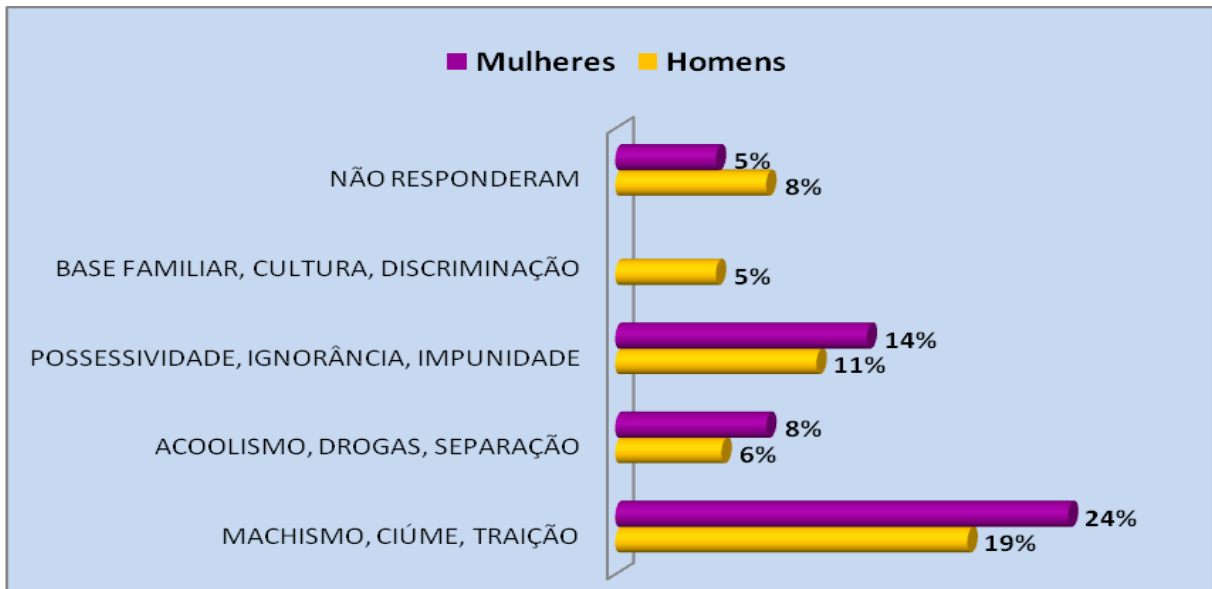
**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.



Como vemos (14) alunas/os não tomaram medidas de apoio à mulher agredida. Destacando as/os alunas/os (03), (06) e (10) que mencionaram não querer se envolver com a situação ou ainda por não encontrar retorno da parte da vítima. De acordo com Soares (2005), enquanto as pessoas permanecerem pensando que não podem interferir na violência, as mulheres continuaram sendo ameaçadas, agredidas e mortas.

Em relação aos motivos que contribuem para a ocorrência da violência contra as mulheres, o machismo, o ciúme e a traição foram indicados em (19%) das respostas dos homens e (24%) nas das mulheres; (6%) alcoolismo, drogas e separação nos homens e (8%) nas mulheres; (11%) possessividade, ignorância e impunidade para os homens e (14%) para as mulheres; (5%) dos homens afirmaram ser a base familiar, a cultura e a discriminação. Quanto às mulheres nenhuma citou esses motivos; (8%) dos homens não responderam contra (5%) das mulheres, apresentados no gráfico 13 abaixo.

**Gráfico 13** – Motivos da ocorrência da violência para as/os alunas/os de Biblioteconomia



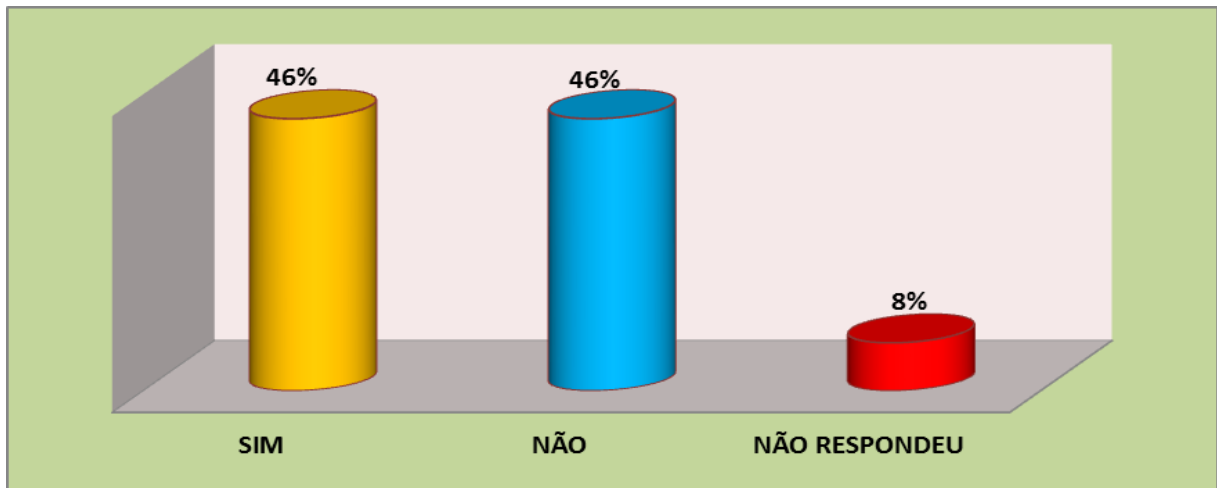
**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

Em geral, entre os principais motivos que levam os homens a praticar a violência contra mulheres, conforme o gráfico está o machismo, o ciúme e a traição. Em pesquisa feita pelo Instituto Avon em 2011, verificou-se que (48%) das mulheres

entrevistadas declararam ter sido o ciúme a causa que motivou a violência e (20%) afirmaram ser a traição<sup>20</sup>.

Na pergunta seguinte concernente ao conhecimento da Lei 11340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, (46%) afirmaram conhecer a Lei; (46%) disseram não ter conhecimento da lei e (8%) não responderam a pergunta conforme aponta o gráfico 14. Chama atenção o alto número de estudantes que não conhecem a Lei Maria da Penha apesar das diversas campanhas disseminadas nos meios de comunicação.

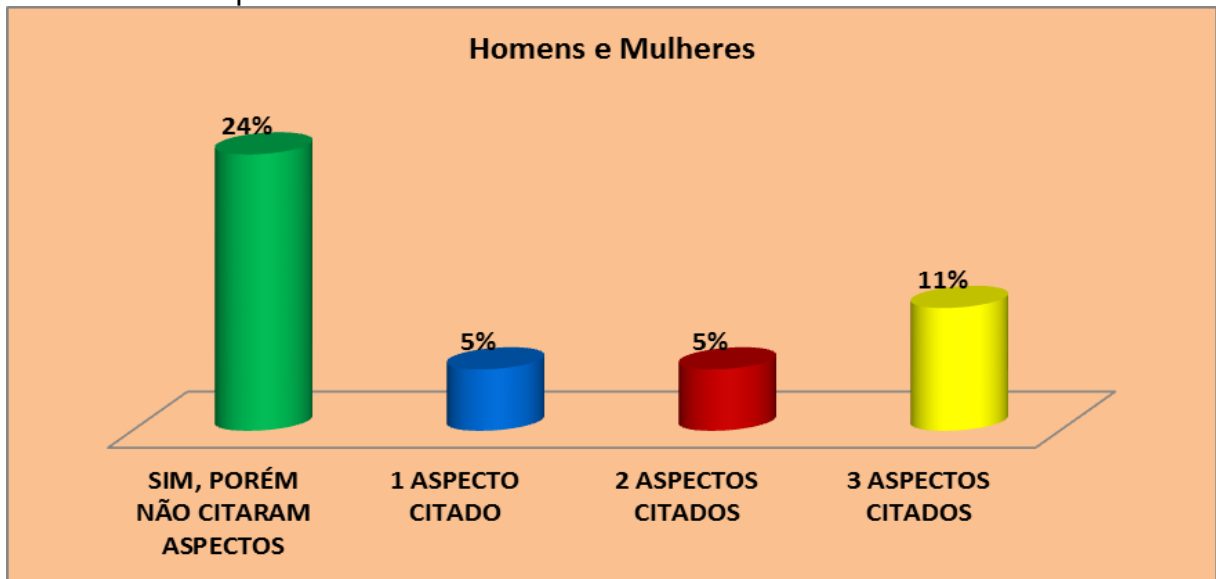
**Gráfico 14 – Conhece a Lei Maria da Penha?**



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

Contudo, quando pedimos para os que conhecem citar três aspectos da Lei, entre as/os que declararam conhecê-la, (24%) não citaram os aspectos conforme o gráfico 15.

<sup>20</sup> Pesquisa disponível em: <<http://institutoavantebrasil.com.br/quais-sao-as-razoes-da-violencia-domestica-contra-a-mulher-com-a-palavra-a-vitima/>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

**Gráfico 15 – Aspectos da Lei Maria da Penha.**

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

Diante disso, será mesmo que as/os alunas/os do curso de Biblioteconomia que afirmaram conhecer a Lei Maria da Penha conhecem profundamente a referida Lei? Ou só ouviram falar dela? É algo a se pensar.

Entre os aspectos mencionados pelas/os alunas/os que declararam conhecer a Lei, especificamos os seguintes:

- Defender as mulheres e diminuir a criminalidade contra as mulheres;
- Incentiva a denúncia e orienta;
- Medida protetiva, acolhimento e amparo;
- Protege contra qualquer tipo de agressão;
- Segurança a mulher, prisão imediata do agressor e melhoria dos direitos da mulher;
- Combate a violência doméstica;
- O agressor é preso e não tem direito a pagar fiança.

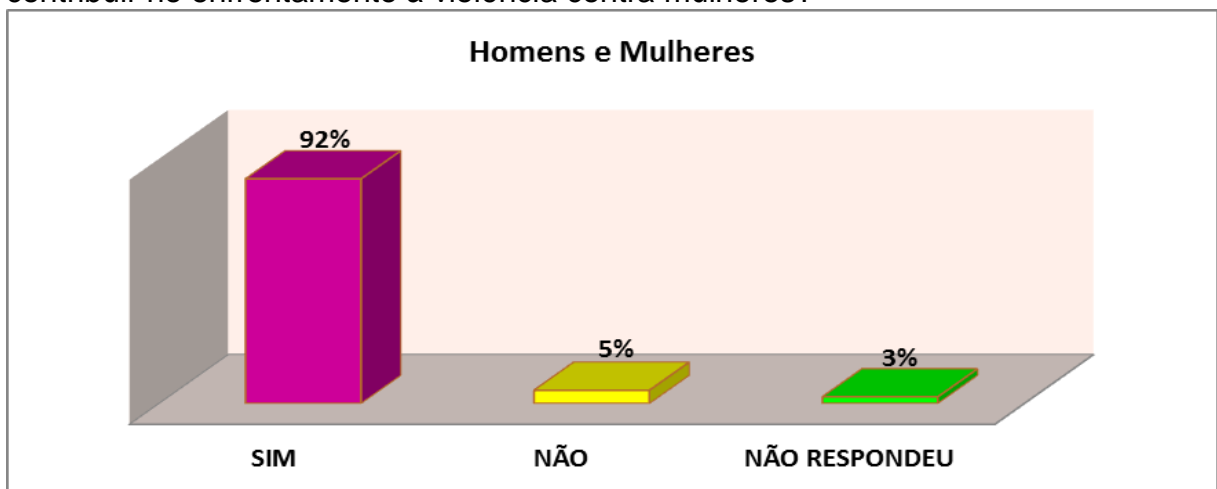
Antes da lei Maria da Penha, a violência contra mulheres era penalizada de acordo com a lei 9.099/95, a qual considerava tal crime como de menor potencial ofensivo e os casos eram dirigidos aos Juizados Especiais Criminais (JECRIMs). Na maioria das vezes as penas eram simbólicas, como pagamento de cestas básicas ou realização de trabalho comunitário, contribuindo para que o agressor se sentisse

no direito de agredir a mulher desde que pagasse pelo tal ato. (MENEZES *et al*, 2013).

Diferente da lei 9.099/95, a lei 11340/2006 define que “a prática de violência doméstica contra as mulheres leve o agressor a ser processado criminalmente, independentemente de autorização da agredida”. O que acontecia na lei 9.099/95 é que na maioria dos casos procurava-se um acordo entre as partes. Algumas mulheres por ser dependente financeiramente e emocionalmente do agressor, retiravam a queixa levando o mesmo a pagar multas ou cestas básicas. (TELES; MELO, 2003; BRASIL, 2012.)

Questionamos aos alunos/as se a informação pode contribuir no enfrentamento à violência contra mulheres, (92%) das/os pesquisadas/os responderam sim; (5%) responderam não e (3%) não responderam o questionamento como podemos observar no gráfico 16 abaixo.

**Gráfico 16** - As/os alunas/os de Biblioteconomia consideram que a informação pode contribuir no enfrentamento à violência contra mulheres?



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

Quando perguntamos a forma de como a informação pode contribuir no enfrentamento à violência contra mulheres, de acordo com as/os alunas/os de Biblioteconomia existem diversas formas de contribuição tais como:

**Quadro 2 – Contribuição da informação no enfrentamento**

Alunas/os	CATEGORIA: CONTRIBUIÇÃO DA INFORMAÇÃO NO ENFRENTAMENTO
1	É uma forma de ficar mais esperta.
2	Pois através da informação há conscientização.
3	A mulher encontra apoio.
4	A grande maioria sabe que tem a lei, mas não sabe como proceder.
5	A informação é um dos principais meios e o mais poderoso para que possa ser amenizado o grande número de violência contra as mulheres.
6	Contribui para o acesso aos pontos de apoio.
7	Apresentando meios de punições.
8	Os órgãos federais, estaduais e municipais poderiam intensificar em palestras p/a população, por meio de comunicação.
9	Ajudando com informações úteis para o conhecimento das mulheres.
10	Pois com informação procura-se as devidas providências, e seus direitos.
11	Ajudando a encontrar meios para lidar com o problema.
12	Contribui incentivando ao violentado denunciar, porém é preciso proteção para quem sofre.
13	Pode contribuir, porém acredito que seja pouco. Essa já é uma temática bem discutida, mas a violência só aumenta.

14	Pessoas bem informadas têm o conhecimento das leis e suas punições, sentem-se mais seguras p/ denunciar seus agressores.
15	Através da informação a mulher fica mais consciente de seus direitos.
16	Não respondeu.
17	Na conscientização da sociedade como um todo.
18	Através dos meios de comunicação em geral.
19	Com a informação a mulher fica mais confiante em denunciar o agressor.
20	Não justificou.
21	Mostrando relatos de quem conseguiu enfrentar este grande problema.
22	Conscientizando as pessoas contra o ato.
23	Informando o que pode ser feito caso ocorra a violência.
24	Divulgando nas mídias sociais e apoio da sociedade.
25	A mulher não denuncia.
26	Do ponto de vista relativo a divulgação das formas de combate e violência e como proceder com a denúncia.
27	Porque a informação é uma ferramenta que transforma as pessoas por abrir muitas possibilidades.
28	As mulheres tendo informações saberão como se comportar se forem vítimas de violência.
29	Na maneira que as mulheres tenham conhecimentos dos seus direitos.

30	Uma mulher bem informada conhece seus direitos e não se deixa intimidar.
31	A informação pode ser passada para as mulheres através dos canais, que são fone, TV, panfletos.
32	Fortalece a mulher, a informação.
33	A mulher sabendo dos direitos conforme a lei pode tomar medidas de precaução.
34	A informação com base nos dados estatísticos tem que ser explorado amplamente.
35	Com mais informativos.
36	Não justificou.
37	A informação contribui contra a violência.

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

Observamos que das/os trinta e sete alunas/os (33) responderam a pergunta. Destes apenas (1) estudante não respondeu e (2) não consideram que a informação pode contribuir no enfrentamento à violência contra as mulheres e não justificaram a afirmação.

Diante das afirmações acentuadas pelas/os (33) alunas/os, consideramos que a informação é capaz de contribuir no combate a violência contra mulheres da seguinte forma:

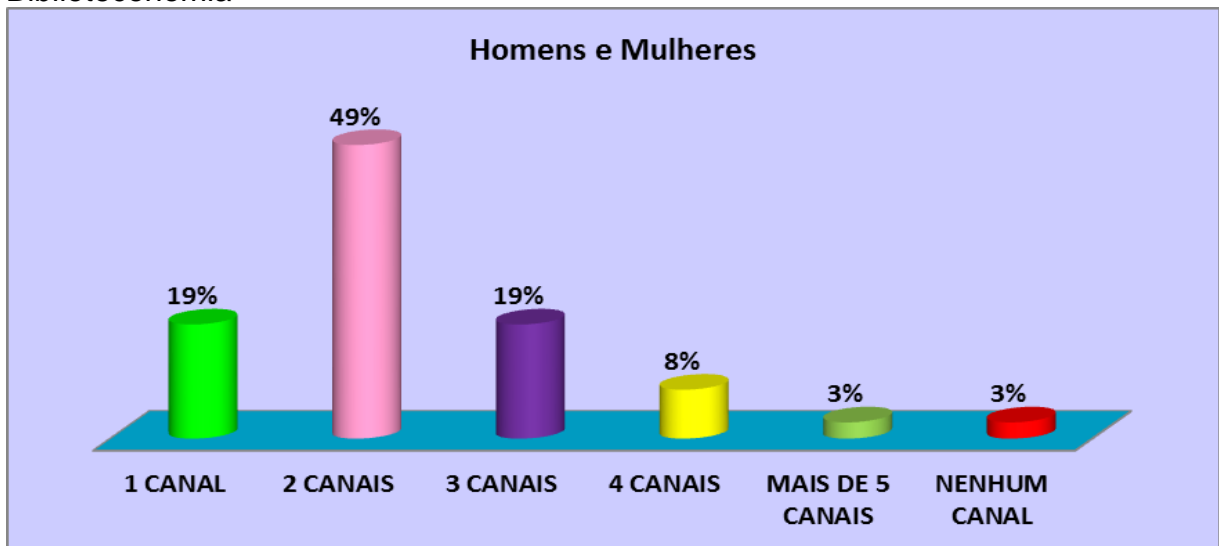
- Por meio de panfletos, campanhas, meios de comunicação;
- Informando sobre os locais de atendimento às mulheres vítimas da violência;
- Conscientizando as mulheres de seus direitos;
- Transformando a vida das mulheres e abrindo novas possibilidades;
- Fortalecendo as mulheres.

Para Ribas e Ziviani (2007) o acesso à informação é condição essencial para a construção da cidadania, um pré-requisito para os direitos sociais, civis e políticos,

visto que é através da conscientização desses direitos, pela tomada de consciência, que as mulheres em situação de violência poderão se fortalecer e lutar por seus direitos garantindo condições plenas de vida.

Com relação aos canais informacionais que as/os alunas/os utilizam para obter informação acerca da violência contra mulheres, (19%) utilizam apenas 1 canal; (49%) 2 canais; (19%) 3 canais; (8%) 4 canais; (3%) mais de 5 canais e (3%) responderam não utilizar canal algum. Entre esses a internet e a televisão são apontados como um meio de maior utilização entre as/os alunas/os de Biblioteconomia (62), as revistas vem logo em seguida (8), depois os livros (5), o rádio (4) e outros tais como: trabalho, e artigos (2). Vejamos nos gráficos 17 e 18.

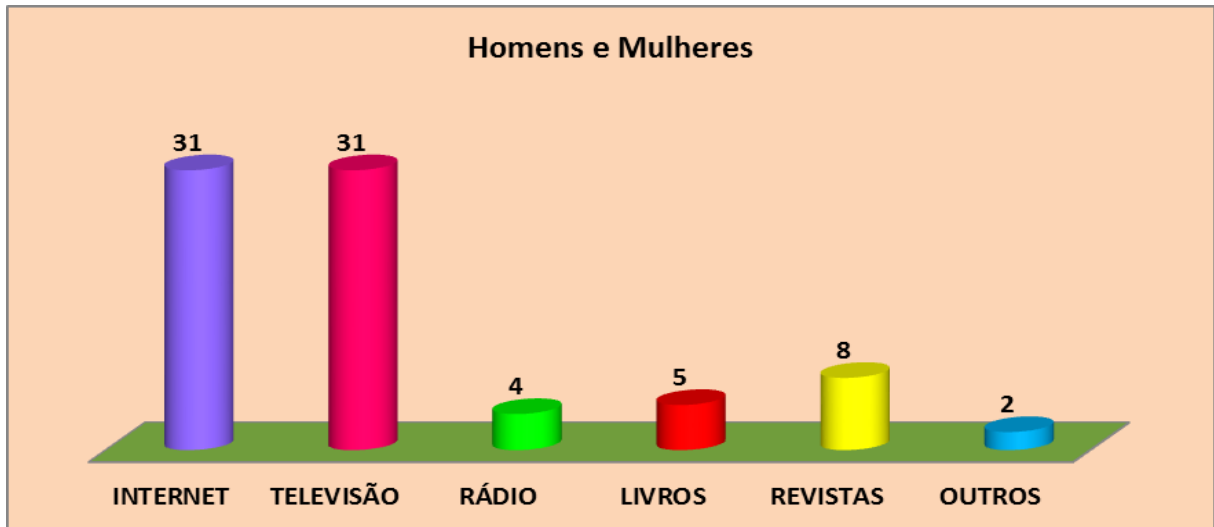
**Gráfico 17** – Quantidade de canais de informação utilizados pelas/os alunas/os de Biblioteconomia



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.



**Gráfico 18** – Quantidade de vezes que o canal foi assinalado pelas/os alunas/os de Biblioteconomia

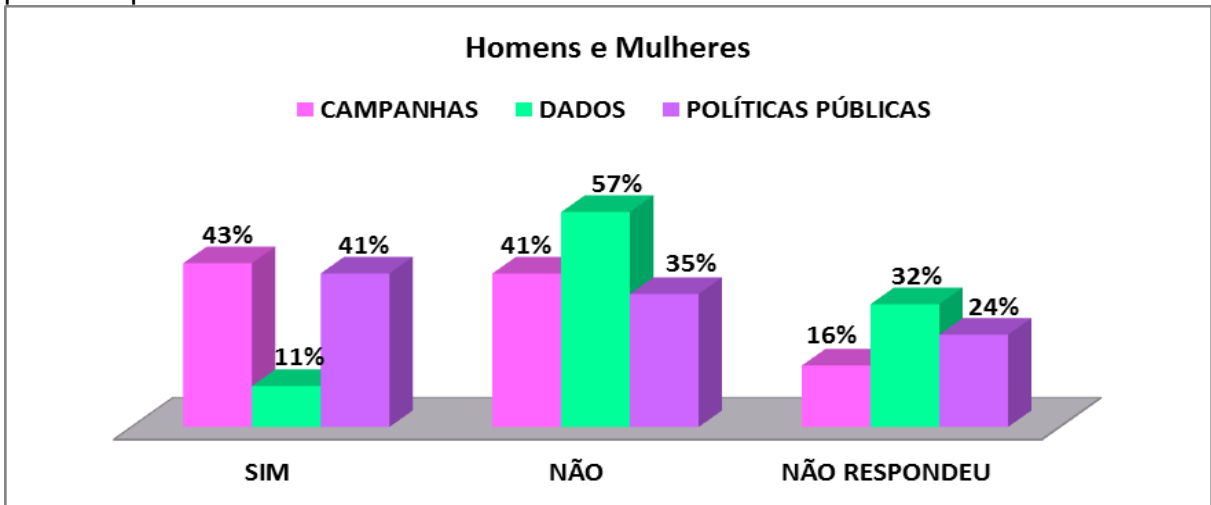


**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

As fontes e os canais de informação podem ser classificados em formais e informais. Os formais são aqueles obtidos por meio de livros, revistas, publicações, periódicos, teses, entre outros. Já os informais são conversas, seminários, folders, contatos telefônicos, etc. O que diferencia um do outro é o suporte e o meio ao qual a informação foi apresentada. (VITAL, 2006).

A questão seguinte pergunta se as/os alunas/os conhecem campanhas, dados referentes à violência cometida contra as mulheres e políticas públicas específicas para o atendimento às mulheres em situação de violência. Em relação a campanhas, (43%) afirmaram conhecer campanhas disseminadas nos meios de comunicação; (41%) não conhecem e (16%) não responderam a questão. Concernente a dados, (11%) disseram conhecer; (57%) afirmaram não conhecer dados de violência contra mulheres e (32%) das/os pesquisadas/os não responderam. Referente às políticas públicas, (41%) conhecem políticas públicas destinadas ao atendimento às mulheres em situação de violência; (35%) não conhecem e (24%) não responderam a pergunta conforme o gráfico 19.

**Gráfico 19** – As/os alunas/os de Biblioteconomia conhecem campanhas, dados e políticas públicas referentes ao enfrentamento à violência contra mulheres?



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

**Quadro 3** – Conhecimento das/as alunas/os sobre campanhas, dados e políticas públicas.

Alunas/os	CATEGORIA: CONHECIMENTO DAS/OS ALUNAS/OS SOBRE CAMPANHAS, DADOS E POLÍTICAS PÚBLICAS
1	<b>Campanhas:</b> Creio que o governo passa propaganda para o combate da violência contra a mulher; <b>Dados:</b> Mortes por fim de relacionamento; <b>Políticas Públicas:</b> Não respondeu.
2	<b>Campanhas:</b> TV, redes sociais; <b>Dados:</b> Não respondeu; <b>Políticas Públicas:</b> Delegacia da Mulher.
3	Não respondeu.
4	Não respondeu.
5	Não respondeu.
6	Não respondeu.
7	<b>Campanhas:</b> Algumas; <b>Dados:</b> Não respondeu; <b>Políticas Públicas:</b> Não conheço.
8	Não conheço.

9	Não conheço.
10	Não conheço
11	<b>Campanhas:</b> Televisão, rádios e redes sociais; <b>Dados:</b> Espancamentos, verbal, crimes; <b>Políticas Públicas:</b> Campanhas por meio de Ongs e atitudes universitárias.
12	Não conheço.
13	<b>Campanhas:</b> Televisão, redes sociais; <b>Dados:</b> Não respondeu; <b>Políticas Públicas:</b> Não respondeu.
14	<b>Campanhas:</b> Cartazes; <b>Dados:</b> Desconheço; <b>Políticas Públicas:</b> Delegacia da Mulher.
15	<b>Campanhas:</b> Não conheço; <b>Dados:</b> Não conheço; <b>Políticas Públicas:</b> Algumas delegacias especializadas em crimes dessa natureza.
16	<b>Campanhas:</b> TV, rádio, redes sociais; <b>Dados:</b> Desconheço; <b>Políticas Públicas:</b> Delegacia da Mulher.
17	Não conheço.
18	Não respondeu.
19	<b>Campanhas:</b> Páginas em redes sociais e a própria redação do Enem; <b>Dados:</b> Não conhece; <b>Políticas Públicas:</b> Secretaria da Mulher, Delegacia e o Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra.
20	<b>Campanhas:</b> Outdoors, redes sociais; <b>Dados:</b> Não respondeu; <b>Políticas Públicas:</b> Delegacia de apoio à mulher.
21	Não conheço.
22	Não conheço.
23	Não respondeu.

24	<b>Campanhas:</b> Várias propagandas da parte dos governos na TV e em outros meios de comunicação; <b>Dados:</b> Não respondeu; <b>Políticas Públicas:</b> Não exemplificou.
25	<b>Campanhas:</b> Vejo algumas propagandas apenas próximas a comemoração do dia das mulheres; <b>Dados:</b> Não conhece. <b>Políticas Públicas:</b> Conheço apenas o apoio oferecido pela delegacia da mulher.
26	<b>Campanhas:</b> Propagandas na televisão incentivando à denúncia no 180; <b>Dados:</b> Desconheço numeral; <b>Políticas Públicas:</b> Delegacia da Mulher.
27	Não conheço.
28	<b>Campanhas:</b> Não conheço; <b>Dados:</b> Não tenho. Só o que passa na mídia; <b>Políticas Públicas:</b> Não conheço.
29	<b>Campanhas:</b> Que são promovidos pelo Centro 8 de março; <b>Dados:</b> Estatisticamente não tenho. No entanto é nítido que a violência aumentou, conforme observamos nos vários meios de comunicação; <b>Políticas Públicas:</b> Governo do Estado, através da delegacia da mulher.
30	Não conheço.
31	<b>Campanhas:</b> Não exemplificou; <b>Dados:</b> Crescimento da violência; <b>Políticas Públicas:</b> Apoio psicológico.
32	Não respondeu.
33	<b>Campanhas:</b> A lei Maria da Penha veio como uma campanha permanente de enfrentamento; <b>Dados:</b> Não tenho conhecimento comprovado; <b>Políticas Públicas:</b> Tenho conhecimento que algumas políticas públicas protegem mulher em situação de risco, abrigando ela e os filhos.
34	Não conheço.
35	<b>Campanhas:</b> Sempre vejo na televisão campanhas; <b>Dados:</b> Não lembro os números, mas sei que todos os dias são registrados casos de violência contra a mulher; <b>Políticas Públicas:</b> Foram criadas

	delegacias especializadas para atender as mulheres, casas abrigo, etc.
36	<b>Campanhas:</b> Ligue 180, “Quem ama não bate”, “Denuncie a violência contra a mulher”; <b>Dados:</b> O Brasil está em 5º lugar no ranking mundial e a Paraíba está em 3º nacional e o Conde 4º das cidades; <b>Políticas Públicas:</b> Secretarias, delegacias, centros, etc.
37	Não conheço.

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

Observamos que a maioria das/os alunas/os conhece campanhas de violência contra as mulheres, porém poucos evidenciaram quais são. Com relação a dados, poucas/os alunas/os conhecem dados referentes à violência contra mulheres. Verificamos que entre as/os pesquisadas/os, muitos citaram exemplos de políticas públicas destinadas as mulheres. Com base nas afirmações das/os que explicaram (campanhas, dados e políticas públicas) destacam-se:

- Campanhas: “Quem ama não bate”; “Ligue 180” e “Denuncie a violência contra mulher”;
- Dados: Mapa da Violência;
- Políticas Públicas: Delegacia da Mulher; Secretaria de Política para as Mulheres; Centros de Referência da Mulher; Casas-abrigo.

Percebemos que grande parte das/os alunas/os citou a Delegacia da Mulher como uma política pública de enfrentamento a violência contra mulheres. Segundo Bandeira (2014), o aspecto significativo que ancora a existência da DEAM é a implantação de valores distintos, que viabilizem a escuta e o olhar diferenciado em relação ao modelo masculino de compreensão acerca da violência. Isto é, estas delegacias devem compor seus quadros funcionais com delegadas e agentes policiais mulheres qualificadas com relação aos aspectos que tipifica a violência contra a mulher, compreendendo de forma ampla os diferentes contextos em que ocorre a violência.

Da mesma forma, o atendimento nas DEAMs deve beneficiar as queixas, opondo-se às delegacias comuns de polícia. Há que se destacar que existem outras

políticas públicas destinadas às mulheres no Estado da Paraíba que não foram ou foram pouco mencionadas pelas/os estudantes: Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres, Centros de Referência da Mulher nas cidades de Campina Grande, Cajazeiras, João Pessoa, Patos e Santa Luzia, Casa Abrigo Aryane Thais, para mulheres com risco de morte em decorrência da violência doméstica, Sistema Atende Mulher que automatizou os dados de atendimento do Centro de Referência Ednalva Bezerra, em João Pessoa, dentre outros.<sup>21</sup>

A/o aluna/o (33) especificou como campanha de combate a violência, a Lei Maria da Penha. Diante dessa afirmação, a criação da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) é uma garantia dos direitos das mulheres e uma proteção para as mulheres que vivem e situação de violência. Em concordância com a/o aluna/o a Lei Maria da Penha pode sim atuar como uma campanha “permante” contra a violência às mulheres.

Quando pedimos para comentar a frase “Mulher gosta de apanhar” relataram:

**Quadro 4–** Visão sobre a frase “Mulher gosta de apanhar”

Alunas/os	CATEGORIA: VISÃO SOBRE A FRASE “MULHER GOSTA DE APANHAR”
1	Mulher e ninguém gosta de apanhar. Essa frase só pode ser machista, na minha opinião.
2	Não respondeu.
3	Mulher gosta de receber carinho, amor.
4	Dentro de um ambiente machista esta frase é comum, mas não é nada legal.
5	Não concordo, acho um absurdo.
6	Uma frase machista, onde jamais pode ser dita.
7	Não respondeu.

<sup>21</sup> O Sistema Atende Mulher foi elaborado por meio da Pesquisa Violência Contra Mulheres e Informação do Programa de Bolsas de Extensão da UFPB, coordenado pela professora Gisele Rocha Côrtes.

8	Algo machista.
9	Não, nunca!!!
10	Falta de respeito, e agressiva.
11	Estupidez.
12	Frase machista, mulher gosta de carinho na verdade, porém entre quatro paredes uma brincadeira com consentimento é válido.
13	Lastimável.
14	Não. Só as que não têm amor próprio e, infelizmente, as que não têm coragem de denunciar.
15	Puro machismo. Inclusive a música “um tapinha não dói” que explodiu nas rádios em 2003, está sendo processada pelo MPF.
16	Não respondeu.
17	Nenhuma mulher gosta de apanhar.
18	Não concordo, é uma frase machista, que não tem nada haver.
19	Não respondeu.
20	Claro que não.
21	Nenhum ser humano gosta de apanhar.
22	Um absurdo.
23	Ninguém gosta de apanha.
24	Não concordo, inclusive prefiro nem comentar.
25	Carinho, amor e companheirismo.
26	É uma frase irritante e equivocada que me dar náuseas só em ouvir, principalmente de mulher.

27	Uma grande mentira passada por uma sociedade machista.
28	Nunca concordei com tal absurdo de comentário, mulher gosta de ser feliz.
29	Frase tipicamente machista, pois não pode existir humilhação maior do que ser espancada.
30	Isso é uma frase machista.
31	Aberração.
32	Mulher que sofre agressão mais continua com o seu companheiro e não denuncia.
33	Exdruxula, absurda. A minha mãe é mulher e nunca gostou de apanhar. Isso é crime.
34	Ridícula.
35	Ela aceita a agressão.
36	Não respondeu.
37	É uma frase machista.

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

Como vemos a maioria das/os alunas/os não concorda com tal frase. No entanto ainda existem pessoas, que falam tal absurdo. Dentre essas/es, (5) não responderam a pergunta, o que se pode inferir é que essas/es alunas/os não quiseram dá o seu ponto de vista em relação à frase. Observamos também que dois estudantes mencionaram que as mulheres que gostam de apanhar são as que permanecem com seu parceiro e não denunciam a violência ou ainda as que não têm amor próprio.

Segundo Soares (2005), existem muitos motivos para uma mulher não conseguir romper com seu parceiro, e não é porque gosta de apanhar. Dentre esses motivos estão: ameaças, medo, dependência econômica e esperança que a situação mude.



Na questão seguinte explicitamos um dado do Relatório das Nações Unidas de 2015, que mostram que 60% das mulheres em situação de violência no mundo não buscam ajuda. Pedimos para que as/os alunas/os descrevessem os motivos para tal situação.

**Quadro 5 – Ótica das/os alunas/os sobre os motivos pelos quais a maioria das mulheres não busca ajuda.**

Alunas/os	CATEGORIA: ÓTICA DAS/OS ALUNAS/OS SOBRE OS MOTIVOS PELOS QUAIS A MAIORIA DAS MULHERES NÃO BUSCA AJUDA
1	A dependência financeira.
2	Ameaças.
3	Por medo de seus companheiros.
4	Medo, falta de informação, falta de apoio e segurança.
5	Medo.
6	Medo e falta de informação.
7	Medo, falta de informação e maior proteção da polícia.
8	Dependência financeira, desamparo, medo e perda dos filhos.
9	Falta de como se manter, ou seja, sobrevivência, medo, vergonha.
10	Medo e o amor que diz sentir pela pessoa (no caso marido), não ter apoio, etc.
11	Medo do que pode acontecer depois, ameaças de morte, falta de condições financeiras, filhos, sociedade...
12	Medo do julgamento da sociedade e falta de apoio das autoridades.
13	Medo.
14	Medo, insegurança, falta de informação.

15	Na maioria dos casos, acredito que seja medo de quem a violentou e até o constrangimento que sofre para relatar tudo que passou.
16	Não respondeu.
17	Medo, ameaças.
18	Falta de apoio da família, sem estrutura, medo de criar os filhos sozinha.
19	Medo em primeiro lugar.
20	Por medo de sofrer consequências, pois na maioria das vezes tem medo.
21	Medo, desinformação.
22	Medo e cultura machista.
23	O principal é o medo de não sair viva da situação, pois ele pode ser até preso, saindo de lá algo de mais grave pode acontecer.
24	Medo.
25	A não resolução dos problemas pelos poderes públicos.
26	Medo.
27	Medo.
28	A impunidade.
29	Medo do agressor, não confia no poder público e falta de conhecimento.
30	Medo, vergonha e constrangimento.
31	Falta de informação, coragem, covardia e sentimentos distorcidos.

32	Não buscam com medo, geralmente temem a morte.
33	Se sentem ameaçadas por seus agressores ou muitas vezes dependem financeiramente destes, e não se sentem capazes de se sustentarem.
34	Por medo que o companheiro torne-se mais agressivo, que as ameaças aumentem.
35	Dependencia emocional, financeira, medo, etc.
36	Pela falta de acesso a informação.
37	Medo e insegurança.

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

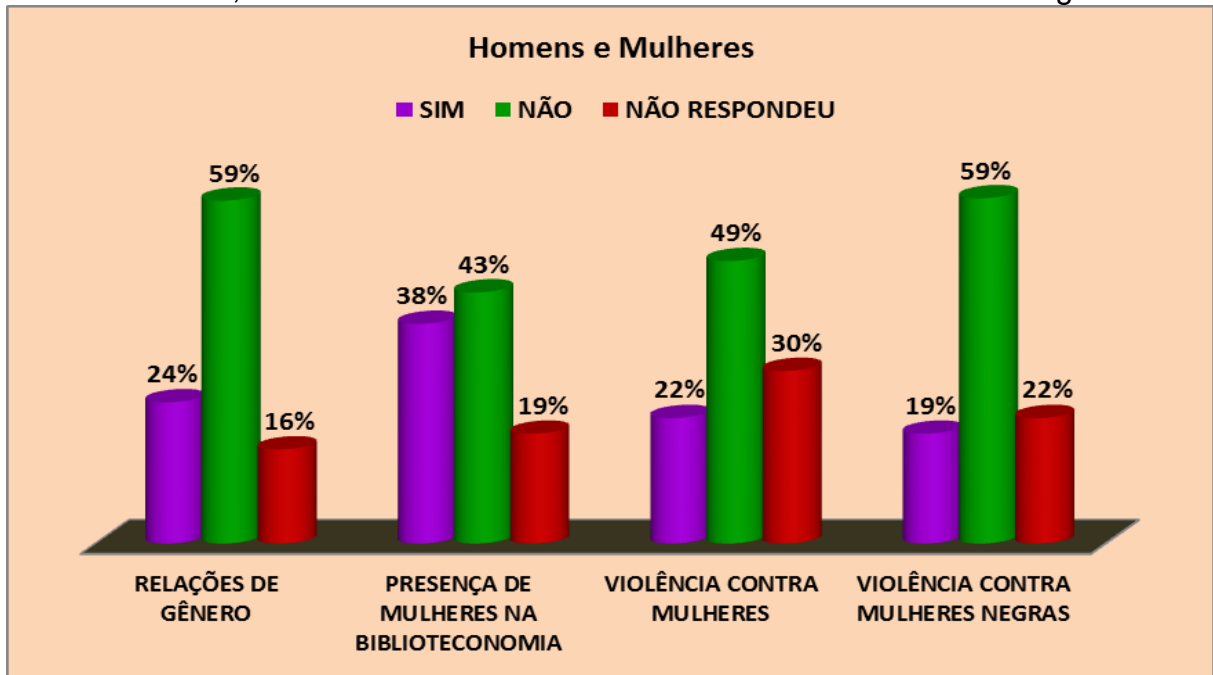
A maioria das/os alunas/os referiu o medo como um dos fatores pelo qual as mulheres não denunciam seus agressores. Dentre os fatores mencionados, destacamos a dependência financeira, a falta de confiança no poder público, o constrangimento, a falta de apoio familiar, etc.

Em consonância a esta afirmação, consideramos que muitas mulheres não denunciam o autor da violência por diversos fatores. Desta forma surge o isolamento, o qual dificulta as mulheres a buscar apoio através das centrais de atendimento. Segundo Monteiro e Souza (2007), tal situação tende a aumentar a dependência das mulheres, ocasionando um sentimento de culpa, em que muitas vezes se sentem responsáveis pelos atos de agressão. Comportamentos como esses colaboram para a baixa da autoestima das mulheres decorrentes do convívio com a violência.

Perguntamos aos alunos/as de Biblioteconomia se durante o curso tiveram contato com conteúdos vinculados a relações de gênero, presença de mulheres na Biblioteconomia, violência contra mulheres e violência contra mulheres negras. Referente a relações de gênero, (24%) responderam sim; (59%) disseram não ter tido contato com esse conteúdo e (16%) não responderam. Em relação à presença de mulheres na Biblioteconomia, (38%) afirmaram ter tido contato com esse assunto; (43%) não tiveram contato e (19%) não responderam. No tocante a violência contra mulheres, (22%) responderam sim; (49%) mencionaram não ter tido contato e (30%)

não responderam. Concernente a violência contra mulheres negras, (19%) tiveram contato; (59%) não tiveram e (22%) das/os pesquisadas/os não responderam a pergunta conforme apresenta o gráfico 20.

**Gráfico 20** – No curso de Biblioteconomia as/os alunas/os tiveram contato com conteúdos vinculados a relações de gênero, presença de mulheres na Biblioteconomia, violência contra mulheres e violência contra mulheres negras?

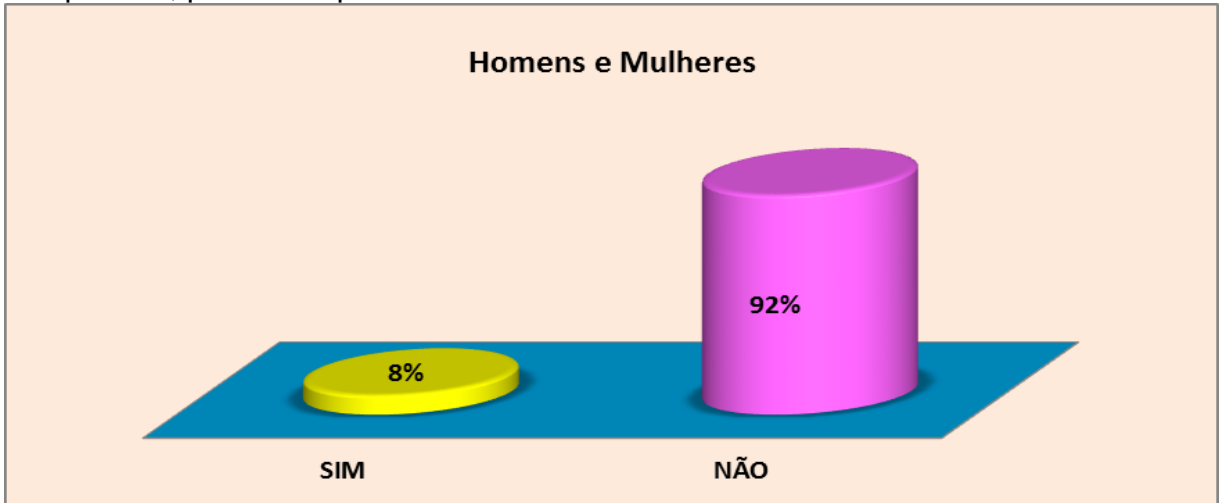


**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

As/os alunos/as descreveram que tiveram contato a esses conteúdos através de seminários, palestras, projetos de pesquisa e de professoras/es que abordaram os temas em questão.

Questionamos se já viram em bibliotecas campanhas, exposições, panfletos que evidenciam a violência contra mulheres, (8%) afirmaram ter visto e (92%) das/os pesquisadas/os responderam não, segundo o gráfico 21.

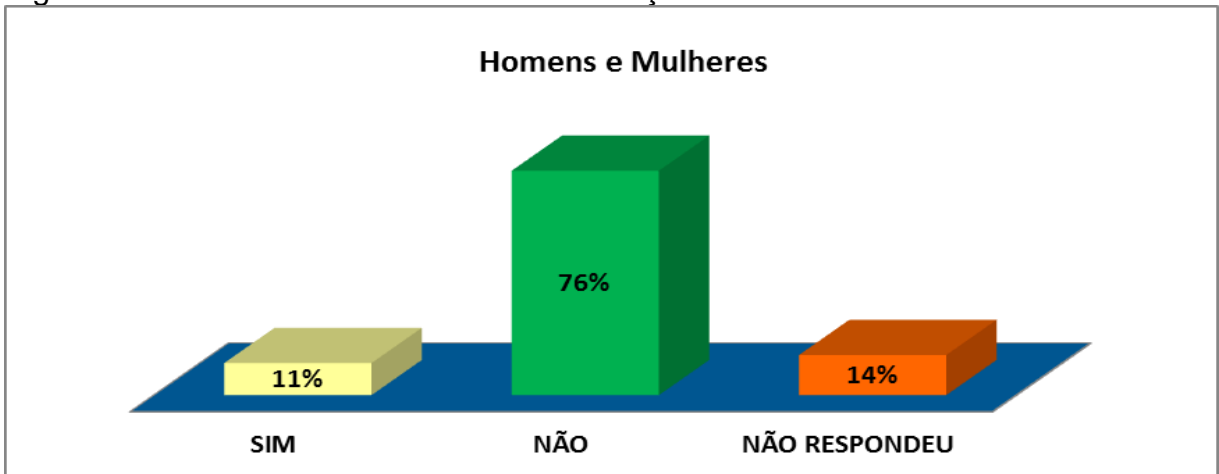
**Gráfico 21** – As/os alunas/os de Biblioteconomia já viram em bibliotecas campanhas, panfletos que evidenciam a violência contra mulheres?



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

Quando perguntamos aos alunos/as se conhecem ou já leram a respeito da atuação de bibliotecárias/os em órgãos de atendimento às mulheres em situação de violência, (11%) responderam sim; (76%) não conhecem nem leram a respeito e (14%) não responderam a questão de acordo com o gráfico 22.

**Gráfico 22** – Conhece ou já leu a respeito da atuação de bibliotecárias/os em órgãos de atendimento às mulheres em situação de violência?

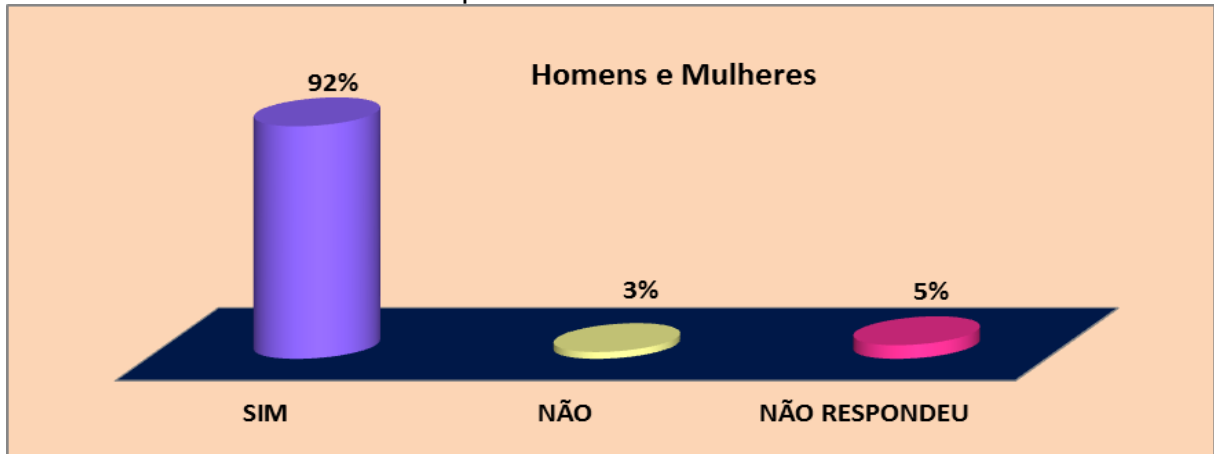


**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

Pedimos aos alunos/as que responderam sim, descrever a atuação. Alguns deles/as mencionaram ter colegas de classe que realizaram trabalho nos Centros de Referência da Mulher e na Secretaria de Política Pública para Mulheres, como estagiárias/os, e outros afirmaram ter colegas que fizeram parte de projetos de pesquisa nessa área.

Questionamos se a/o bibliotecária/o pode auxiliar as mulheres no combate à violência (92%) responderam sim; (3%) afirmaram que não e (5%) das/os alunas/os não responderam a pergunta conforme o gráfico 23.

**Gráfico 23 – A/o bibliotecária/o pode auxiliar as mulheres no combate à violência?**



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

E de que forma a/o bibliotecária/o pode contribuir no enfrentamento à violência contra mulheres?

**Quadro 6 - Forma como a/o bibliotecária/o pode contribuir no enfrentamento à violência contra mulheres**

Alunas/os	CATEGORIA: FORMA COMO A/O BIBLIOTECÁRIA/O PODE CONTRIBUIR NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES
1	Através da informação, apresentando várias formas de buscar o assunto a partir de vários suportes.
2	O bibliotecário pode ser o disseminador da informação e atuar nas campanhas de conscientização.
3	Não justificou.
4	Com campanhas de conscientização.
5	O bibliotecário é um ícone de informação e por que não trabalhar esse tema.
6	Dando informações relevantes as mulheres violentadas. Falando sobre a lei Maria da Penha.
7	Ouvindo.
8	Trazendo uma informação ou auxílio.
9	Pela informação
10	Não respondeu.

11	Através da informação.
12	Disseminando as informações necessárias para que medidas sejam tomadas contra a violência.
13	Acredito que si, mas não sei como.
14	Disseminando informações a respeito da violência.
15	O bibliotecário é responsável por disseminar informações, acredito que através de informações e relatos sobre o assunto, pode ajudar as mulheres no enfrentamento da violência.
16	Com campanhas de divulgação e informação.
17	Disseminando os locais de ajuda e apoio à mulher agredida.
18	Com informações para conscientizar o que elas estão vivenciando no dia a dia.
19	Com informações.
20	Não sei informar.
21	Divulgando e disseminando a informação.
22	Dando ainda mais informações sobre seus direitos.
23	Conscientizando os alunos a não violentar as mulheres.
24	No caso o bibliotecário pode ajudar por meio informacional.
25	Proporcionando informação.
26	O bibliotecário é um canal de informações.
27	Fazendo campanhas nas bibliotecas.
28	Como profissional da informação, é um observador e tem muito a contribuir nessa área.
29	Ajudando a esclarecer a Lei Maria da Penha.
30	Com ações informacionais.
31	O bibliotecário é um profissional da informação que está apto a disseminar a informação para enfrentar a violência.
32	Como profissional da informação o bibliotecário sempre poderá instituir as mulheres a combater a violência.
33	Falando sobre os locais que atendem as mulheres vítimas da violência, etc.
34	Colaborando com os centros de apoio as mulheres para elaborar projetos para disseminar melhor as informações.
35	Porque o bibliotecário é capaz de transformar o meio social por meio da informação.
36	Com a informação.
37	Não pode contribuir.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Verificam-se nas afirmações das/os alunas/os as diversas formas de contribuição da/o bibliotecária/o frente a violência contra mulheres, porém, dentre os (37) pesquisados/as apenas (1) mencionou que a/o bibliotecária/o não pode contribuir com esse aspecto, não justificando sua afirmação.

Observamos também que as/os alunas/os (13) e (20) não sabem como a/o profissional bibliotecária/o pode contribuir com essa problemática. Tal afirmação nos questiona o porquê dessas/es futuras/os bibliotecárias/os não saberem como podem auxiliar as mulheres em situação de violência, uma vez que elas/es possuem o bem mais precioso do momento: a informação. Tendo por base o pensamento de Silva, Silva e Rocha (2013), é necessário que o curso de Biblioteconomia forme profissionais competentes e capazes que, através dos seus conhecimentos e vivências, possam contribuir para a construção de uma sociedade igualitária, sendo capazes de compreender, questionar e transformar o meio onde atua.

Constatamos que a maioria das/os alunas/os citou a informação como uma das formas de contribuição para o enfrentamento da violência. De acordo com Côrtes, Luciano e Dias (2012), a informação é a peça chave para que as mulheres tenham acesso aos serviços que as redes de atendimento oferecem, garantam seus direitos e se fortaleçam para vencer todas as formas de violência.

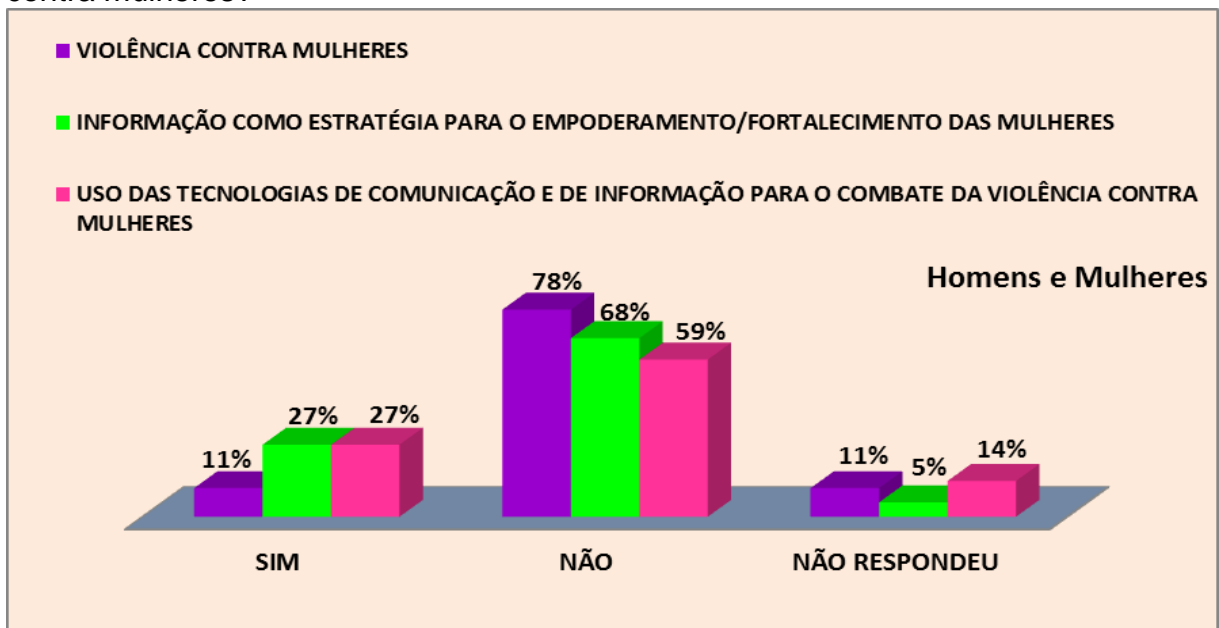
Diante das respostas das/os alunas/os, podemos afirmar que a/o bibliotecária/o tem muito a contribuir no enfrentamento a violência contra mulheres. Como mediadora/or, a/o bibliotecária/o é capaz de despertar o desejo de aprender, de buscar informação, como também construir o conhecimento em cada indivíduo, agindo como um canal para que as mulheres consigam romper com o ciclo da violência.

Nas questões seguintes perguntamos aos alunos/as se conheciam ou leram livros, pesquisas que abordavam os temas: “violência contra mulheres”; “informação como estratégia para o empoderamento/fortalecimento das mulheres”; e “uso das tecnologias de comunicação e de informação para o combate a violência contra mulheres”. Em relação à violência contra mulheres, (11%) mencionaram ter lido a respeito; (78%) não leram sobre o assunto e (11%) não responderam. Refente a informação como estratégia para o empoderamento/fortalecimento das mulheres, (27%) indicaram ter lido sobre o tema; (68%) não leram e (5%) não responderam. Concernente ao uso das tecnologias de comunicação e de informação para o combate a violência contra mulheres, (27%) afirmaram ter lido a respeito; (59%) não



leram sobre o tema e (14%) das/os alunas/os não responderam a pergunta de acordo com o gráfico 24.

**Gráfico 24** – Conhece ou leu a respeito sobre violência contra mulheres; a informação como estratégia para o empoderamento/fortalecimento das mulheres; uso das tecnologias de comunicação e de informação para o combate a violência contra mulheres?



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

O uso das tecnologias de comunicação como um canal de acesso a informação contribui para as mulheres se protegerem da violência por meio de aplicativos e sites que contribuem para o enfrentamento à violência.<sup>22</sup> Dentre estes destacamos os seguintes:

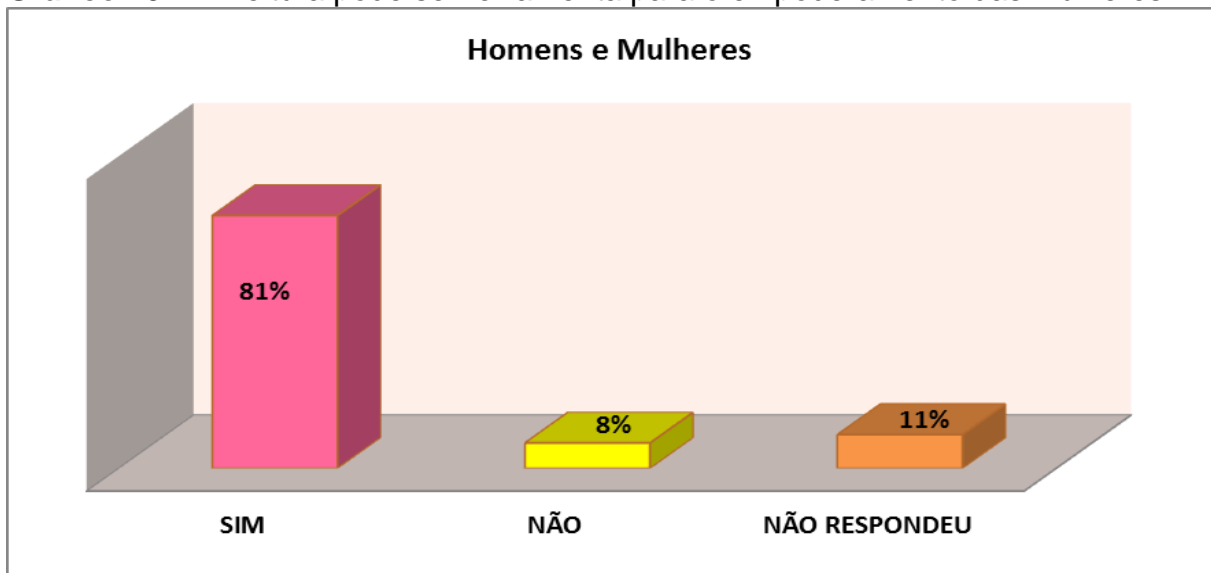
- **Minha Voz** – Mapeia os serviços públicos disponíveis para as mulheres em situação de violência. O aplicativo abre espaço para depoimentos e incentivos a denúncia;
- **Chega de Fiu-Fiu** – É um programa que mapeia os pontos de risco para as mulheres em todo o Brasil. A plataforma permite compartilhar anonimamente pontos onde ocorreu violência;

<sup>22</sup> Pesquisa disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/03/confira-12-apps-que-combatem-violencia-contra-mulher>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

- **SOS Mulher 1** – O aplicativo (celular) é utilizado para denunciar a violência doméstica. Quando é acionado, é enviado um sinal para o Centro Integrado de Operações Policiais (CIOP), que manda uma viatura para averiguar a situação. Este aplicativo foi criado em 2014, no Estado da Paraíba, pela Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana e Secretaria de Segurança Pública;
- **SOS Mulher 2** – O segundo aplicativo tem a finalidade de propiciar o acesso à informação sobre os meios de defesa contra a violência às mulheres. A ferramenta possui um geolocalizador que detecta onde a mulher se encontra e apresenta os serviços de apoio disponíveis em locais próximos, onde as mulheres poderão contar com a ajuda das/os profissionais e fazer a denúncia de violência.

Em relação à leitura como ferramenta para o empoderamento das mulheres, perguntamos aos futuros/as bibliotecários/as se concordam com esse aspecto, (81%) concordaram; (8%) discordaram e (11%) não responderam a questão conforme nos mostra o gráfico 25.

**Gráfico 25** – A leitura pode ser ferramenta para o empoderamento das mulheres?



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

Para os que responderam sim, como a leitura pode contribuir para o empoderamento das mulheres? Vejamos a declaração das/os estudantes:

**Quadro 7 – Contribuição da leitura para o empoderamento das mulheres**

Alunas/os	CATEGORIA: CONTRIBUIÇÃO DA LEITURA PARA O EMPODERAMENTO DAS MULHERES
1	Obtendo conhecimento sobre o assunto.
2	Para entender as políticas.
3	Não justificou.
4	Não justificou.
5	Levantando informações válidas para o entendimento das mulheres.
6	Fortalece sua autoestima.
7	Dando as mulheres mais informações a respeito do seu direito.
8	Lendo se tem informação e isso é o que em muitas vezes é necessário.
9	A informação agrega diversos fatores.
10	O conhecimento da lei pode inibir o companheiro. A mulher precisa usar a lei como ferramenta a sua defesa.
11	Buscando-se conhecimento sobre o assunto. Ler é adquirir conhecimento sobre algum assunto que se deseja.
12	A informação é bom para tudo.
13	Não justificou.
14	Pela conscientização.
15	Tornando-a conhecedora de seus direitos.
16	Utilizando o conhecimento da leitura em sua vida.
17	Não justificou.
18	Mulheres bem informadas tende a se distanciar da violência, por conhecerem seus direitos.
19	Para terem mais consciência de seus direitos.
20	Adquirindo conhecimento a respeito dos direitos da mulher.
21	Po meio da leitura caminhos se abrem.
22	Para melhorar seus conhecimentos.
23	Desta forma elas terão mais conhecimentos sobre o assunto.
24	A leitura sempre será um divisor de águas, e quando se lê os assuntos relevantes, aprende-se a reagir e proteger-se.

25	Elas podem saber de seus direitos.
26	Através do conhecimento de seus direitos adquire força.
27	Adquirindo conhecimento intelectual e ficando por dentro do assunto da violência contra mulher.
28	Uma mulher que busca adquirir conhecimento, está fortalecendo o seu laço de poder. A informação abre a mente.
29	Para melhor ter conhecimento do assunto.
30	Através da leitura, da informação e do conhecimento, ela passa a ser independente e não se submete à violência, principalmente doméstica.

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

Diante dessas afirmações, é importante reconhecer a leitura como uma via para se ter acesso as informações, que possibilita a construção de novos conhecimentos. Conforme aponta Sardenberg (2006, p. 2), “o empoderamento das mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação. E trata-se [...] de um instrumento/meio e um fim em si próprio.” A autora explica que o empoderamento liberta as mulheres das amarras da opressão de gênero e da opressão social. Sendo assim, a leitura como insumo básico para se adquirir o conhecimento, fortalece as mulheres dando a elas autoconfiança e capacidade de tomar suas próprias decisões com relação a suas vidas.

Dantas e Garcia (2013) acreditam que a leitura e a informação podem ser consideradas como uma das formas que podem proporcionar ao indivíduo um significado real de sua vida, como também direcioná-lo no que necessita, possibilitando a este o poder de transformar a realidade que o cerca.

Sobre o porquê da profissão bibliotecária/o ter um grande número de mulheres, alguns/as dos/as pesquisados/as não responderam a pergunta ou disseram que não sabiam. As falas daqueles/as que responderam estão agrupadas no quadro 8, na categoria sobre o número de mulheres na Biblioteconomia, na visão das/os alunas/os.

**Quadro 8** – Opinião das/os alunas/os sobre o número de mulheres na Biblioteconomia

Alunas/os	CATEGORIA: OPINIÃO DAS/OS ALUNAS/OS SOBRE O NÚMERO DE MULHERES NA BIBLIOTECONOMIA
1	Porque desde as escolas eram colocadas pessoas “mulheres” na biblioteca e creio que isso acabou interferindo na busca maior pelas mulheres.
2	Por ser uma profissão feminina, da qual está ligada aos cuidados.
3	Como em alguns cursos o predomínio de mulheres se torna maior por ter certo machismo da sociedade.
4	Talvez por ser uma área de humanas, apesar de estar no departamento de Aplicadas, as mulheres são em mais números, mas vejo um percentual significativo de homens no curso.
5	Por falta de conhecimento dos homens sobre o curso e por acharem que seja um curso feminino.
6	Não sei.
7	Por falta de reconhecimento na área e/ou a importância da profissão.
8	Não respondeu.
9	Não respondeu.
10	Hoje está tendo muitos homens também.
11	Por ser uma profissão feminina, existe preconceito.
12	Atualmente está equiparado o número de mulheres e homens, a diferença é mínima, até porque existem mais mulheres que homens na Paraíba.
13	Pelo preconceito que o homem só deve fazer direito, engenharia ou medicina.
14	Por que ainda existe um tabu, que seja um curso mais direcionado as mulheres.
15	Não respondeu.
16	Pelo preconceito.
17	Devido a relação que as pessoas criaram com relação a biblioteca e o profissional.
18	Pegou fama, mas acredito que está mudando este preconceito.
19	Não respondeu.

20	Pois ainda é um curso que sofre bastante preconceito masculino.
21	Atualmente está igual.
22	Uma questão cultural assim como o professor, é uma profissão que por décadas vem sendo exercida por mulheres, em sua maioria.
23	Não respondeu.
24	Por não ser um trabalho pesado.
25	Não tenho certeza, mas acho que seja por conta do serviço exigir um pequeno esforço físico.
26	Identificação pelo ato de informar, expor, ler e etc.
27	Pois as mulheres costumam optarem por áreas das ciências humanas.
28	Hoje em dia está mudando, pois devido o desemprego os homens buscam melhores oportunidades nas bibliotecas.
29	A lida com o público exige habilidades especiais, e as mulheres tem essa percepção de interagir com vários aspectos ao mesmo tempo.
30	Porque é algo que veio do passado quando toda parte dos profissionais eram mulheres, no decorrer do tempo foram abrindo espaços para o homem.
31	Porque a atuação da mulher prevalece em todas as áreas.
32	Porque é uma profissão de “mulher”, isso na cabeça da sociedade ainda há esse pensamento machista.
33	Alguns podem responder que é uma profissão tipicamente feminina, mas eu diria que é porque as mulheres estão preenchendo todos os espaços.
34	Porque antigamente as profissões eram conforme as tarefas domésticas, puro preconceito. Então as bibliotecárias tinham haver com o que era desempenhado em casa.
35	Porque as mulheres se interessam mais por essa profissão.
36	Não respondeu.
37	Como no passado era uma profissão considerada feminina, até nos dias atuais acontece o preconceito.

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

Observamos nas falas das/os alunas/os que muitos mencionaram o preconceito como um dos fatores para que as mulheres ocupem um maior espaço

no curso. No entanto, é notório que ainda existe um preconceito em relação à profissão bibliotecária/o. Contudo, para ter uma melhor compreensão sobre essa problemática é importante focar as desigualdades de gênero no campo da Biblioteconomia se quisermos que a nossa profissão seja valorizada socialmente. (FERREIRA; BORGES, E.; BORGES, L., 2010).

Crippa (2014) afirma que nas reflexões a respeito do problema político representado pelas bibliotecas, analisa-se de forma limitada ou ignora-se uma composição majoritariamente feminina na categoria profissional das/os bibliotecárias/os.

As/os alunas/os (2) e (34) enfatizaram que a profissão bibliotecária/o está ligada aos cuidados, uma vez que a profissão era uma extensão das atividades domésticas. Em concordância, Ferreira, Borges, E. e Borges, L. (2010) se referem à Biblioteconomia como uma das profissões que se assemelhavam ao lado materno das mulheres, sendo consideradas como uma profissão ideal para estas. Historicamente, as profissões escolhidas pelas mulheres tinham que se relacionar ao que era desempenhado em casa, por este motivo a Biblioteconomia se tornou uma profissão onde as mulheres ocupam um espaço maior.

Neste contexto, as/os alunas/os (4) e (10) afirmaram que o curso vem abrindo novos espaços para os homens, visto que o número de homens que estão ingressando na Biblioteconomia é bastante significativo. De acordo com Ferreira (2003), o número de homens na Biblioteconomia, na década de 80, tinha a dimensão de 100 x 1, depois de vinte anos é percebido um aumento quanto a esse percentual, são 100 mulheres a cada cinco homens. Não podemos afirmar ainda que o número de homens e mulheres no curso está “equiparado” como acentuou a/o aluna/o (12), pois algumas pesquisas nos mostram que esse percentual ainda está em crescimento, como os estudos feitos por Olinto (1997), Ferreira (2003) e Ferreira, Borges, E. e Borges, L. (2010).

No tocante a responsabilidade social da/o bibliotecária/o, pedimos para as/os alunas/os explicitar suas concepções a respeito do assunto, declararam:

**Quadro 9** – Concepção sobre a responsabilidade social da/o bibliotecária/o

Alunas/os	CATEGORIA: CONCEPÇÃO SOBRE A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA/O BIBLIOTECÁRIA/O
1	Passar informações de forma organizada e sistematizada.
2	Criar informação para a sociedade através de seus conhecimentos científicos.
3	Não respondeu.
4	Não respondeu.
5	Disseminar a informação, trazer o tema para eventos e disponibilizar todo material sobre o assunto, criando um ambiente propício para troca de informação.
6	Ouvir o usuário.
7	Disseminador de informação.
8	Várias, dependendo do meio social e ambiental em que ele está inserido.
9	É possível a disseminação da informação possibilitando o avanço e a conscientização.
10	Não respondeu.
11	Compartilhar a informação de maneira precisa, estimulando as pessoas no gosto pela leitura.
12	Muitas, trabalhar com ética e outros mais.
13	Divulgando informações referente a este assunto.
14	Não respondeu.
15	Não respondeu.
16	Fazer com que a informação esteja acessível a todos.
17	Levar informação para os usuários e aconselhar a respeito de tudo.
18	Ajudar e orientar os usuários.
19	Informar e orientar para os usuários esclarecimentos e conhecimentos.
20	Disseminar a informação em geral.
21	Disseminar a informação de maneira precisa e eficaz aos seus usuários.
22	Muitas.
23	Tornar acessível as informações para a comunidade.



24	De facilitar o uso da informação, deixando assim as pessoas mais bem informadas e que através da informação elas possam resolver seus problemas.
25	Na formação de cidadãos comprometidos com a leitura e apoio aos que estão a margem da sociedade.
26	Disponibilizar as informações necessárias para todos alertando sobre esse crime de violência.
27	Por meio da informação o bibliotecário transforma o meio em que vive.
28	Disseminar as informações e elaborar projetos para usar as tecnologias a favor dessa causa.
29	Passar informações para ajudar que o número de mulheres que sofrem agressões caia consideravelmente.
30	Informar, disseminar e ajudar todo aquele que necessita de orientação que seja cultural ou não.
31	Disseminar toda e qualquer informação.
32	Engajamento em projetos sociais, culturais e informacionais.
33	Fazer que a sociedade procure a informação para adquirir o conhecimento e ter uma vida de qualidade social.
34	Sua responsabilidade é imensa, pois tem em suas mãos ferramentas capaz de mudar a maneira de pensar e agir de uma sociedade.
35	No atendimento aos usuários.
36	Suprir a necessidade de informação.
37	Levar a informação para quem necessita.

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

Percebemos que entre as/os pesquisadas/os, cinco não responderam a pergunta pertencente a esta categoria.

Com base nas falas de cada aluna/o, traçamos alguns pontos sobre a responsabilidade social da/o bibliotecária/o considerando que essa/e profissional pode agir como uma/um agente catalisadora/or provocando mudanças na vida social de cada indivíduo, em conformidade a/o bibliotecária/o tem o compromisso de:

- Tornar a informação acessível a todas as pessoas;
- Facilitar o acesso e uso da informação;

- Formar cidadãos comprometidos com a leitura;
- Aconselhar as/os usuárias/os a respeito de tudo;
- Alertar as pessoas sobre seus direitos;
- Elaborar estratégias a favor do enfrentamento à violência contra mulheres;
- Informar as mulheres em situação de violência a romperem com este ciclo, apresentando as redes de atendimento.

É importante destacar que a maioria das/os alunas/os apontou a informação como responsabilidade social da/o bibliotecária/o. Segundo Cunha (2003), a informação é uma atividade de troca, é por meio dessa troca que o indivíduo cresce adquirindo ainda mais informações. Vivemos numa sociedade onde o trabalho com a informação tornou-se essencial, com isso o fazer da/o profissional da informação, em suma, é disseminar as informações para todo indivíduo que necessita, suprimindo suas necessidades informacionais e tornando acessíveis toda e qualquer informação.

A/o aluna/o (12) especificou a forma ética como responsabilidade social da/o bibliotecária/o. Fonseca e Garcia (2009) acentuam a ética nas profissões da informação como a introdução dos modelos morais nas ações de todas/os as/os profissionais comprometidas/os com a disseminação da informação. Com relação à profissão bibliotecária/o, essas ações éticas presentes no cotidiano, nos fazem refletir sobre o papel social que a/o bibliotecária/o apresenta na sociedade como disseminador de informação.

Desta forma, a responsabilidade social da/o bibliotecária/o é transmitir a informação de forma correta, trazendo benefícios aos indivíduos e contribuindo para o desenvolvimento social destes e do meio em que vivem. Assim, nosso compromisso como bibliotecárias/os, é propiciar às pessoas o acesso à informação e motivar o anseio de aprender, de debater, de construir o conhecimento em cada cidadã/ão.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a importância da problemática violência contra mulheres, percebemos que há uma grande necessidade em fornecer visibilidade a essa temática por meio de pesquisas que tratem do tema em questão, pois como vimos, as/os alunas/os de Biblioteconomia pouco conhecem acerca desse assunto.

Vivemos em um mundo cada vez mais globalizado onde a informação e o conhecimento são fundamentos principais para que os agentes sociais possam agir de forma crítica perante a realidade. Para isso, a/o profissional bibliotecária/o como agente mediadora/or da informação, tem o compromisso, na qualidade de cidadã/ão e profissional, de agir como dinamizadora/or e disseminadora/or da informação no meio onde atua.

É necessário que as bibliotecas compartilhem seus serviços contribuindo, assim, num processo comum de informações. Isto faz com que ocorram mudanças de mentalidades. É importante que a/o bibliotecária/o seja conhecedora/or deste fazer, conhecedora/or de que é uma/um agente de mudanças ou que pode vir a ser uma/um. (CUNHA, 2003).

Seremos profissionais onde nossas ações poderão contribuir para transformação social individual e coletiva, em distintas unidades informacionais, bibliotecas, centros de documentação, órgãos de atendimento às mulheres em situação de violência, dentre outros. Disseminar informações é o trabalho primordial da/o bibliotecária/o. Sendo assim, nossa responsabilidade social como mediadora/or da informação é enorme. Nosso compromisso deve ser pautado na democratização de informações, contribuindo para que os indivíduos possam exercer a sua cidadania.

Em relação às mulheres em situação de violência, a/o bibliotecária/o pode se configurar como agente essencial no processo de empoderamento das mesmas para romperem com o ciclo da violência e de ressignificação das relações de poder a respeito da construção social das desigualdades de gênero. Além disso, a/o profissional bibliotecária/o pode promover ações informacionais (campanhas, debates, saraus, exposição de livros, dentre outros) que abordem as relações de gênero nas unidades informacionais em que atuam.

Nesta perspectiva, cabe à profissional bibliotecária/o potencializar suas práticas, assumindo uma postura ativa perante sua responsabilidade social como

agente mediadora/or da informação no enfrentamento e prevenção à violência e redução das desigualdades de gênero. Para tal a pesquisa evidencia ser primordial discutir no âmbito dos cursos de graduação a categoria analítica e metodológica relações de gênero para a construção de uma sociedade justa e igualitária para mulheres e homens.

## REFERÊNCIAS

10 ANOS da adoção da convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher: Convenção de Belém do Pará. Brasília: AGENDE, 2004. Disponível em: <<http://www.agende.org.br/revistaConvenBelémdoPará.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

Almeida Júnior, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.2, n. 1, 2009.

ARAÚJO, Vania Maria Rodrigues Hermes de. Informação instrumento de dominação e submissão. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 20, n. 1, jan./jun. 1991.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Informação, cidadania e sociedade no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 42-49, jan./dez. 1992.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 155-167, maio/ago. 1999.

AZEVEDO, Marco Antônio de; MARTELETO, Regina Maria. Informação e segurança pública: a construção do conhecimento social em ambiente comunitário. **Transinformação**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 273-284, set./dez. 2008.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, maio/ago. 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BLAY, Evan Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 87-98, 2003.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.8, n.4, 1994.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A estrutura do texto e a transferência da informação. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, jun. 2005. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/jun05/Art\\_01.htm#Autor](http://www.dgz.org.br/jun05/Art_01.htm#Autor)>. Acesso em: 17 fev. 2015.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Uma história da ciência da informação. In:\_\_\_\_\_. TOUTAIN, L. M. B. B. (Org.). **Para entender a ciência da informação**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 13-34.

BECKER, Julia; HOFFMANN, Ricardo; KRUSSER, Laise. **Responsabilidade Social**, Rio Grande do Sul, 12 jun. 2007. Disponível em:<<http://gestaosocial.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 09 mar. 2015.

BEZERRA, Kamylla da Silva; GOMES, Bárbara Leônia Farias Batista. A violência doméstica contra a mulher e suas formas no município de Campina Grande – PB. In: Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero, 17. 2012, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: REDOR, 2012.

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, jan. 1968.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Política para as Mulheres. Norma Técnica de Uniformização: Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretária Especial de Políticas para as Mulheres. Lei Maria da Penha, Lei 11340/2006. Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria de Política para as Mulheres. Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres – DEAMs. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, 2011.

BRUFEN, L. S.; NASCIMENTO, B. S. A questão de gênero na literatura em ciência da informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, Edição Especial, p. 199-214, dez. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/33285>> Acesso em: 20 set. 2012.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais Eletrônicos...** Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação da Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; RABAY, Glória; MORAIS, Adenilda Bertoldo Alves de. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, v. 1, jan./abr. 2015.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; RABAY, Glória; MORAIS, Adenilda Bertoldo Alves de. Pensar o currículo da educação superior da perspectiva da equidade e transversalidade de gênero e do empoderamento das mulheres: uma breve introdução. **Espaço do currículo**, João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 317-327, maio/ago. 2013.

CARVALHO, L. A.; CRIPPA, G. Gênero e mediação da informação nas bibliotecas públicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,

DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: FEBAB, 2013.

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia Brasileira**: perspectiva histórica. Brasília, DF: Thesaurus, 2000. 287p.

CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidade e limitações do método. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 13-18, jan./abr. 2014.

CERVO, Amando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 2005.

CÔRTEZ, G. R.; LUCIANO, M. C. F.; DIAS, K. C. O. A informação no enfrentamento à violência contra mulheres: Centro de Referência da Mulher "Ednalva Bezerra": relato de experiência. **Biblionline**, João Pessoa, v.8, p.134-151, 2012. Edição especial.

CÔRTEZ, G. R.; ALVES, E. C.; SILVA, L. K. R. Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando a informação estatística no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 16., 2015. João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 10, n. 1, 2002.

CRIPPA, G. O pensamento da diferença e a mediação da informação institucional em bibliotecas públicas: considerações teóricas sobre mediação de gênero. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, 2011.

CRIPPA, G. **Políticas da informação**: representações artísticas e literárias de livros, bibliotecas e de seus protagonistas. São Paulo: Todas as Musas, 2014.

CUNHA, Miriam Vieira da. O papel social do bibliotecário. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 15, 2003.

DANTAS, E. R. F.; GARCIA, J. C. R. Do tradicional ao atual conceito de responsabilidade social da Ciência da Informação, **Biblionline**, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 3-18, 2013.

DUMONT, L. M. M.; SANTO, P. E. A busca de informação pela mulher em jornais impressos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA

INFORMAÇÃO – ENANCIB, 8., 2007, Salvador. **Anais Eletrônicos...** Salvador: Programa de Pós-graduação Escola de Ciência da Informação da UFBA, 2007. 1 CD-ROM.

EON, Fábio. O que é responsabilidade social?. **Revista Responsabilidade Social**, 2014. Disponível em: <<http://www.responsabilidadesocial.com/o-que-e-responsabilidade-social/>>. Acesso em: 09 mar. 2014.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, jan./abr. 2004.

FERREIRA, C. B. M. Acesso à informação e promoção da educação ambiental no programa de visitação da Comlurb. **Biblionline**, João Pessoa, v. 3, n. 7, 2007.

FERREIRA, M. M. O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 189-201, maio/ago. 2003.

FERREIRA, M. M. A/o profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. In: CASTRO, César Augusto (Org). **Ciência da Informação: múltiplos discursos**. São Luís: EDUFMA; EDUFAMA, 2002. p. 161-181

FERREIRA, M.; BORGES, E. P.; BORGES, L. C. Mercado de trabalho e a desigualdade de gênero na profissão da(o) bibliotecária(o). **Biblionline**, João Pessoa, n. especial, p. 159-167, 2010.

FONSECA, J. S.; GARCIA, J. C. R. Responsabilidade ética e social do profissional da informação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 5, n. ½, 2009.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à Biblioteconomia**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Tradução: Maria Thereza de Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **L'herméneutique du sujet**: cours au Collège de France 1981 – 1982. Paris: Gallimard Seuil, 2001. Disponível em: <[file:///C:/Users/PC%202/Downloads/Foucault%20Hermeneutique%20du%20sujet%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/PC%202/Downloads/Foucault%20Hermeneutique%20du%20sujet%20(1).pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2015.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Construção participativa de instrumento de política pública para gestão e acesso à informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.13, n.3, set./dez. 2008.

FREIRE, G. H. A.; FREIRE, I. M. O campo científico da informação. In: **Introdução à Ciência da Informação**. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2010. p. 39-81.



GARCIA, J. C. R.; TARGINO, M. G.; DANTAS, E. R. F. Conceito de Responsabilidade Social da Ciência da Informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 17, n. 1, p. 1-25, jan./jun. 2012.

GUIMARÃES, A. S. A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

HOWES, Letícia. O feminismo interseccional, esse marginal. **Blogueiras Feministas: de olho na web e no mundo**, 10 dez. 2013. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2013/12/o-feminismo-interseccional-esse-marginal/>>. Acesso em: 25 maio 2015.

IZUMINO, Wânia Pasinato. **Justiça e violência contra a mulher**: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero. São Paulo: FAPESP, 1998.

LE COADIC, Y. F. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LETA, Jacqueline. As Mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 271-284, 2003.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. especial, p. 37-45, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MARTELETO, Regina Maria; RIBEIRO, Leila Beatriz. Informação e construção do conhecimento para a cidadania no terceiro setor. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 11, n. 1, 2001.

MENEGHEL, Stela Nazareth et al. Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, mar. 2013.

MINAYO, M. C.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementariedade? **Caderno de Saúde Pública**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

MIKSA, F. L. Library and information science: two paradigmas. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). Conceptions of library and information science. Proceedings of the international conference for the celebration of 20<sup>o</sup> anniversary of the Department of Information Studies, University of Tampere, Finland, 26-28, 1991. London: Taylor Graham, 1992, p. 229-252.

MONTEIRO, Claudete Ferreira de Souza; SOUZA, Ivis Emilia de Oliveira. Vivência da violência conjugal: fatos do cotidiano. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 26-31, jan./mar. 2007.

MORAES, Marielle Barros de; LUCAS, Elaine de Oliveira. A responsabilidade social na formação do bibliotecário brasileiro. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 109-124, jan./jun. 2012.

MOREIRA, Regina Núbia. **A organização das feministas negras no Brasil**. Bahia: Edições UESB, 2011.

MORIGI, Valdir José; VANZ, Samile Andréa de Souza; GALDINO, Karina. O bibliotecário e suas práticas na construção da cidadania. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Santa Catarina, v. 7, n. 1, 2002.

MULHERES são maioria da população e ocupam mais espaço no mercado de trabalho. **Portal Brasil**, 06 maio 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/mulheres-sao-maioria-da-populacao-e-ocupam-mais-espaco-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

MULHERES vão levar 80 anos para ter salário igual aos homens, diz pesquisa. **Portal de notícias da Globo**, 16 ago. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/08/mulheres-vao-levar-80-anos-para-ter-salario-igual-aos-homens-diz-pesquisa.html>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

NASCIMENTO, D. M; MARTELETO, R. M. A informação construída nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bourdieu. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v.5, n.5, out. 2004.

NASCIMENTO, Maria de Jesus. Informação e cidadania: necessidades e formas de busca por parte da mulher catarinense. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 123-150, jul./dez. 2003.

OLIVEIRA, Fátima. Recorte Racial/Étnico e a Saúde das Mulheres Negras. **Jornal da Rede Saúde**, São Paulo, n. 22, nov. 2000.

OLIVEIRA, Z. L. C. Pensando as estatísticas públicas sobre carreira educacionais na área de Ciência e Tecnologia, por gênero. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 6., 2005, Florianópolis. **Anais Eletrônicos...** Florianópolis: Escola de Ciência da Informação, 2005. 1 CD-ROM.

OLIVEIRA, Marlene de. Origens e evolução da Ciência da Informação. In: OLIVEIRA, M. (Coord.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

OLINTO, Gilda. Biblioteconomia e profissões femininas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 18., 1997, São Luís. **Anais...** São Luís, 1997.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, v. 5, n. 1, 2011.

ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde: Em casos de violência contra a mulher, a agressão mais comum é do parceiro íntimo. **Última Instância**, 21 jun. 2013.

OSTENE, Maria do Socorro Ferreira. A violência contra a mulher na dimensão cultural da prevalência do masculino. **O Público e o Privado**, Ceará, n. 18, jun./dez. 2011.

PARANÁ (Estado). Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Coordenadoria de Planejamento Ambiental. **O que são políticas públicas?**. Paraná, [2014]. 2 p.

PEREIRA, Nataly Barros. **A (des)construção da naturalização da violência contra a mulher**: como as relações de gênero se configuram na violência contra a mulher. Um olhar sobre a “barbárie de queimadas”. 2014. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)-Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2014.

PINHEIRO, L. V. R. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova área. In: **O campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: UFPB, p. 61-86, 2002.

PINTO, Célia Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PRADO, Débora. Dados do Ligue 180 revelam que a violência contra mulheres acontece com frequência e na frente dos filhos. **Portal Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha**, 09 set. 2014. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-do-ligue-180-revelam-que-a-violencia-contra-mulheres-acontece-com-frequencia-e-na-frente-dos-filhos/>>. Acesso em: 19 nov. 2014

RASCHE, Francisca. Papéis de gênero e sua influência na formação acadêmica das mulheres estudantes de Biblioteconomia em Santa Catarina. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 3, n. 3, p. 77-95, 1998.

RASTELI, Alessandro; CAVALCANTE, Lidia Eugenia. A competência em informação e o bibliotecário mediador da leitura em biblioteca pública. **Encontros Bibli**, Santa Catarina, v. 18, n. 36, p. 157-180, 2013.

RIBAS, C. S. C.; ZIVIANI, P. O profissional da informação: rumos e desafios para uma sociedade inclusiva. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 17, n. 3, p. 47-57, set./dez. 2007.

RIBEIRO, Mônica. Movimento feminista na fonte dos centros de combate à violência contra mulheres. In: Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, 1., 2010, Londrina. **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010.

RUSSO, Laura Garcia Moreno. **A Biblioteconomia brasileira**: Rio de Janeiro: INL, 1966. 357p.

RUSSO, Marisa. **Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2010. 177p.

SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. S. **Violência de Gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANTANA, G. H. C. A interface da informação com a construção do conhecimento: os estoques de informação como mediadores do processo. **Biblionline**, João Pessoa, v. 9, n. 1, p. 4-15, 2013.

SANTOS, Marcia Mazo; Cardoso Filho, Jair Cunha. Informação e políticas públicas: responsabilidade social da Ciência da Informação. **Biblios**, Perú, n. 45, p. 29-39, 2011.

SANTOS, M. C.; IZUMINO, W. P. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Revista Estudos Interdisciplinares de America Latina y El Caribe**, Tel Aviv, v. 16, n.1, p. 147-164, 2005.

SANTO, Patrícia Espírito. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. **Em Questão**, Rio Grande do Sul, v. 14, n. 2, 2008.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996.

SARDENBERG, C. M. B. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: TRILHAS DO EMPODERAMENTO DE MULHERES, 1., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: NEIM/UFBA, 2006.

SCAVONE, L. Feminismo contemporâneo y democracia en Brasil. In: FAURÉ, C. **Enciclopedia Histórica y Política de las Mujeres**. Europa y América. Madrid: AKAL, 2010. p. 733-753.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1989. Disponível em: <[http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2015.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e elaboração de Dissertação**. 3. ed. rev. e atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Patrícia Maria. Sistemas de informação em bibliotecas: o comportamento dos usuários frente às novas tecnologias de informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.5, n. 2, p. 41-64, jul./dez. 2007.

SILVA, L. L.; COELHO, E. B. S. CAPONI, S. N. C. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface: comunicação, saúde, educação**, Florianópolis, v. 11, n. 21, p. 93-103, jan./abr. 2007.

SILVA, M. R.; SILVA, J. S.; ROCHA, E. S. S. O profissional da informação como produtor de conhecimentos: análise bibliométrica da produção científica de bibliotecários. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 103-123, maio. 2013.

SILVEIRA, L. P. Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência. In: DINIZ, S. G; SILVEIRA, P. L.; MIRIN, L. A. L. (Orgs.). Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher: alcances e limites. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006, p. 45-77.

SILVEIRA, Raquel da Silva; NARDI, Henrique Caetano. Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha. **Psicologia & Sociedade**, Santa Catarina, v. 26, p. 14-24, 2014. Edição Especial.

SOARES, Barbara M. **Enfrentando a violência contra a mulher**: orientações práticas para profissionais e voluntários(as). Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2005.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA, Maria da Paixão Neres. Abordagem inter e transdisciplinar em ciência da informação. In:\_\_\_\_. TOUTAIN, L. M. B. B. (Org.). Para entender a ciência da informação. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 75-90.

SOUZA, Tatiana; CASCAES, Tânia Rosa Ferreira. Gênero e poder: categorias úteis na análise histórica da ciência e da tecnologia. **Divers@ Rev. Elet. Interdisc.**, Matinhos, n. 0, v. 1, p.83-89, jul./dez. 2008.

TARGINO, Maria das Graças. Biblioteconomia, Informação e Cidadania. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 149-160, jul./dez. 1991.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

TELES, M. A. A; MELO, M. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

VIANNA, Lucila Amaral Carneiro; BOMFIM, Graziela Fernanda Teodoro; CHICONE, Gisele. Auto-estima de mulheres que sofreram violência. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 5, set./ out. 2006.

VITAL, L. P. Fontes e canais de informação utilizados no desenvolvimento de sistemas em empresa de base tecnológica. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 11, n. 2, 2006.

WASELFIZ, J. J. **Mapa da violência 2015**: Homicídio de Mulheres no Brasil. Brasília: Flacso, 2015. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2015.

WINCK, Gustavo; STREY, Marlene. A voz mais alta, mas na hora certa: a naturalização da violência de gênero enquanto recurso legitimado aohomem. **Revista Ártemis**, v. 9, p. 113-133, dez. 2008.

WOITOWICZ, Karina Janz. A imprensa feminista na luta contra o silenciamento e a impunidade: páginas do movimento de mulheres brasileiras pelo fim da violênciasexual e doméstica entre os anos 1970/80. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, São Cristovão, v. 10, n. 2, maio/ago. 2008.

XAVIER, Rodolfo Coutinho Moreira; COSTA, Rubenildo Oliveira da. Relações mútuas entre informação e conhecimento: o mesmo conceito?. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 39, n. 2, maio/ago. 2010.